Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

**PATRIMÔNIO ESCOLAR:
PARA ALÉM DA ARQUITETURA, A MATERIALIDADE DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO NAS ESCOLAS PAULISTAS**

Fabiana Valeck de Oliveira

São Paulo

2015

FABIANA VALECK DE OLIVEIRA

***Patrimônio Escolar: para além da arquitetura, a materialidade do
patrimônio histórico nas escolas paulistas***

Tese apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.

Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lucia Bressan Pinheiro

SÃO PAULO

2015

À memória do meu pai, José, normalista, pelas deliciosas e inesquecíveis histórias sobre suas experiências numa escola rural no interior paulista; e que vibrou, em seus últimos meses de vida, com a notícia do meu ingresso no Doutorado;

À minha mãe, Rosa, que por anos trabalhou em uma secretaria de escola pública; por seu modelo de coragem, força e fé;

À minha irmã, Fabrícia, ela também uma "normalista moderna", formada nos tempos do CEFAM; pelo exemplo de que é possível, sim, fazer muitas coisas ao mesmo tempo, com qualidade e criatividade - mesmo que o dia tenha só 24 horas;

Para Thomas e Sofia, "os gêmeos", que já estão curtindo sua primeira escolinha. Que vocês possam continuar se encantando com a deliciosa e importante experiência da vida escolar, que aprendam a reconhecer o valor da escola e de seus professores; e que, quem sabe um dia, se interessem em ler esse trabalho;

Para meu grande e amado companheiro, João, pela compreensão, pelo estímulo constante, pelo seu otimismo e por tudo mais...

AGRADECIMENTOS

Agradecer a finalização de um trabalho não é algo fácil. Corremos o risco de deixar de mencionar pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, colaboraram para a sua realização. Nesse trabalho essa tarefa torna-se ainda mais difícil, pois a realização do presente projeto, para mim, é mais do que uma pesquisa histórica, teórica ou metodológica. É uma síntese do que vi e vivi ao longo dos últimos vinte e cinco anos. É o encerramento de um ciclo de experiências e de práticas relacionadas a preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, especialmente aquele relacionado as escolas públicas. Destacaram-se nessa trajetória a Escola Técnica Carlos de Campos, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação e o Centro de Referência em Educação Mario Covas. A todos os colegas dessas instituições, saibam que nossas relações profissionais e pessoais foram importantes, de alguma forma, para minha formação e amadurecimento. Sem essas experiências não seria possível a realização desse trabalho.

À CAPES - Coordenação de Ensino Superior, pela concessão de bolsa durante a realização do doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

À minha orientadora, Prof.^a Maria Lucia Bressan, por ter aceito, mais uma vez, orientar a realização de um trabalho meu, por sua compreensão, apoio e incentivo à conclusão desse projeto.

Ao colegas do Centro de Referência em Educação Mario Covas, em especial a todos aqueles que fazem e fizeram parte da equipe do Memorial da Educação, por suas constantes batalhas pela preservação do patrimônio histórico das escolas estaduais paulistas.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o patrimônio histórico das primeiras Escolas Normais implantadas no Estado de São Paulo, com destaque para o acervo da Escola Normal Caetano de Campos. Pretende-se analisar o universo e a natureza dos bens que integram o patrimônio histórico e cultural dessas escolas, identificando o conjunto dos bens culturais comuns presentes nessas instituições escolares: para além da arquitetura de seus edifícios, a materialidade de seus acervos documentais e museológicos. Por um lado, o trabalho trata do reconhecimento oficial da arquitetura desses edifícios como bens a serem preservados, medida levado a cabo através de uma série de processos de tombamento no âmbito do CONDEPHAAT, por outro, apresenta quais os conjuntos de documentos, livros, fotografias e outros objetos que constituem os acervos escolares de caráter histórico e cultural das mais antigas escolas normais criadas no Estado de São Paulo, tão dignos de serem alçados à categoria de patrimônio e preservados quanto à arquitetura dos edifícios que os abrigam. Para além da arquitetura dos edifícios escolares, esses testemunhos materiais significativos da trajetória das escolas estão presentes em seus arquivos, suas bibliotecas, em alguns museus escolares, e, ainda, dispersos em tantos outros espaços da escola, e configuram um conjunto de valor histórico e cultural tanto para a história da própria instituição quanto para a história da educação brasileira.

Palavras-chave: Arquitetura Escolar. Acervos Escolares. Patrimônio Escolar.

ABSTRACT

The object of study of this work is the historic heritage of the first Normal Schools that were implemented in the State of São Paulo, with the highlight being the heritage collections at the “Caetano de Campos” Normal School. It is aimed at analyzing the nature and diversity of the property included among the historic and cultural heritages of these schools, thereby identifying the cultural heritage collections present in and shared by these educational institutions: beyond the architecture of their buildings, the materiality of their documentary and museum collections. On the one hand, this work deals with officially recognizing that the architecture of these buildings is an asset to be preserved, as carried out through a series of architectural salvage procedures adopted by CONDEPHAAT (“Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico” – Council for the Defense of the Historical, Archeological, Artistic and Touristic Heritage in the State of São Paulo). On the other hand, it defines sets of documents, books, photographs, and other objects that make up collections of items from the oldest normal schools established in the State of São Paulo of both historic and cultural interest, all of which are worthy of being raised to the category of heritage and, as such, preserved as tokens of the architecture of the buildings that house them. Not only are these tokens of the architecture of school buildings, but also significant material evidence of the trajectory of schools that is to be found in their archives, libraries, some school museums, or even scattered in so many other school premises. For this reason, they together make up a historic and cultural collection that is valuable for both the history of the institution itself and for the history of Brazilian education as well.

Keywords: Architecture School. School collections. Heritage School.

LISTAS DE FIGURAS, TABELAS E SIGLAS

FIGURAS

Capa	Escola Normal Caetano de Campos Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
Figura 1	Grupo Escolar Marechal Deodoro Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929
Figura 2	Grupo Escolar de Santana Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929
Figura 3	Sala de aula - 1908 Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
Figura 4	Sala de aula - 1960 Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
Figura 5	Figura 5 - Grupo Escolar do Brás Fonte: CÔRREA; MELLO; NEVES, 1991
Figura 6	Figura 6 - Grupo Escolar de Piracicaba Fonte: CÔRREA; MELLO; NEVES, 1991
Figura 7	Prédio na Rua da Boa Morte Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
Figura 8	Escola Normal Caetano de Campos Fonte: Álbum da Escola Normal, 1895, AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
Figura 9	Planta do Pavimento Térreo Fonte: Relatório da Escola Normal, 1895 - AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
Figura 10	Planta do Pavimento Superior Fonte: Relatório da Escola Normal, 1895 - AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

- Figura 11 Edifício da Escola Normal Caetano de Campos, com o terceiro pavimento
Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
- Figura 12 Edifício do Jardim da Infância
Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
- Figura 13 Vista do auditório da Escola Normal Caetano de Campos
Fonte: Revista Acrópole
- Figura 14 Plantas do auditório da Escola Normal Caetano de Campos
Fonte: Revista Acrópole
- Figura 15 Vista do auditório da Escola Normal Caetano de Campos
Fonte: Revista Acrópole
- Figura 16 Escola Normal de Itapetininga
Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929
- Figura 17 Escola Normal do Brás
Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929
- Figura 18 Escola Normal de Pirassununga
Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929
- Figura 19 Escola Normal de São Carlos
Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929
- Figura 20 Escola Normal de Piracicaba
Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929
- Figura 21 Escola Normal de Botucatu
Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929
- Figura 22 Escola Normal de Guaratinguetá
Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929
- Figura 23 Escola Normal de Campinas
Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929

- Figura 24 Desenho da fachada da Escola Normal de Casa Branca
Fonte: CÔRREA; MELLO; NEVES, 1991
- Figura 25 Capa do impresso sobre a Ação Popular
Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
- Figura 26 Recorte do jornal Folha de São Paulo, de 24/11/1975.
Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
- Figura 27 Assinatura do Projeto Memória Escolar.
Fonte: CONDEPHAAT, Processo n.º 24.929/86
- Figura 28 Livro de matrícula
Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
- Figura 29 Diploma
Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
- Figura 30 Foto avulsa - Professores e alunos
Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
- Figura 31 Álbum de fotografias - 1895
Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
- Figura 32 Biblioteca da Escola Normal
Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
- Figura 33 Cartilha Caminho Suave
Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
- Figura 34 Cartilha Sodré
Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
- Figura 35 Biblioteca Infantil
Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
- Figura 36 Exemplo de materiais que constitui um Dossiê Didático
Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

Figura 37	Estereoscópios e diapositivos Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
Figura 38	Discos Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
Figura 39	Museu Pedagógico Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
Figura 40	Museu Pedagógico Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
Figura 41	Laboratório de Física Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
Figura 42	Gabinete de Química Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP
Figura 43	Capa da publicação com a relação dos materiais para os gabinetes de Química e Física Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo
Figura 44	Primeira página da publicação com a relação dos materiais para os gabinetes de Química e Física Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo
Figura 45	Nota de compra de materiais para a Escola Normal de São Carlos Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo
Figura 46	Nota de compra de materiais para a Escola Normal de Itapetininga Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

TABELAS

Tabela 1	Relação das 10 primeiras Escolas Normais implantadas no Estado de São Paulo, em ordem cronológica dos projetos arquitetônicos
Tabela 2	Relação das 10 primeiras Escolas Normais implantadas no Estado de São Paulo, em ordem cronológica de criação das escolas

Tabela 3 Relação do processos de tombamento das Escolas Normais e das Escolas da 1.^a República, pela ordem cronológica de abertura do processo

Tabela 4 Quadro comparativo: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação

SIGLAS

AHCC Acervo Histórico Caetano de Campos

CRE MARIO
COVAS Centro de Referência em Educação Mario Covas

CEFAM Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento para o Magistério

CONESP Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo

CONDEPHAAT Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo

EE Escola Estadual

EFAP Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores

FAU - USP Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

FDE Fundação para o Desenvolvimento da Educação

FECE Fundo Estadual de Construções Escolares

IPESP Instituto de Previdência do Estado de São Paulo

SEE Secretaria de Estado da Educação

USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Resumo	04
Abstract	05
Listas de figuras, tabelas e siglas	06
Introdução	14
1. ÍCONES DA ARQUITETURA ESCOLAR PAULISTA: AS ESCOLAS NORMAIS	23
1.1. Arquitetura para as escolas	26
1.2. O edifício da Escola Normal Caetano de Campos	32
1.3. Os prédios para as Escolas Normais	42
2. O TOMBAMENTO DOS PRÉDIOS ESCOLARES	53
2.1. A luta pela preservação do edifício da Escola Caetano de Campos	56
2.2. O processo de tombamento da Escola Normal Caetano de Campos	71
2.3. Os processos de tombamento dos edifícios das Escolas Normais do interior	76
2.4. O tombamento dos prédios escolares da 1. ^a República	83
3. O PATRIMÔNIO HISTÓRICO ESCOLAR: PARA ALÉM DA ARQUITETURA	92
3.1. A questão dos acervos nas escolas	95
3.2. A constituição dos acervos da Escola Normal Caetano de Campos	105
3.3. Os acervos das Escolas Normais do interior	115
4. PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ESCOLAR	120
4.1. Iniciativas para a preservação do patrimônio escolar	122
4.2. O papel do poder público na preservação do patrimônio histórico escolar	134
Considerações Finais	140

Referências Bibliográficas	144
 Anexos	 150
Anexo 1 - Resolução de 2 de junho de 1976, tombando o imóvel da Caetano de Campos	150
Anexo 2 - Certidão 0060 - Inscrição no Livro do Tombo do edifício da Caetano de Campos	151
Anexo 3 - Folheto do Projeto Memória Escolar	152
Anexo 4 - Diário Oficial do Estado, de 07/08/2002, listagem de 123 prédios escolares com parecer favorável ao tombamento	154
Anexo 5 - Diário Oficial do Estado, de 11/11/2010, Resolução SC-60, de 21 de julho de 2010, que versa sobre o tombamento do conjunto de 126 escolas da Primeira República	156

A ESCOLA, A PRAÇA E AS LEMBRANÇAS
CAMINHANDO EM NOSSOS PASSOS,
FALANDO POR NOSSAS BOCAS
REVIVENDO NOSSOS SONHOS.
TEMPO CANTIGA QUE VOLTA
A ENCANTAR O VELHO PÁTIO,
REVOADA DE ESTUDANTES,
PERCORRENDO CORREDORES,
POVOANDO DE NOVO AS CLASSES,
DEIXANDO NO QUADRO NEGRO
A SAUDADE DE ASAS BRANCAS.
E AQUI ESTAMOS REUNIDOS
EM TORNO DA MESMA CAUSA,
CORAÇÃO A CORAÇÃO,
FORMAMOS UMA CORRENTE
DE AMOR ABRAÇANDO UM PRÉDIO;
CIRANDA DE EVOCAÇÕES,
MESTRES E ALUNOS UNIDOS
NO IDEAL DA FRATERNIDADE.
ESCOLA, TEMPLO, ESPERANÇA,
LAR DE NOSSA MOCIDADE,
NAVE DE TANTAS VIAGENS,
- AVE, "CAETANO DE CAMPOS"!

Paulo Bomfim

São Paulo, 06 de novembro de 1977

Associação dos Ex-alunos do Instituto de Educação "Caetano de Campos"

Introdução

Muitas são as atividades humanas que se desenvolvem dentro de um espaço determinado, o que torna a arquitetura presente em todas os campos e aspectos das relações sociais. Assim também acontece com o processo de ensinar e aprender. A educação possui uma dimensão onde o espaço é um elemento básico da atividade educativa. Nesse sentido, um dos edifícios públicos mais emblemáticos da presença do Estado no cotidiano da sociedade, bem como uma das principais referências na paisagem urbana em todas as cidades a *ESCOLA* constitui uma das tipologias arquitetônicas mais significativas, seja para a história da arquitetura paulista e brasileira, seja para a história da educação. O prédio escolar é, provavelmente, um dos edifícios mais duradouros no cenário urbano, a partir do qual se pode estabelecer uma visão sobre a evolução da arquitetura pública e os processos transformadores da sociedade. Trata-se, definitivamente, de um patrimônio, reconhecido como tal pela sociedade.

No Brasil, e aqui concentrando-se no cenário do Estado de São Paulo, a atividade de projetar especificamente e, por consequência, de construir edifícios para abrigar escolas teve significativa importância e expansão principalmente a partir do advento da República. Desde as duas últimas décadas do século XIX políticos e educadores passaram a considerar indispensável a construção de espaços exclusivamente edificadas para a educação e o serviço escolar: *"o termo "escola", além de se aplicar à instrução ministrada a um grupo de alunos, passa a referir-se a um espaço especializado com características apropriadas à sua função."* (Souza, 1998, p.122). Para Mayumi Lima (1995, p. 75), *o prédio escolar se confunde com o próprio serviço escolar e com o direito à educação [...] e é ainda esse objeto concreto que a população identifica e dá significado.*

Sinônimo de escola, o prédio escolar também deveria exercer uma função educativa no meio social, estabelecendo a importância da relação entre a escola e o espaço por ela ocupado. No olhar de Engelhardt - uma visão ainda atual - as construções escolares deveriam estar aparelhadas para desempenhar bem seu papel, não bastando à escola apenas ensinar a ler, escrever e contar, mas serem elas capazes de transformar o aluno para sua participação na sociedade. Além de ajustar a planta do edifício escolar às

necessidades do programa educacional, as escolas deveriam ser aparelhadas com recursos como o rádio, o cinema e a televisão, incorporando fatos correntes na educação das crianças e de adultos, ampliando as possibilidades de conhecimento do mundo ao redor, onde *cada escola deve ser o ponto de irradiação de caminhos que levem o estudante a participar das atividades da vida real e sobre elas refletir* (Engelhardt, 1934, p. 285).

É justamente essa relação entre o edifício escolar e seu aparelhamento - mobiliário, equipamentos de laboratório, livros, materiais didáticos, entre outros - e o valor histórico que ao longo das últimas décadas vem sendo atribuído a esses bens, que despertou a atenção para a elaboração desse trabalho. Se por um lado, o desenvolvimento de estudos sobre a história da arquitetura escolar e o reconhecimento oficial dessa arquitetura como bem a ser preservado foi levado a cabo através de uma série de processos de tombamento no âmbito do CONDEPHAAT, por outro, foram as iniciativas de universidades e de alguns órgãos públicos em parceria com as próprias escolas que vem buscando resgatar, organizar e criar condições para preservar o conjunto de documentos, livros, fotografias e outros objetos que constituem os acervos de caráter histórico e cultural das mais antigas escolas criadas no Estado de São Paulo, tão dignos de serem alçados à categoria de patrimônio e preservados quanto a arquitetura dos edifícios que os abrigam.

Sobre os estudos publicados a respeito da história dessa arquitetura escolar, especificamente no Estado de São Paulo, Vilanova Artigas (1970) é o pioneiro ao estabelecer uma divisão cronológica para a produção arquitetônica escolar e sintetizar suas características fundamentais. Para ele, foram quatro períodos distintos, até aquele momento, que marcaram o desenvolvimento da arquitetura escolar paulista a partir do final do século XIX: 1) as primeiras escolas do período republicano, a maioria das quais apresenta uma solução espacial de grande simplicidade, marcada por linhas simétricas e com programas arquitetônicos bastante humildes - sendo exceções o prédio da Escola Normal de São Paulo e as outras escolas normais construídas no interior; 2) as escolas construídas em São Paulo entre os anos de 1936 e 1937, consideradas como os primeiros exemplares cujos projetos refletem o debate sobre a modernização dos métodos de

ensino; 3) o período do Convênio Escolar, firmado entre o Governo do Estado e a Prefeitura da Cidade de São Paulo, cujos destaques foram os projetos elaborados por Hélio Duarte e Eduardo Corona, prédios escolares modernos e um programa arquitetônico enriquecido, incluindo espaços reservados para serviços sociais e administrativos; 4) os projetos mais recentes do Fundo Estadual de Construções Escolares - FECE, marcados não pelas características arquitetônicas mas pela construção efetiva de um grande número de salas de aula, buscando ampliar a rede física e atender a população que ainda se encontrava fora da escola.

Já na década de 1980, após o início dos debates sobre a preservação e o tombamento dos prédios escolares, foi a vez do arquiteto Hugo Segawa (1986) retomar a trajetória da experiência paulista no campo da arquitetura escolar, organizando, assim como Artigas, os períodos e características dos diferentes momentos da produção arquitetônica escolar. Para o autor, a cronologia da arquitetura escolar no Estado de São Paulo ficava assim dividida: as construções da 1.^a República, realizadas no período compreendido entre os anos de 1890 e 1920, considerados os primeiros edifícios projetados para funcionarem como escolas; as construções da década de 30, principalmente os projetos construídos entre 1934 e 1937, resultado das revisões dos preceitos da arquitetura escolar da 1.^a República e do trabalho interdisciplinar da Comissão de Prédios Escolares instituída pela Secretaria da Educação, optando pela introdução de conceitos modernos para as construções escolares; a arquitetura moderna dos anos 50, realizadas pelo Convênio Escolar, com seus prédios marcados por volumes geométricos e coberturas inclinadas, brises e pilotis; a arquitetura dos anos 60 realizada pelo Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE) com a colaboração do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP), marcada por projetos de jovens arquitetos, com destaque para a arquitetura das escolas de Itanhaém e Guarulhos; e, por fim, as escolas construídas pela Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP), criada em 1976, e por sua sucessora, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), atuante até os dias atuais no projeto e execução dos edifícios escolares.

Ainda sobre a história da arquitetura escolar paulista, e seguindo essa mesma linha de divisão cronológica, vários outros estudos foram realizados nos anos seguintes,

principalmente no âmbito acadêmico, pautando-se nas características formais e construtivas dos edifícios escolares, culminando na publicação de várias dissertações, teses, artigos e livros. Entre os tantos autores que trataram o tema da arquitetura escolar, destacam-se a dissertação de mestrado de Silvia Ferreira Santos Wolff, *Espaço e educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas* (1992), e, posteriormente, as experiências de Mayumi Watanabe Souza Lima, *Arquitetura e educação* (1995), de Helena Ayoub Silva, *Conceitos, processos e métodos presentes na elaboração do projeto de arquitetura* (1998) e de Alessandro Ventura, *Produção seriada e projeto arquitetônico: o exemplo de uma escola secundária* (2000). No âmbito institucional, também a Fundação para o Desenvolvimento da Educação contribuiu com a publicação dos dois primeiros livros sobre a arquitetura escolar paulista e a preservação dos prédios escolares: *Arquitetura Escolar Paulista: 1890-1920* (1991) e *Arquitetura Escolar Paulista: Restauro* (1998). Atualmente, basta uma rápida pesquisa no sistema de bibliotecas da Universidade de São Paulo, ou em outras bibliotecas universitárias, para serem localizadas inúmeras referências com relação ao tema.

No âmbito da questão sobre a valorização e a preservação dos edifícios escolares, foi entre as publicações de *Sobre escolas* por Vilanova Artigas e *Arquiteturas escolares* por Hugo Segawa, que um sucinto e objetivo texto, que poderia passar despercebido entre outras matérias, foi publicado em 1984 na Revista Projeto e despertou a atenção por seu título: *A preservação da arquitetura escolar: um passo à frente*. Também escrito por Segawa, trata-se provavelmente do primeiro artigo publicado em revistas da área da arquitetura a destacar o valor dos prédios escolares e a importância da preservação da arquitetura escolar:

Ao pensarmos na recuperação de prédios escolares da rede estadual paulista, e vislumbrarmos que tal recuperação extrapola a mera manutenção para alcançar a questão da preservação de exemplares arquitetônicos significativos do patrimônio ambiental urbano, seria importante caracterizar a contribuição dessas edificações no contexto ambiental em que se inserem, permitindo também uma leitura de sua natureza histórica.

Embora esse artigo não faça nenhuma menção aos debates sobre a preservação de edifícios escolares que já aconteciam desde o final da década de 1970 frente à proposta de demolição do prédio da Escola Normal Caetano de Campos para viabilizar as obras de expansão do Metrô, cabe registrar que em 1984 já haviam sido tombados pelo CONDEPHAAT os prédios das escolas normais nas cidades de São Paulo (Caetano de Campos), Pirassununga e Campinas; bem como um Termo de Ajuste de Cooperação Técnica (Resolução GPS 016/84, publicada no D.O.E. em 19/05/1984), já havia sido firmado por parte da Secretaria de Estado da Educação e pela Secretaria de Estado da Cultura com o objetivo de elaborar estudos sobre a arquitetura escolar e sua preservação.

Entre os anos de 1985 e 1987 foram abertos os processos de tombamento das demais escolas normais construídas na Primeira República, um dos quais constituía iniciativa inédita para a preservação da arquitetura escolar paulista: propunha o tombamento, em um único processo, de um conjunto de mais de 100 escolas, a maioria prédios destinados aos Grupos Escolares. Mesmo antes da conclusão e do parecer final dos processos de tombamento, vários prédios escolares no Estado de São Paulo passaram por intervenções de restauro. A história da preservação da arquitetura escolar já havia começado.

Se na década de 1980 a mobilização é voltada para a preservação da arquitetura escolar, com as propostas de tombamento de vários edifícios escolares e também a restauração de vários deles, somente a partir de meados da década de 1990 tem início em São Paulo algumas iniciativas para a identificação, organização e preservação dos acervos que também constituem o patrimônio histórico escolar. Destacam-se nesse contexto, principalmente, os projetos de organização de acervos escolares realizados por meio de parcerias entre universidades, órgãos da administração pública e escolas. Embora essas iniciativas tenham sido pioneiras e fundamentais para a preservação do patrimônio escolar, seja no campo da arquitetura, seja no campo dos arquivos escolares, não foi possível identificar um único projeto que tenha tratado em conjunto essas duas áreas. Ou identificamos a restauração de edifícios escolares, sem ações voltadas à preservação dos acervos escolares ou identificamos projetos voltados à preservação dos arquivos, em prédios históricos carentes de obras de conservação ou restauro. Não é objetivo desse

trabalho vincular a importância da preservação dos acervos escolares somente para as escolas que tenham seus prédios antigos e tombados, mas sim apontar para a necessidade de discutir, quando se trata da preservação do patrimônio arquitetônico, ações conjuntas visando a recuperação e conservação também dos acervos escolares.

Outra questão ainda em discussão é referente a terminologia adotada quando se trata dos conjuntos de acervos tratados nesses projetos, e também dos espaços que os abrigam dentro das escolas, é bastante diversificada: arquivo escolar, arquivo educacional, biblioteca escolar, museu pedagógico, museu escolar, centro de memória da escola, centro de memória da educação, museu da educação, museu da história da educação.

Nesse trabalho, optamos pelo uso do termo *acervos escolares*, entendendo por acervo o conjunto de bens existentes em cada escola, agrupados de acordo com três grandes áreas do conhecimento: arquivos, bibliotecas e museus. Do ponto de vista teórico-metodológico cada um desses conjuntos possui características peculiares, seja na formação quanto na forma de organização, preservação e difusão. Entendemos que, quando falamos em instituições que têm como objetivos principais a custódia e a difusão desses diferentes acervos cabe o uso de cada nomenclatura específica: Arquivo, Biblioteca, Museu ou, ainda, Centro de Documentação. Aqui estamos tratando de escolas, cuja função primordial é a formação dos alunos, e que utiliza os acervos mencionados como subsídios para desenvolvimento de seu trabalho cotidiano.

Além das propostas para a organização e preservação desses acervos, as iniciativas implementadas também demonstram uma preocupação com a realização de projetos pedagógicos envolvendo a comunidade escolar no resgate e na preservação do patrimônio de suas escolas, contribuindo para o desenvolvimento de ações no campo da educação patrimonial. Desde então contamos com a produção de numerosos estudos no âmbito acadêmico, com a constituição de diversos grupos de estudo e pesquisa, bem como com a realização de vários seminários e encontros sobre a importância do patrimônio escolar, tanto no Brasil quanto no exterior. Realizados, principalmente, por parte dos pesquisadores em História da Educação, esses trabalhos ao apontar a

importância dos acervos escolares para a história da educação, muitas vezes também registram a situação descaso e a precariedade dos acervos em muitas escolas: documentos, mobiliário e objetos dispersos ou perdidos, descartados sem critério, mal organizados ou empilhados em locais sujos, úmidos, mal iluminados, muitas vezes infestados por pragas.

Ao contrário da durabilidade da construção e da visibilidade da arquitetura como patrimônio histórico, bem como a existência de um instrumento legal para a preservação dos edifícios - como o tombamento, no caso dos acervos históricos, sejam eles documentos de arquivo, coleções de museus e bibliotecas, poucos foram os instrumentos legais existentes e de fato implementados capazes de garantir condições adequadas a preservação desses acervos. Outro fator de risco para a preservação dos documentos e objetos que constituem os acervos históricos está relacionado a natureza do material utilizado na sua produção, em geral o papel, além de objetos em madeira, vidro e outros materiais mais frágeis e suscetíveis a deterioração e perda.

Se por um lado, no âmbito do Governo do Estado de São Paulo, desde meados da década de 1970 o CONDEPHAAT e a Secretaria da Educação se posicionaram para a preservação apenas dos prédios escolares, apenas mais recentemente, a partir do ano 2000, o Arquivo Público do Estado vem atuando em conjunto com Secretarias e outros órgãos da administração pública estadual no que tange à gestão e preservação dos documentos históricos. Isso quando, em pleno século XXI, já avançamos inclusive nos debates sobre a preservação do patrimônio imaterial e gestão dos documentos eletrônicos.

Passadas mais de quatro décadas da publicação de *Sobre escolas* e muito próximos de completarmos os 40 anos do primeiro tombamento de um prédio escolar, consideramos aqui oportuno analisar os processos de tombamento desses edifícios escolares - que do ponto de vista arquivístico constituem em si documentos históricos - e a mobilização da comunidade escolar e da sociedade em prol da preservação de, mais do que um edifício ou um conjunto de bens móveis, de suas ESCOLAS e suas memórias. Em contraponto, também consideramos importante explorarmos a questão da preservação dos acervos existentes nessas escolas, uma vez que estes são, como a arquitetura, testemunhos da

história e representam um novo conjunto de fontes documentais a serem explorados e reconhecidos como patrimônio histórico e cultural, para além da arquitetura.

Buscando refletir sobre as questões acima abordadas, organizamos o presente trabalho em quatro capítulos, sendo os dois primeiros dedicados à arquitetura escolar e seu reconhecimento como patrimônio histórico, e, para além da arquitetura, os dois últimos capítulos tratam sobre a questão dos acervos escolares e a importância de sua preservação.

No primeiro capítulo, retomamos algumas referências históricas sobre o processo de implementação do sistema de ensino no Brasil e sobre as principais características da arquitetura escolar no Estado de São Paulo a partir da instauração do regime republicano no final do século XIX, destacando as características arquitetônicas dos edifícios das primeiras escolas normais projetadas e construídas na capital e no interior do Estado.

Reconhecendo a importância da arquitetura escolar para a história da arquitetura no cenário paulista, o segundo capítulo busca registrar os primeiros debates e manifestações públicas em prol da preservação do prédio da antiga Escola Normal Caetano de Campos, ameaçado de demolição para a construção de uma estação do Metrô, que culminaram no seu tombamento. Nesse capítulo também são analisados os processos de tombamento dos edifícios das demais escolas normais construídas no Estado de São Paulo até o ano de 1920, e, ainda, aborda o processo de tombamento de um conjunto de mais de 100 escolas destinadas a abrigar os grupos escolares, cujo conjunto ficou reconhecido como "as escolas da 1.^a República".

O terceiro capítulo pretende ampliar a compreensão da noção de patrimônio histórico escolar, como indica o título desse trabalho, para além da arquitetura. A partir de uma introdução a questão dos acervos históricos existentes nas escolas, identifica quais são os conjuntos de documentos e objetos que os constituem e suas principais características. Também busca fundamentar, com base na legislação em vigor, a importância e a necessidade de preservação desses acervos. Destaca-se, como exemplo, o rico e

diversificado acervo remanescente da Escola Normal Caetano de Campos e sua influência na formação dos acervos nas demais escolas normais.

Finalmente, o quarto capítulo registra algumas das iniciativas e experiências desenvolvidas visando a recuperação e organização dos acervos escolares, bem como busca discutir qual o papel do poder público na preservação do patrimônio histórico escolar.

1. ÍCONES DA ARQUITETURA ESCOLAR PAULISTA: AS ESCOLAS NORMAIS

As escolas normais constituem a rica floração do tradicional estabelecimento de ensino da Praça da República. Vieram elas dar alcance educacional ao seu trabalho estendendo-se por todos os recantos do Estado. (Poliantéia do Centenário, 1946)

Na literatura sobre a arquitetura escolar e história da educação, a Proclamação da República é considerada um marco divisor na história da escola pública no Brasil. Até a instauração do regime republicano, a história da educação brasileira pode ser classificada de acordo com três períodos distintos: de 1549 a 1759, período praticamente dominado pela pedagogia dos jesuítas; de 1759 a 1827, período caracterizado pela instituição das aulas régias instituídas com a Reforma Pombalina; e, finalmente, de 1827 a 1890, um período caracterizado pelas tentativas descontínuas e intermitentes de organização do sistema de ensino por parte do governo imperial e dos governos das províncias (SAVIANI, 2004).

O ensino no Brasil tem suas origens ligadas à Igreja Católica, difundido em vários pontos do território através dos colégios e instalações da Companhia de Jesus. Baseada em modelos europeus, a atuação dos jesuítas pautava-se na catequese e no ensino das primeiras letras, principalmente para os índios e filhos de colonizadores; na formação de jovens eclesiásticos para seus quadros; e na preparação dos jovens que aspiravam as universidades européias.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil no século XVIII, as escolas, que não se enquadravam em um sistema de ensino organizado, passaram a funcionar de forma desarticulada e com professores sem o preparo dos antigos padres jesuítas. Limitavam-se às aulas de primeiras letras e à transmissão de conteúdos pré-estabelecidos, ministrados nas aulas régias. A transferência da Corte para o Brasil em 1808 foi responsável pela criação de diversas instituições de ensino, como a Academia Real Militar e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, porém, a instrução primária não recebeu maiores atenções do governo.

Somente em 1827, no dia 15 de outubro (daí a data em que, atualmente, é comemorado o Dia do Professor), foi promulgado o Decreto das Escolas de Primeiras Letras, a primeira lei geral do ensino no Brasil, que fixava o método e o currículo das escolas de primeiras letras. Criava, também, o ensino para o sexo feminino, até então desconsiderado nas escolas. A Lei Geral do Ensino estabeleceu tanto diretrizes para a criação de escolas como para as disciplinas a serem ministradas:

Em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias [...] os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, [...] a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana (MARCÍLIO, 2005, p.47).

Entretanto, será no final do século XIX que se intensificam os debates sobre a questão da instrução pública. A partir de 1890, no Estado de São Paulo, começam a ser implantados os primeiros grupos escolares e as escolas normais, que, inclusive, serviram de modelo para a organização do ensino em outros estados brasileiros. Tratava-se, ainda, de uma escola para a formação de poucos, que não atendia à demanda de todo o contingente de crianças em idade escolar.

A partir da Proclamação da República, a instrução primária passou a ser considerada obrigatória, universal e gratuita, cabendo aos Estados as iniciativas para a organização do sistema de ensino. Em São Paulo, a princípio, esse sistema mostrou-se um tanto complexo, com instituições classificadas em vários níveis, como as Escolas isoladas, Escolas Reunidas, Escolas Preliminares, Complementares e Modelos, Grupos Escolares e Escolas Normais (CÔRREA; MELLO; NEVES, 1991, Introdução).

Com a criação dessas escolas torna-se necessária a construção de edifícios adequados ao seu funcionamento. Embora alguns poucos prédios já tivessem sido projetados e construídos, grande parte das escolas funcionavam em edifícios adaptados ou alugados. Somente por volta de 1910 cresce o número de construções escolares destinadas, principalmente, aos grupos escolares (Idem, ibidem).

Da mesma forma que o governo estadual demonstrou preocupação com a instrução primária, também passou a investir na formação de professores, criando e construindo as Escolas Normais que, principalmente na primeira metade do século XX, tornaram-se modelos de formação de docentes para o ensino primário, tanto em São Paulo quanto para os demais estados brasileiros.

Aqui, buscamos resgatar brevemente e a partir da literatura já consagrada sobre a arquitetura escolar paulista, como se constituiu a rede física escolar nos primeiros anos da República, destacando a elaboração de projetos e a construção dos prédios destinados as escolas normais.

1.1. Arquitetura para as escolas

Com relação ao edifício e ao espaço escolar, se nos primórdios da colonização as construções jesuíticas - os colégios e os seminários - podem ser consideradas as primeiras manifestações de uma arquitetura para a educação no Brasil; durante o Império, a escola pública foi, na maioria das vezes, a casa do professor ou espaços cedidos por igrejas, prédios comerciais ou de particulares. Tanto as condições das instalações físicas das salas quanto recursos como mobiliário e material didático eram, em grande parte, precários.

Até meados do século XIX praticamente não foram projetados e construídos edifícios especificamente para abrigar escolas. Somente no final do século XIX, com a instauração da República e com a expansão e reorganização de estruturas administrativas do governo, a instrução pública passou a ser considerada uma das principais atribuições do poder público, cabendo a cada Estado a implantação de suas redes de ensino. A política de construções escolares implantada pelo regime republicano no Estado de São Paulo promoveu a construção de prédios escolares como símbolos da importância atribuída a educação, ao progresso e as realizações do governo:

A arquitetura escolar pioneira das escolas paulistas é produto de um momento em que o país se moderniza com rapidez. Essas transformações passam pela alteração da ordem política, pela renovação cultural e pelo recrudescimento das relações de intercâmbio entre o Brasil e as nações hegemônicas do final do século XIX. [...] Fruto de muita vontade política e de rudimentar estrutura técnica e administrativa, é uma arquitetura desbravadora, pioneira. Uma arquitetura caracterizada pela experimentação, por tentativas que têm por consequências algumas fórmulas quase invariáveis de enfrentar o desafio das construções escolares. (WOLFF, 2010, p. 27-28)

Os primeiros prédios escolares construídos no Estado de São Paulo passaram a ter características próprias, que os diferenciavam de outros edifícios públicos e particulares, representando um espaço específico destinado a realização das atividades e das práticas pedagógicas vigentes. Ao longo dos anos, tornam-se marcos na paisagem urbana, um

ponto de referência em todas as cidades em que foram construídos, seja para seus usuários seja para toda a comunidade.

A monumentalidade dos projetos das escolas normais e de alguns grupos escolares, a riqueza de ornamentos e de detalhes nas fachadas desses edifícios escolares representam, ainda nos dias atuais, a importância atribuída à escola nos primeiros anos da República. A localização da escola e suas relações com o entorno, as características arquitetônicas dos edifícios, seus elementos simbólicos próprios e sua decoração correspondem a padrões culturais e pedagógicos que poderiam influenciar a formação do aluno. Essa dimensão simbólica do edifício escolar também é fortemente apontada como fator de uma ação educativa no meio social, dentro e fora dos seus contornos:

A escola projetaria seu exemplo e influência geral sobre toda a sociedade, como um edifício estrategicamente situado e dotado de uma inteligência invisível que informaria culturalmente o meio humano-social que o rodeia.

[...]

A arquitetura escolar é um elemento cultural e pedagógico não só pelos condicionamentos que suas estruturas induzem, [...] mas também pelo papel de simbolização que desempenha na vida social.

[...]

Sua localização, o volume, o traço geométrico, os sinais que o seu desenho mostra, os símbolos que incorpora... tornam inconfundível seu objetivo e permitem sua fácil identificação. (VIÑAO FRAGO, 1998, pp.33-34)

Os grupos escolares foram os primeiros edifícios a estabelecer essa relação. Apesar da presença marcante na paisagem, poucas eram as exigências programáticas, limitavam-se quase que exclusivamente às salas de aulas. A arquitetura desses primeiros grupos escolares buscou aliar racionalidade econômica e funcionalidade a padrões estéticos. A adoção de projetos-tipo foi o procedimento adotado pelo Diretoria de Obras Públicas (órgão público que permaneceu responsável pelas construções dos edifícios escolares até a década de 1960), considerando a necessidade de construir rapidamente um grande

número de edifícios para atender o número de crianças que se encontravam fora da escola. Grande parte dos projetos foram desenvolvidos pelos arquitetos Ramos de Azevedo, Victor Dubugras, José Van Humbeeck, Manuel Sabater, João Bianchi, Carlos Rosencrantz, Mauro Álvaro de Souza Camargo, Achilles Nacarato e Cesar Marchisio.

Em geral, apenas o tratamento da fachada e a ornamentação diferenciavam os projetos entre si, além da adequação dos edifícios aos diferentes perfis de terrenos, solução viabilizada através da utilização de porões altos. Não havia preocupação com a implantação dos edifícios no terreno, no que diz respeito a melhor orientação do prédio quanto à insolação das salas de aula. A concepção dos projetos foi claramente inspirada em modelos europeus, resultando em edifícios de feições predominantemente ecléticas; elementos do repertório neogótico e neoclássico também deixaram suas marcas em alguns dos projetos elaborados nesse período. (RAMALHO; WOLFF, 1986, pp. 66-67).

Figura 1 - Grupo Escolar Marechal Deodoro

Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929

Figura 2 - Grupo Escolar de Santana

Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929

Com relação à distribuição interna dos espaços, a sala de aula é o principal ambiente pedagógico da escola pública, resultado, desde a sua implantação, da metodologia de transmissão do saber do professor para os alunos. Organizada internamente para orientar a atenção dos alunos para o professor, os bancos escolares, na maioria das vezes fixados no piso, eram (e em quase totalidade continuam sendo) alinhados em fileiras de frente para o quadro negro. Em muitas escolas, junto ao quadro, existiam tablados para manter o professor em um nível mais elevado que o restante dos alunos, demonstrando a superioridade de quem detém o conhecimento.

Figura 3 - Sala de aula - 1908

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

Figura 4 - Sala de aula - 1960

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

Os prédios escolares projetados e construídos no período compreendido entre 1890 e 1920 formam um conjunto reconhecido como "*as escolas da Primeira República*", edifícios que se tornaram marcos na paisagem das cidades onde foram construídos, referência de escola para várias gerações.

Figura 5 - Grupo Escolar do Brás

Fonte: CÔRREA; MELLO; NEVES, 1991

Figura 6 - Grupo Escolar de Piracicaba

Fonte: CÔRREA; MELLO; NEVES, 1991

Também entre os anos de 1890 e 1920 foram elaborados os projetos arquitetônicos dos edifícios destinados a abrigar as escolas normais do Estado de São Paulo. De fato, foram realizados nove projetos específicos para escolas normais e um dos prédios projetados como grupo escolar passou a abrigar a Escola Normal do Brás (CÔRREA; MELLO; NEVES, 1991, p.122).

Com programas arquitetônicos mais complexos, que contemplavam espaços específicos como, bibliotecas, laboratórios, oficinas e ginásio, resultaram em edifícios de grandes

dimensões e tratamento formal mais requintado, como a tradicionalmente conhecida Escola Normal da Capital - a Caetano de Campos, projetada pelo arquiteto Ramos de Azevedo. Comparados aos prédios dos grupos escolares, são edifícios imponentes e majestosos, lembrados constantemente pela sua monumentalidade.

Tabela 01 - Relação das 10 primeiras Escolas Normais implantadas no Estado de São Paulo, em ordem cronológica dos projetos arquitetônicos

Projeto arquitetônico	Nome antigo	Nome atual (Escola Estadual)	Cidade
1890	Escola Normal da Capital	Caetano de Campos	São Paulo
1895	Escola Normal de Itapetininga	Peixoto Gomide	Itapetininga
1911*	Escola Normal do Brás	Padre Anchieta	São Paulo
1912	Escola Normal de Pirassununga	Pirassununga	Pirassununga
1913	Escola Normal de São Carlos	Dr. Álvaro Guião	São Carlos
1913	Escola Normal de Piracicaba	Sud Mennucci	Piracicaba
1913	Escola Normal de Botucatu	Dr. Cardoso de Almeida	Botucatu
1918	Escola Normal de Guaratinguetá	Conselheiro Rodrigues Alves	Guaratinguetá
1919	Escola Normal de Campinas	Carlos Gomes	Campinas
1919	Escola Normal de Casa Branca	Francisco Thomaz Carvalho	Casa Branca

** Embora projetada para ser um grupo escolar, funcionou por muitos anos como escola normal.*

Funcionando como centros de formação e irradiação do conhecimento, para as escolas normais foram destinados projetos arquitetônicos, equipamentos e materiais didáticos diferenciados das demais escolas existentes no Estado.

Enfim, sejam destinadas aos grupos escolares ou às escolas normais - mais do que buscar reconhecer sobre o espaço físico da escola as influências das idéias pedagógicas, visto que ao longo do século XX o edifício escolar pode receber toda a sorte de prática pedagógica

dentro de um programa arquitetônico muitas vezes mínimo - a arquitetura dos prédios escolares se traduz como materialização da presença do Estado e de seus propósitos de contribuir para a formação e o desenvolvimento da sociedade.

Para Silvia Wolff (2010, p. 269):

*À arquitetura dessas escolas cumpria um amplo papel. Não apenas organizar funcionalmente o programa de ensino mas, mais ainda do que coubera aos grupos escolares, os prédios das normais deviam expor claramente a importância que se atribuía a seus objetivos. **Deviam destacar-se não apenas no âmbito das comunidades em que se implantavam, deviam ser lembradas a distância.** (Grifo nosso)*

1.2. O edifício da Escola Normal Caetano de Campos

Ao longo de sua história a Escola Normal Caetano de Campos funcionou em diferentes prédios. Fundada em 1846, passou a funcionar em um edifício contíguo à antiga catedral no Largo da Sé, tendo como primeiro professor e também diretor o Dr. Manoel José Chaves. As atividades da escola nesse edifício foram encerradas em 1867, com alegação de falta de verbas, e a escola permaneceu inativa até 1875, data atribuída à sua segunda fundação, e que funcionou pelo curto período de 3 anos. Sem edifício próprio, as aulas eram ministradas em sala anexa à Faculdade de Direito no Largo São Francisco. Reaberta novamente em 1880, funcionou entre os anos de 1880 e 1881 em um prédio na Rua do Tesouro e foi transferida posteriormente para um sobrado na Rua da Boa Morte, onde permaneceu até a transferência para o novo edifício na Praça da República.

Figura 7 - Prédio da Antiga Escola Normal na Rua da Boa Morte

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

Foi na Praça da República que o edifício da Escola Normal Caetano de Campos tornou-se um marco para a história da arquitetura escolar paulista.

Figura 8 - Escola Normal Caetano de Campos

Fonte: Álbum da Escola Normal, 1895, AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

Foi o primeiro prédio escolar construído no período republicano com iniciativa do governo do Estado, implantado no local onde, anteriormente, já havia sido prevista a construção de uma nova catedral para a cidade. Para muitos, trata-se de firmar o ideal do regime republicano, e buscava refletir uma nova postura frente à educação e formação dos cidadãos.

Em 13 de outubro de 1890, Prudente de Moraes autorizava a construção, transferindo para ela, por indicação de Francisco Rangel Pestana, a quantia de duzentos mil cruzeiros que se destinavam a construção duma Sé. Quatro dias depois, a 17 de outubro de 1890, era lançada a pedra fundamental no espaçoso terreno do antigo Largo dos Curros, depois da Palha, hoje Praça da República.

Naquele dia festivo, milhares de pessoas palmilhavam o barro e o mato rasteiro do imenso largo ainda inculto. O sol escaldava, a multidão compacta, enxugando o suor que brotava copioso, aguardava a terminação do ato que se lavrava. Caetano de Campos e Prudente de

Moraes seguiam avidamente a pena que corria rápida sobre o papel. Dir-se-ia dois generais experimentados, medindo com olhar inteligente a obra imensa de ataque e defesa que aquele humilde papel corporificava na sua inconsciência de matéria bruta. Terminada a ata, Prudente de Moraes foi o primeiro a lançar seu glorioso nome sob a data de 17 de Outubro de 1890. Pouco depois cimentava-se no solo, como primeiro e imperecível alicerce de nossa futura civilização, a pedra fundamental da Escola Normal, acompanhada desta benção proferida pelos seus lábios: Levanta-se aqui o templo de luz! (POLIANTÉIA, 1946, pp. 7-9)

O projeto original e os primeiros desenhos para a Escola Normal foram elaborados pelo engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, então diretor da Escola Politécnica e, posteriormente, detalhado e construído pelo arquiteto Ramos de Azevedo.

O novo edifício da Escola Normal foi inaugurado em 2 de agosto de 1894, em uma grande solenidade, contando com a presença do Presidente do Estado, Dr. Bernardino de Campos e vários Secretários de Governo, como o Dr. Cesário Motta, Secretário do Interior.

A arquitetura do novo edifício, desde o início, foi destacada e amplamente noticiada. No dia seguinte à inauguração, jornais como Correio Paulistano e O Estado de São Paulo destacaram as características arquitetônicas do novo edifício da Escola Normal.

O edifício mede 86m de frente e 37 de fundo. A planta afeta a forma em U e do centro e dos extremos da fachada principal emergem pavilhões cuja decoração mais rica e ornamentada que o do geral do edifício, tem o fim de destruir a possível monotonia proveniente do grande número de janelas e portas e das extensas linhas do entablamento, cimalthas, etc. A escada que dá acesso ao pavimento térreo é de alvenaria, as que dão entrada para o pavimento superior são de mármore branco. Não incluindo o vestíbulo, corredores e peças de comunicação, o edifício mantém quarenta salas ou câmaras sendo destinadas aos cursos da Escola Normal, aos cursos da Escola Modelo que funciona no mesmo

edifício, aos professores e à administração. A diretoria da escola ocupa duas salas. As lições de física e química serão dadas no anfiteatro, que fica em frente ao vestibulo e que se presta admiravelmente a esse fim. Nos extremos do pavimento inferior estão colocados os water-closets, de sistema moderníssimo. [...] A mobília é toda americana e tivemos ocasião de ver as carteiras que servem aos alunos da Escola Normal e aos da Escola Modelo, que é excelente. Na parte posterior do edifício funciona um ginásio em magnífico prédio, ao lado do qual se acham os parques de recreio, para alunos de ambos os sexos, separados por grade de ferro. Aos lados do edifício da escola há entradas independentes. (O Estado de São Paulo, 03/08/1894)

Em 1895 o então diretor da Escola Normal, Gabriel Prestes, apresentava um relatório ao Secretário do Interior, Cesário Motta Junior, descrevendo as características e usos do novo edifício de forma semelhante àquela publicada em O Estado de São Paulo:

O edifício mede 86 metros de frente por 37 de fundo e é composto por 3 pavimentos, sendo um subterrâneo.

A escada que dá acesso para o pavimento térreo é de alvenaria e as que dão entrada para o pavimento superior são de mármore branco. Sem contar com o vestibulo e os corredores, o edifício contém mais de 40 salas, umas utilizadas com as aulas do Curso Normal e da Escola Modelo e outras com a administração, museus e gabinetes.

No pavimento superior funcionam as aulas do Curso Normal e no pavimento térreo, as da Escola Modelo, a Secretaria, a Bibliotheca e as aulas de Physica e Chimica. O pavimento subterrâneo destina-se ás officinas de trabalho manual, tendo além disso algumas salas para depósito de objectos escolares e câmaras escuras para experiências de Optica.

Há no estabelecimento completa separação entre a secção feminina e a masculina: o sexo feminino ocupa a ala direita e o masculino a ala esquerda do edifício. A lotação das salas de aula é de 40 alumnos, no máximo, e 35, no mínimo, sem contar as salas de sciencias naturaes e de Physica e Chimica, cuja lotação é 120 alumnos.

Na parte posterior do edifício existe ainda um bello e vasto pavilhão que serve de abrigo aos alumnos no recreio, e cuja parte central é occupada por um gymnasio em que se encontram todos os appparelhos necessarios ao ensino de gymnastica.

Os pateos para recreio são bastante vastos, e com fácil communicação para o gymnasio. (Relatório da Escola Normal, 1895, pp. 57-58)

Consta, ainda, no mesmo relatório, as primeiras plantas da escola com a indicação da distribuição e uso dos ambientes em seu primeiro ano de funcionamento:

Figura 9 - Planta do Pavimento Térreo

Fonte: Relatório da Escola Normal, 1895 - AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

No pavimento térreo, dividido em seções masculina e feminina, localizavam-se o anfiteatro, o gabinete de física e o laboratório de química, a biblioteca, a secretaria e o gabinete do diretor da Escola Modelo, e ainda dez salas de aula da Escola Modelo.

Figura 10 - Planta do Pavimento Superior

Fonte: Relatório da Escola Normal, 1895 - AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

No pavimento superior, ocupado pela Escola Normal, ficavam as salas para Ciências Naturais, Anatomia e Fisiologia, História Natural, o Gabinete do Diretor, a Sala da Inspeção e a Sala dos Professores, duas salas de estudos e oito salas de aula para o Curso Normal, também divididas em seções masculina e feminina.

Para Silvia Wolff (2010, p.153):

O novo prédio da Escola Normal nada ficava a dever aos seus modelos de inspiração europeus. Era racional e moderno em seu funcionamento e estilisticamente adequado, segundo a visão da época - monumental, eloquente, mas não excessivo.

Todos os conceitos pedagógicos que se pretendia implantar estavam contemplados nas espaçosas instalações que, em sua aparência, seguiam bem os ditames preconizados nos manuais e revistas de arquitetura contemporâneos, sintetizados pelos editoriais de arquiteto

francês César Daly. Os "dogmas estilísticos" divulgados diziam que a arquitetura pública era feita para durar, para expressar os ideais de nobreza e a dignidade das nações. Tais objetivos só seriam alcançados se a arquitetura pública fosse composta segundo os ideais do classicismo, ainda que reinterpretados por uma visão mais flexível. Para os prédios oficiais, não eram toleradas as fantasias estilísticas cabíveis na arquitetura privada.

*A retórica do edifício da Escola Normal de São Paulo apoiou-se, assim, mais em unidade do que em variedade e profusão ornamental. **O prédio da nova Escola Normal era um edifício novo, grande, funcional e digno. Pronto para desempenhar seu papel de propagador da idéia de educação de seus idealizadores.** (grifo nosso)*

Com a expansão de suas atividades, sua projeção no cenário da educação e as demandas daí surgidas se refletiram também na arquitetura do edifício. Em 1933 foi construído um terceiro pavimento, para abrigar o Instituto de Educação da recém criada Universidade de São Paulo:

Era natural que, desenvolvendo-se tanto, a Escola Normal fosse um dia transformada no Instituto de Educação superior de que necessitava a Universidade de São Paulo, recém-fundada. Armando Sales de Oliveira lhe dá fóros de escola superior, incluindo-a entre os institutos universitários. Aumentado que era o edifício, por iniciativa de Fernando de Azevedo, então diretor da velha escola e do novo Instituto Universitário, aumentava-se a estrutura da organização no coroamento que, mais que pelos anos, se pode descrever pela grandeza da obra. Atingido seu apogeu, passou a ser o Instituto máximo de educação. (POLIANTÉIA, 1946, p. 20)

Outras reformas e adequações do prédio foram marcantes em sua trajetória. No final da década de 1930 foi demolido o prédio do Jardim da Infância, localizado nos fundos do prédio principal, para o alargamento e expansão da Avenida São Luiz. Construído poucos anos após a inauguração da escola, o prédio do Jardim da Infância era totalmente isolado da Escola Normal, abrigava quatro salas de aula e formava um grande salão central em

formato octogonal com cerca de 15 x 15 metros, coberto por uma cúpula metálica e uma galeria formada por colunas em ferro (KUHLMANN JR, 1994, p. 63).

Figura 11 - Edifício da Escola Normal Caetano de Campos, com o terceiro pavimento

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

Figura 12 - Edifício do Jardim da Infância

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

Outra grande intervenção no prédio, no mesmo período da demolição do Jardim da Infância, foi a demolição do anfiteatro original, construído na parte central interna do edifício, entre as duas alas laterais, cedendo espaço para a construção de um novo e amplo auditório. Em junho de 1941 a Revista Acrópole registrou em suas páginas o recém inaugurado auditório:

O magnífico pavilhão se compõem propriamente do auditorium que tem platéia e galeria para mil pessoas: palco, "foyer" e dependências.

Ocupando a parte mais alta do edifício há uma ampla sala de música e da administração. São dignos de nota, certos elementos construtivos, como o forro do salão todo em estuque.

Ao se construí-lo, teve-se em mira, a necessidade de iluminação indireta, razão pela qual, apresenta as curvas e reintrancias, para a colocação das lâmpadas.

[...]

O ambiente interno do salão com o rico mobiliário de que foi dotado, constitui um dos mais agradáveis de S. Paulo, onde o artista decorador poudes revelar o fino gosto que lá está fixado.

Figura 13 - Vista do auditório da Escola Normal Caetano de Campos

Fonte: Revista Acrópole

Figura 14 - Plantas do auditório da Escola Normal Caetano de Campos

Fonte: Revista Acrópole

Figura 15 - Vista do auditório da Escola Normal Caetano de Campos

Fonte: Revista Acrópole

Além da construção em 1948 de mais 12 salas de aula, o prédio da antiga Escola Normal não sofreu grandes intervenções até o final década de 1970, quando o edifício foi adaptado e restaurado para a instalação da sede da Secretaria de Estado da Educação.

1.3. Os edifícios para as Escolas Normais

Assim como foi projetado e construído um grande e imponente edifício para a primeira Escola Normal instalada na cidade de São Paulo, também foram destinados projetos específicos para atender à demanda das demais escolas normais implantadas em outras cidades do interior paulista até 1920. É importante destacar que praticamente todas essas escolas começaram suas atividades em outros edifícios, ocupando posteriormente os prédios para elas construídos.

Tabela 02 - Relação das 10 primeiras Escolas Normais implantadas no Estado de São Paulo, em ordem cronológica de criação das escolas

Escola Normal	Ano de criação da escola	Ano do projeto arquitetônico	Autor do Projeto
Capital	1846	1890	Ramos de Azevedo
Itapetininga	1897	1895	Ramos de Azevedo
Piracicaba	1896	1913	João Bianchi
Campinas	1902	1919	Cesar Marchisio
Guaratinguetá	1902	1918	Cesar Marchisio
Pirassununga	1911	1912	Carlos Rosencrantz
Botucatu	1911	1913	João Bianchi
São Carlos	1911	1913	Carlos Rosencrantz
Casa Branca	1913	1919	Cesar Marchisio
Brás*	1913	1911	Manuel Sabater

** Como mencionado anteriormente, o prédio onde funcionou a Escola Normal do Brás foi projetado para funcionar como um grupo escolar.*

Em 29 de março de 1911 o Decreto n.º 2.025 transformava as escolas complementares de Guaratinguetá, de Piracicaba e de Campinas - com cursos de quatro anos de duração e cujos diplomados tinham o direito de lecionar em escolas preliminares, obrigatória e destinadas às crianças de 7 a 12 anos de idade - em escolas normais. Ainda nesse ano, foram criadas as escolas normais de Pirassununga e de Botucatu. Também em 1911 foi

criada a Escola Normal de São Carlos (POLIANTÉIA, 1946, p. 12). Em 1913 foram criadas as escolas normais de Casa Branca e a do Brás, na capital, totalizando as dez primeiras escolas normais implantadas no Estado de São Paulo.

Com a equiparação do nível das escolas existentes e com a criação de novas escolas normais, iniciou-se uma nova onda de elaboração de projetos e construções de edifícios para as escolas normais do interior paulista.

Se para a elaboração dos projetos das escolas normais de São Paulo e Itapetininga foi contratado o Escritório Técnico Ramos de Azevedo, os projetos das outras escolas normais ficaram a cargo dos arquitetos da própria Diretoria de Obras Públicas, profissionais gabaritados pela experiência na elaboração de projetos para grupos escolares de pequeno e grande porte, construídos na década de 1910 na capital e no interior do Estado. Carlos Rosencrantz assina os projetos das escolas de Pirassununga e São Carlos. Os prédios para as escolas de Piracicaba e Botucatu ficam sob a responsabilidade de João Bianchi. Já no final de década de 1910, entre 1918 e 1919, Cesar Marchisio projeta os edifícios para as escolas de Guaratinguetá, Campinas e Casa Branca (WOLFF, 2010, pp. 268- 270).

Para cada escola normal foram desenvolvidos projetos com características estilísticas específicas, embora todos mantivessem o eixo de simetria em suas implantações e contemplassem um programa arquitetônico semelhante, incluindo ambientes como auditórios, bibliotecas e laboratórios.

A Escola Normal de Itapetininga constitui o único exemplar entre os prédios das escolas normais formado por um conjunto de três edificações: a central, destinada à Escola Normal, para formação de professores; e duas laterais, a Escola Modelo Preliminar e a Escola Modelo Complementar, que correspondiam aos dois primeiros níveis do ensino elementar instituídos pelo Estado. O projeto arquitetônico, assim como o da Escola Normal da Capital, é de autoria de Ramos de Azevedo.

Figura 16 - Escola Normal de Itapetininga

Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929

O edifício central, destinado à Escola Normal, possui três pavimentos, assim distribuídos (ANUÁRIO DO ENSINO, 1907, p. 125):

No pavimento inferior estão confortavelmente installadas as officinas de torno e marcenaria, aulas de desenho, arrecadação do batalhão infantil e sala destinada aos empregados. No pavimento médio funcionam seis aulas da Escola Modelo, e existem, o gabinete da directoria, a portaria, a secretaria e bibliotheca e um museu com os mais importantes espécies de nossa flora e fauna, além da sala de ensaios da banda de música. No pavimento superior funcçionam quatro aulas da Escola Complementar, e existem o gabinete da professora de prendas domésticas, o gabinete e o laboratório de physica e chimica, e o esplêndido salão em que se realizam os ensaios de canto e exercícios de gymnastica da secção feminina das duas escolas.

Além dos diversos ambientes acima e das salas de aula, o programa arquitetônico contemplava um espaço dedicado às atividades culturais e musicais:

No salão nobre está construído um excelente theatro, com um belíssimo cenário e panno de bocca, pintados pelo professor da Escola Complementar sr. Caetano Bifone. possui o salão um piano para os exerc'cios de canto, e nas paredes estão suspensos os quadros de diversas turmas de professorandos e os retratos dos beneméritos das escolas: cidadãos dr. Peixoto Gomide, coronel Fernando Prestes de Albuquerque, drs. Bernardino de Campos, Cesário Motta, Jorge Tibiriça e Cardoso de Almeida.

A segunda escola normal instalada na cidade de São Paulo - a Escola Normal do Brás - funcionou em um edifício projetado por Manuel Sabater inicialmente para abrigar um grupo escolar. A planta desta escola repete-se no edifício do Grupo Escolar de Santos e, com algumas adaptações, no Grupo Escolar do Belenzinho (CÔRREA; MELLO; NEVES, 1991, p. 85).

Figura 17 - Escola Normal do Brás

Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929

Construída em três pavimentos e com duas alas laterais, destacam-se no projeto os corredores internos, voltados para o pátio central, com fechamento superior parcial em vitrais coloridos e gradis em ferro. Diferente dos demais projetos das escolas normais, não conta com o anfiteatro, geralmente localizado na porção central do prédio, espaço aqui ocupado por um pequeno ambiente destinado ao vestiário.

Projetado por Carlos Rosencrantz, o edifício para a Escola Normal de Pirassununga possui um corpo central recuado em relação aos corpos simétricos laterais, e com uma imponente escadaria de acesso central além do conjunto de escadarias laterais. Ao contrário dos demais projetos, aqui o auditório está localizado em um dos corpos laterais do edifício, e, em posição oposta ao espaço por ele ocupado, encontra-se a biblioteca da escola.

Figura 18 - Escola Normal de Pirassununga

Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929

O edifício da Escola Normal de Pirassununga está entre aqueles de maior expressividade entre os prédios escolares paulistas.

A Escola Normal de Pirassununga era um prédio majestoso que, como talvez nenhum outro edifício escolar paulista, atingiu as metas estabelecidas por Naejoux para a arquitetura escolar. Uma arquitetura que gerasse monumentos que tocassem e impressionassem a criança, que obtivessem uma reverência próxima à experimentada nos claustros dos edifícios religiosos.

De fato, subir a escadaria principal da escola de Pirassununga no primeiro dia de aula, ou em aula de prova, deveria ser uma experiência impressionante para os alunos. (WOLFF, 2010, p. 272)

Um dos fatos mais marcantes na história desse edifício foi sua parcial destruição causada por um incêndio, em 1981, mesmo ano que marca a abertura, pelo CONDEPHAAT, do processo de tombamento desse prédio e seu restauro, pela FDE.

Também projetado por Carlos Rosencrantz, o prédio da Escola Normal de São Carlos tem em na implantação no terreno sua característica mais marcante. Respeitando o eixo de simetria da planta, o edifício foi implantado no eixo que corresponde à diagonal do terreno - que ocupa todo um quarteirão - resultando em quatro corpos paralelos às divisas, além do corpo central que, assim como em Pirassununga, é marcado por uma grandiosa escadaria.

As fachadas são ornamentadas e marcadas pelos recuos e avanços de diferentes corpos do edifício. Também como em Pirassununga, linhas curvas e abauladas marcam o ritmo da fachada principal e das extremidades (CÔRREA; MELLO; NEVES, 1991, p. 134).

Assim como o anfiteatro localizado em frente ao acesso principal do prédio, característica comum nos prédios de outras escolas normais, o programa arquitetônico da Escola Normal de São Carlos também contemplava ambientes como a biblioteca, os laboratórios de física e química, a sala de história natural e um gabinete de psicologia experimental.

Figura 19 - Escola Normal de São Carlos

Fonte: Álbum da 3.^a Conferência de Educação, 1929

Para os prédios das escolas normais de Piracicaba e Botucatu foi destinado o mesmo projeto arquitetônico, procedimento usual na arquitetura escolar pública do período, apenas com algumas diferenças nos ornamentos das fachadas e acabamentos. Repete-se a solução do edifício em dois pavimentos, com as aberturas em arcos e o movimento das fachadas marcados por avanços e recuos. Como nas demais escolas normais, estão presentes os ambientes destinados ao auditório e a biblioteca.

Em Botucatu, o prédio da Escola Normal foi implantado em terreno localizado ao lado do grupo escolar já existente, projetado por Victor Dubugras em 1895, formando, de certa forma, um conjunto semelhante a solução dada por Ramos de Azevedo para a escola normal, modelo e complementar em Itapetininga.

Figura 20 - Escola Normal de Piracicaba

Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929

Figura 21 - Escola Normal de Botucatu

Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929

Cinco anos após a conclusão do projeto da Escola Normal de Botucatu, Cesar Marchisio é o arquiteto responsável, entre os anos de 1918 e 1919, pela elaboração dos projetos para as escolas normais de Guaratinguetá, Campinas e Casa Branca. Tratam-se de edifícios com características mais sóbrias, linhas mais retas e ornamentação mais discreta que os projetos anteriormente executados. Contudo, em todos os edifícios, foi mantido o programa arquitetônico das demais escolas normais, contemplando os ambientes para biblioteca, laboratórios e auditório, bem como a simetria do conjunto.

Figura 22 - Escola Normal de Guaratinguetá

Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929

Na Escola Normal de Campinas a planta contempla na ala central um conjunto de salas de aula, configurando uma planta em "E". Nessa escola, um dos destaques do projeto é a instalação, pela primeira vez, de um relógio no corpo central da fachada principal do edifício.

Figura 23 - Escola Normal de Campinas

Fonte: Álbum da 3.ª Conferência de Educação, 1929

Figura 24 - Desenho da fachada da Escola Normal de Casa Branca

Fonte: CÔRREA; MELLO; NEVES, 1991

O edifício da Escola Normal de Casa Branca repete a mesma solução da Escola Normal de Campinas. Apenas os desenhos das fachadas apresentam uma solução diferente e, apesar de inicialmente previsto em projeto, o relógio na fachada do prédio de Casa Branca nunca foi instalado.

Diferentemente da importância atribuída ao edifício da Escola Normal Caetano de Campos, o volume de registros, informações e comentários sobre os demais prédios destinados às escolas normais é proporcionalmente muito menor. Seja nas principais referências bibliográficas sobre a arquitetura escolar paulista ou, por exemplo, na publicação da Poliantéia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal, o maior destaque sempre é dado ao edifício da Caetano de Campos.

2. O TOMBAMENTO DOS PRÉDIOS ESCOLARES

A escola não é um simples instrumento de transmissão de saber e cultura. É mais do que isso: é um organismo vivo, estuante de energias renovadoras, um reflorir de idéias e de ideais, que não se esgota, mas se renova a cada dia, fixando no tempo e no espaço a história de um povo, que se sente realizado na sua paz interior e na paz que pode transmitir, viva, calorosa e apaixonada, aos seus irmãos.

Como é doce sentir que a escola nos proporciona magnífica oportunidade de pagar em alegria sincera o carinho e a dedicação de nossos pais! E como é doce sentir que aquela escola, pequenina ou grande, é um caminho seguro às gerações que virão, um dia, prosseguir nossa obra!

Isto é o que sentem os paulistas e a grande maioria dos jovens que frequentam os cursos da Caetano de Campos. Não podem concordar com a destruição do monumento que os nossos maiores construíram no passado, para nosso gozo neste presente incerto e agitado. (Ruy Côdo, Deputado Federal, Projeto de Lei n.º 1.265, 1975)

Ao longo dos anos de pesquisa e de trabalho relacionados às escolas públicas paulistas, bem como com a convivência no meio escolar, foi possível perceber que para alguns o tombamento de um prédio escolar é visto como uma espécie de "tábua de salvação" para o edifício em questão ou como um "selo de qualidade" para a escola como um todo, uma ação bastante positiva e que contribui efetivamente para a preservação da arquitetura escolar. Nesse sentido, muitos também associam o tombamento a uma imediata obra de restauro do edifício, assim como a um garantido e contínuo processo de manutenção e conservação das instalações físicas da escola. Entretanto, para outros, o tombamento pode ser considerado uma forma de "engessamento", uma barreira ou um fator gerador de complicações no processo de modernização e adequação dos espaços construídos das escolas, ou, ainda, como uma responsabilidade a mais no processo cotidiano de gestão de uma unidade escolar.

No âmbito da arquitetura escolar em São Paulo, a manifestação pública da sociedade em geral, e principalmente da comunidade escolar e de grupos de ex-professores e de ex-alunos, para a preservação do edifício da Escola Caetano de Campos, que começa em meados da década de 1970 em meio à polêmica proposta de demolição do prédio para a construção de uma estação do Metrô, é um marco na história da preservação dos prédios escolares da rede pública estadual e fator preponderante na abertura do primeiro processo de tombamento de um edifício escolar no Estado de São Paulo.

A partir de então, com o reconhecimento público sobre a importância de preservar o edifício da Caetano de Campos e, finalmente, com seu tombamento concretizado em menos de um ano, outros processos foram abertos nos anos posteriores: individualmente, para os edifícios das antigas Escolas Normais, e um processo coletivo para um conjunto de aproximadamente 150 outros prédios dos grupos escolares, a maioria deles construídos durante os anos de 1890 e 1920, um período reconhecido como "as escolas da 1.ª República".

Embora vários estudos tenham sido realizados nas últimas décadas sobre diferentes aspectos da arquitetura escolar paulista, e ainda que as características arquitetônicas de muitos de seus exemplares sejam atualmente reconhecidas como patrimônio histórico, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa não foram localizados estudos sobre os processos de tombamento dos prédios escolares em si, analisados como o instrumento oficial de reconhecimento histórico, cultural e arquitetônico de tais exemplares. Do ponto de vista arquivístico, como veremos adiante no Capítulo 3, os próprios processos de tombamento, por suas características e relevância, constituem documentos de valor histórico e de preservação permanente.

Buscamos registrar como se constituíram e se desenrolaram os primeiros processos de tombamento dos prédios das escolas paulistas, principalmente aqueles relacionados aos edifícios das antigas Escolas Normais, quais as tipologias documentais e outros elementos integraram esses processos, o teor de alguns documentos e pareceres que os compõem.

Além da consulta aos processos de tombamento junto ao CONDEPHAAT, foram amplamente utilizados como fonte de pesquisa os documentos do Acervo Histórico Caetano de Campos, sob a responsabilidade do CRE Mario Covas, principalmente o conjunto de documentos reconhecido como "Dossiês Didáticos". Durante o conturbado período em que se debateu a possibilidade de demolição do prédio da Caetano de Campos, alguns desses dossiês reuniram um grande número de recortes de jornais, através dos quais podem ser realizadas leituras sobre o impacto social causado pela possibilidade de destruição de um edifício que, se ainda não tinha reconhecido seu valor histórico perante os órgãos oficiais, há muito havia se tornado um símbolo para a história do ensino público paulista.

2.1. A luta pela preservação do edifício da Escola Caetano de Campos

Em meados da década de 1970 surgem as primeiras notícias sobre as obras de ampliação da rede do Metrô na cidade de São Paulo que previam a demolição do prédio da Escola Normal Caetano de Campos para a construção da então futura estação República.

Várias foram as manifestações contrárias à demolição do edifício e à transferência da escola para outro local, provenientes das mais diversas fontes: Associação de Ex-alunos, órgãos de imprensa, Poder Judiciário e da Câmara dos Deputados, além de uma Ação Popular movida, entre outros, por Modesto Souza Barros Carvalhosa, que viria a ser Presidente do CONDEPHAAT no momento da assinatura do tombamento de outros edifícios escolares.

Além da importância arquitetônica e histórica, a Escola Normal contava também com um rico acervo documental, que foi citado algumas vezes durante o processo de tombamento e que subsidiou grande parte do presente trabalho. Uma das atividades da biblioteca da escola era a elaboração do que hoje ficou conhecido como "Dossiês Didáticos" - uma série de pastas de diferentes temas, formada por recortes de jornais e revistas, trabalhos dos próprios professores e alunos e outros tantos materiais - entre os quais foram localizados vários documentos e recortes de jornais que registram a mobilização da comunidade escolar e da sociedade pela preservação da escola.

Um primeiro fato curioso sobre o risco de desaparecimento do prédio da Escola Normal da paisagem urbana foi registrado em meados da década de 1940. Apesar da maioria dos recortes de jornais sobre a preservação da Caetano de Campos - que veremos detalhes em a seguir - datarem do ano de 1975, um particularmente nos chamou a atenção durante a pesquisa por duas razões: a primeira, pela data de publicação, 29 de janeiro de 1946; a segunda, por já mencionar a Escola Normal como um patrimônio cultural a ser preservado. Com o título de *Em defesa de um patrimônio*, trata-se de uma nota, cuja autoria é impossível de identificar a não ser pela palavra "Professor" assinada ao final do texto, publicada em meio as discussões sobre a construção de um novo Paço Municipal na cidade de São Paulo. O autor manifesta que:

Estão os reformadores da Capital preocupados em encontrar um local apropriado para o futuro Paço Municipal. Nada mais razoável, porque não é concebível que uma municipalidade rica como a nossa funcione aos pedaços, em vários cantos da cidade. Um município que se dá ao luxo de rasgar avenidas radiais e circulares, que perfura túneis e projeta viadutos com tanta facilidade, que até parece brinquedo de criança em montes de areia, enfim uma prefeitura que constroe um monumento da suntuosidade do Estádio Municipal e aquela magnífica Ponte das Bandeiras e que encontrou uma forma prática até para derrubar o prédio da Delegacia Fiscal, não pode, mesmo, continuar habitando naquele casarão da rua Líbero Badaró. Tem o direito e o dever de instalar-se confortavelmente em prédio próprio, que além dos requisitos essenciais aos seus serviços, tenha, também, suntuosidade à altura das tradições e do renome de São Paulo. Isso todos os paulistas desejam. E terá aplausos gerais qualquer iniciativa que vise atingir esse objetivo. Eis porque vimos acompanhando com interesse os debates em torno do futuro Paço Municipal. O sr. Prestes Maia, ao que sabemos, deixou um projeto pronto, inclusive a localização do prédio. Alguns urbanistas e arquitetos, entretanto, não concordam com o projeto, outros com o local e há ainda, os que discordam de ambas as coisas. Nunca imaginamos que havia na paulicéia tantos entendidos em urbanismo. Pelo menos não apareceram durante a permanência do sr. Prestes Maia, na prefeitura, com exceção do sr. Anhaia Melo, que estava sempre de lápis na mão para apontar erros dos planos urbanistas em desenvolvimento. Depois de muitas entrevistas, eis que surge ontem mais uma, do sr. Miguel Badra Junior, o qual faz uma análise técnica do tal projeto, condenando principalmente a sua localização. Até aí nada de mais, porque é mais um ponto de vista sobre o problema. O sr. Badra é engenheiro arquiteto e o seu diploma lhe assegura o direito de opinar em tais assuntos. Mas, entre as suas considerações, o entrevistado do "Diário da Noite" apontou como lugar ideal para o futuro paço Municipal o terreno onde hoje se ergue a Escola "Caetano de Campos", alegando, em favor de sua tese, que "vários técnicos acham inconcebível a localização de um estabelecimento de ensino no lugar em que está". Ninguém discute a má situação da Escola "Caetano de Campos", principalmente depois que o

*sr. Prestes Maia pôs a picareta nas áreas livres, de recreio, para transformá-la em mais uma avenida, enquanto a Universidade ocupava "germanicamente" o 3º andar do edifício. **Mas não nos esqueçamos de que a velha e tradicional Escola Normal da praça, que relembra toda a história do ensino normal paulista, constitui um patrimônio cultural, que é preciso zelar e não ameaçar de demolição**, para em lugar erguer-se mais um monumento suntuoso da vaidade dos administradores. Nada disso. Que se construa o prédio do Paço Municipal, está certo, mas que se respeite a mais antiga, a mais nobre e a mais ilustre Escola Normal de S.Paulo. Há de haver outros locais apropriados, nem que seja para derrubar um ou dois arranha-céus. Mesmo porque estamos às vésperas do Centenário do Ensino Normal Paulista e a Escola "Caetano de Campos" será centro das comemorações. Acreditamos, pois, que isso não passará de um palpite. Mas que palpite! (Diário de São Paulo, 29/01/1946, p. 6) (Grifo nosso)*

Não foram localizados outros documentos ou informações relativas ao desdobramento dessa proposta, ou qualquer outra referência ao assunto.

Passados quase 30 anos dessa nota, em 18 de março de 1975, o jornal *O Estado de São Paulo* publicava *Os prédios que fazem a história*, criticando a forma como o desenvolvimento e o progresso transforma a paisagem de grandes centros metropolitanos como São Paulo, onde um processo autofágico não preservava elementos que pudessem servir de testemunhos de época. Citando os casos da Avenida Paulista e do bairro de Higienópolis, que viram seus casarões substituídos por arranha-céus e grandes prédios de apartamentos, o artigo contestava o posicionamento dos administradores públicos por entenderem que os prédios mais modernos não teriam valor para a preservação e que,

Agora, com incrível insensibilidade, fala-se em que a quase centenária Escola Normal da Praça, que inovou o ensino não apenas em São Paulo, mas no Brasil, poderá desaparecer para dar lugar a uma estação do futuro metrô. [...] Demolir a Escola da Praça, pois, não será apenas ato

de falta de inteligência. Além da burrice cornéa, teremos o crime contra a história de São Paulo.

Ainda em março, a *Folha de São Paulo* dedicava uma página inteira para tratar do assunto da preservação da arquitetura paulista - *da taipa ao concreto* - de acordo com o título da matéria. Baseado em pesquisa elaborada pelos arquitetos Carlos Lemos e Benedito Lima de Toledo, a pedido da Prefeitura de São Paulo, foram levantadas as construções mais representativas do centro da cidade, histórica e arquitetonicamente. Entre a lista dos bens a serem preservados, encontrava-se o prédio da Antiga Escola Normal Caetano de Campos.

Paralelamente à questão da preservação do prédio, outra discussão estava em curso: a transferência da escola para outro local, no bairro da Aclimação. Já havia sinais de que a Caetano de Campos sairia da Praça da República, uma vez que um outro edifício encontrava-se em reforma para abrigar a escola e então ceder o prédio para as instalações da Secretaria de Educação. Em 7 maio de 1975, à página 7, a *Folha de São Paulo* expunha como motivo da transferência a necessidade de satisfazer todas as condições pedagógicas modernas previstas na legislação de ensino vigente desde 1971.

A cada notícia publicada, como veremos algumas delas em detalhe adiante, uma nova suposição quanto ao destino da Caetano de Campos era formulada. A leitura das manchetes e artigos publicados nesse período indicam que não havia uma proposta clara e objetiva para o futuro do edifício. Ora se especulava que o prédio seria destinado a ser a nova sede do Metrô, ora que ali seria instalada a sede da Secretaria da Educação. Ora se fala em reciclagem das instalações do edifício, ora se dava como certa sua demolição. Não havia sequer um consenso ou um discurso articulado sobre qual seria a justificativa para preservar a construção: se por suas características arquitetônicas ou pela representatividade da escola para a história do ensino público. Até mesmo se apelava ao fato de várias personalidades consideradas ilustres no cenário brasileiro terem sido alunos da escola.

Também o corpo docente e alunos da escola manifestavam opiniões divergentes, alguns se mostravam favoráveis à mudança para um novo prédio, com instalações mais modernas, outros desejavam permanecer no mesmo edifício.

Em outubro de 1975, o Diário da Noite destacava a posição da EMURB, dirigida na época por Ernest Mange, um ex-caetanista:

"A reciclagem do edifício, segundo Luiz Nogueira, assessor de imprensa da EMURB, tem importância apenas no sentido de preservar um prédio histórico que foi sede da primeira Faculdade de Filosofia da USP, em 1936, para onde foram trazidos grandes filósofos da época, entre os quais Levi Strauss. Segundo o assessor, o valor histórico provém, ainda, das figuras importantes de São Paulo que passaram por lá como alunos, como é o caso do prefeito Olavo Setúbal e do próprio Ernest Mange, que ao que tudo indica teria feito o pré-primário naquele Instituto. A sua reutilização, portanto, não está ligada a preservações de estilo ou de uma arquitetura característica. Apesar de não existir projeto de reciclagem, a estrutura seria utilizada possivelmente para exposições, salas de conferências, sede de entidades etc., enquanto a parte divisória sofreria alterações radicais adequadas às necessidades para as quais seria destinado, sob orientação da Cia do Metrô." (Diário da Noite, 03/10/1975, p. 7)

Algumas considerações podem ser tecidas a partir dessa declaração da EMURB: que ela reflete a falta de clareza quanto ao objeto da preservação - nesse caso o assessor cita a importância da Faculdade de Filosofia da USP, que teria sido instalada ali somente com a construção do terceiro pavimento na década de 1930 - e que, na verdade, tratava-se do Instituto de Educação da USP - não fazendo nenhuma referência à Escola Normal, criada há muito mais tempo e ali funcionando desde a inauguração do prédio em 1884. A declaração também reforça a idéia de que a arquitetura digna de preservação é aquela excepcional, com valor estético e, subentendendo ainda, que a arquitetura daquele edifício não tinha valor. Também fica evidente que se pretendia preservar a fachada e a volumetria, mas que todo o interior do edifício poderia sofrer "*alterações radicais*". Outro

argumento empregado, independente da arquitetura do edifício, seria o fato de que figuras ilustres terem passado pela escola como alunos, configurando sua importância histórica no cenário paulista.

Nessa mesma matéria, Dona Carolina Ribeiro, ex-diretora e uma das personagens mais marcantes na história da Escola Normal, e o então diretor, Fábio de Barros Gomes, defendiam a preservação não somente do prédio, mas da escola e daquilo que ela representava, um marco na história da educação pública paulista e brasileira. Nesse sentido, as justificativas para a preservação do edifício da Escola Normal não deveriam ser baseadas tão somente no valor estético da arquitetura, mas agregando outros valores, como aqueles de memória afetiva e social, os quais também justificariam a sua permanência na Praça da República.

Um outro artigo, com conteúdo semelhante ao texto acima, foi publicado no mesmo dia pelo Diário de São Paulo. Além da abordagem histórica da Escola Normal, feita por Dona Carolina Ribeiro e das explicações referentes ao projeto da EMURB, o jornal destacava a posição de alguns professores da escola, entre eles Oswaldo Laurindo, que encarava *a mudança como um crime contra o patrimônio histórico e cultural*.

Nesse cenário, ia se tornando claro que o projeto de expansão do Metrô encontraria grandes dificuldades em colocar abaixo o prédio da Caetano de Campos. Entretanto, continuavam os debates sobre a mudança da escola para outro prédio, no bairro da Aclimação, e o futuro uso das instalações do antigo edifício. Em entrevista concedida ao jornal Folha da Tarde, em 03 de outubro de 1975, o então diretor da escola reconhecia que as instalações do edifício e sua localização não mais atendiam às necessidades dos alunos e professores e comprometiam a qualidade do ensino. Com relação ao uso do edifício após a mudança da escola, Fábio de Barros Gomes não concordava com a utilização como sede da Cia do Metrô, fato que considerava um *aviltamento ao patrimônio histórico* e sugeria que *o prédio poderia ser transformado em Museu de Educação de São Paulo*. Reforçava, ainda, dois outros argumentos para a preservação da escola: a passagem de personalidades pelos seus bancos escolares e sua tradição como instituição modelo:

O Metrô não tem o direito de se apoderar do colégio que abrigou pessoas ilustres, como o prefeito Paulo Setúbal e outras personalidades. O prédio deve ser preservado como um marco da evolução cultural de São Paulo e do Brasil, pois pessoas de altíssimo gabarito já estudaram aqui. [...] Também não podemos esquecer o método pedagógico adotado pelo Caetano de Campos, que se expandiu por todo o território nacional. Sempre fomos considerados, desde a sua fundação em 1846, uma Escola Modelo, que dá a oportunidade de novas experiências pedagógicas, sem criar uma linha "standard" de educação escolar. (Folha da Tarde, 03/10/1975, p. 14)

Também a Folha de São Paulo reforçava a idéia da importância histórica da escola atribuída pelos seus ex-alunos ilustres. Na nota intitulada *A escola do prefeito, do Émerson* - em referência ao piloto de Fórmula 1, Émerson Fittipaldi - antes mesmo de escrever sobre as principais referências históricas e sobre a importância da escola no cenário educacional, começava a exaltar os ex-alunos que por ali passaram e se destacaram no panorama político, cultural e esportivo, entre outros:

Ali estudaram, entre outros, o atual prefeito Olavo Setúbal e o escritor Mario de Andrade, o atual senador Franco Montoro e o ex-senador Auro de Moura Andrade; personalidades que hoje são nome de rua, como Alfredo Pujol e Peixoto Gomide; o primeiro Pelé do futebol brasileiro. Arthur Friedenreich, a pianista Guiomar Novaes.

Entretanto, para os aproximadamente 4.500 alunos que serão a última geração a estudar no Caetano de Campos - na Praça da República, onde está desde 2 de agosto de 1894 - nenhum desses nomes se iguala em prestígio e fama aos de ex-colegas como Émerson Fittipaldi, a atriz Maria Isabel de Lizandra e o diretor Valter Avancini, o da telenovela Gabriela. (Folha de São Paulo, 03/10/1975, p.?)

Em outra perspectiva, Barros Gomes dividia-se entre as necessidades reais e o apelo pela tradição da escola. Por um lado, reconhecia que as instalações físicas e o desempenho do edifício naquele momento deixavam a desejar e que a mudança da escola seria positiva,

desde que fossem atendidas as demandas existentes e que a Caetano de Campos continuasse a ser modelo de educação. De outro lado, reforçava a idéia da importância da tradição e da preservação do edifício: *Não podemos destruir uma tradição. Nossa geração não tem esse direito. O Caetano de Campos da Praça da República é um patrimônio e nosso dever é cultivá-lo e enaltecê-lo. Nunca destruí-lo.* E voltava a indicar que o edifício, além de preservado, deveria ser transformado

num monumento que venha a refletir o que foi o desenvolvimento cultural brasileiro e, mais especificamente, o de São Paulo. Um museu pedagógico, que marque a presença do Caetano de Campos dentro de todo um movimento cultural. (Folha de São Paulo, 03/10/1975)

Com a perspectiva da preservação do edifício da Escola Caetano de Campos, o debate transferia-se paulatinamente para a mudança da escola e o destino de suas antigas instalações. Em 7 de outubro de 1975 a Folha de São Paulo publicava a notícia de que um grupo de ex-alunos, liderado por Modesto Carvalhosa, advogado e ex-caetanista, estaria organizando uma reunião e preparando documento onde defendiam, além da preservação do edifício, a permanência e o funcionamento das atividades da Escola Caetano de Campos em seu local de origem.

Tratava-se de uma ação popular movida contra José Bonifácio Coutinho Nogueira, Secretário da Educação do Estado de São Paulo, Olavo Egydio Setúbal, Prefeito do Município de São Paulo e Plínio Assmann, Presidente da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ. O documento assinado por Modesto Carvalhosa - representando, entre outros, Antonio Caetano de Campos Neto, neto do próprio Caetano de Campos - apresentava uma série de justificativas para que a Escola Caetano de Campos continuasse funcionando em seu local de origem e que fosse garantida a preservação do seu edifício.

Entre os argumentos apresentados, destacava-se o fato de ser a escola uma das maiores e uma das mais bem aparelhadas do país, e registrava a existência, além das amplas salas de aula, do *mais importante museu pedagógico da América Latina*, da biblioteca infantil e

da *imensa biblioteca central* e dos laboratórios de Química, Física e Biologia. Para os autores, a Caetano de Campos

Constitui, juntamente com a biblioteca Central do Município e com as atividades artísticas que, semanalmente, desenvolvem-se na Praça da República, elemento preponderante e indispensável, sob o ponto de vista urbanístico, cultural, educacional e histórico, da região central do Município. (Ação Popular, p. 3)

Figura 25 - Capa do impresso sobre a Ação Popular

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

As alegações de que o local onde funciona a escola não mais apresentava condições ambientais de permanência, devido ao barulho do tráfego e a poluição atmosférica, foram rebatidas citando exemplos de outras escolas localizadas em ruas e áreas de grande fluxo de veículos e até mesmo em cidades com elevados índices de poluição atmosférica, como era o caso de Cubatão:

Pretende o sr. Secretário da Educação, 1.º suplicado, por acaso transferir toda a sofrida população escolar da Grande São Paulo, e demais cidades pesadamente industriais do Estado, para Campos do Jordão ou Águas de São Pedro? (Ação Popular, p. 5)

A mudança da localização da escola e a desativação de salas de aula decorrentes da mudança, embora argumento menos eloquente, também eram apontadas como fatores negativos para a educação, o que contribuiria para aumentar o déficit de salas de aula da rede pública naquele momento. Segundo dados divulgados por meio de jornais e de acordo com o próprio texto da ação popular, dos cerca de 4.500 alunos matriculados e estudando no prédio da Praça da República, aproximadamente 2.500 eram moradores nas imediações e deveriam se deslocar para o bairro da Aclimação. No entanto, a capacidade estimada do novo prédio da escola seria de 1.600 alunos, o que obrigaria cerca de 2.900 estudantes a buscarem outras escolas.

Outra questão apontada pelos autores como fator para a mudança da escola e construção da estação do Metrô no terreno ocupado pela Caetano de Campos seria a especulação imobiliária. Nessa linha de pensamento, levantam a hipótese de um favorecimento à valorização imobiliária de terrenos e outras propriedades particulares em detrimento de um edifício público:

Ora, é sabido que os imóveis particulares próximos às estações centrais do metrô valorizam-se centenas de vezes, exatamente por possibilitarem exploração comercial em grande escala.

É o que, necessariamente, irá ocorrer na Praça da República.

Ali existem inúmeras grandes áreas vazias ou com benfeitorias precárias, três das quais contíguas, cujos proprietários certamente aguardam

apenas a construção da majestosa estação EM ÁREA DO GOVERNO E DE USO COMUM OU EDUCATIVO DO POVO, para edificarem em suas propriedades, atualmente subutilizadas economicamente, "shopping centers", ou supermercados, ou lojas de departamentos, para o consumo de 1 milhão de pessoas que, diariamente, deverão circular pelo local. (Ação Popular, p. 5)

Elencavam uma lista de propriedades particulares no entorno da Praça da República e algumas ruas adjacentes como opções viáveis para a construção da nova estação, e questionavam a recusa do Metrô em desapropriar e utilizar essas áreas em seu projeto de expansão. Também questionavam o fato do Metrô não adotar como solução técnica e urbanística a realização de uma estação subterrânea, a exemplo do que já ocorria em outras estações de metrô pelo mundo:

[...] EM NENHUM METRÔ SUBTERRÂNEO DO MUNDO EXISTEM ESTAÇÕES MONSTRUOSAS DE SUPERFÍCIE, como a que se pretende construir na Praça da República.

Por acaso pretende a Cia do Metrô ganhar algum prêmio internacional de arquitetura, á custa do logradouro ou dos monumentos e escola existentes no local? Pretende reeditar no local os cenários das superproduções cinematográficas do passado?

Não pode o Sr. Presidente do Metrô, 3.º suplicado, avocar experiência de outros países, na espécie, por que não existe precedente de sistemas metroviários subterrâneos que AFLOREM na superfície para destruir áreas públicas, praças, parques, escolas, monumentos etc.

Trata-se de sanha predatória, pura e simplesmente. (Ação Popular, p.6)

Reforçando a importância da preservação da Caetano de Campos, os autores citavam ainda outras ações em favor do reconhecimento da escola como patrimônio histórico e, pela primeira vez, a palavra TOMBAMENTO é mencionada no documento. A primeira dessas ações se referia a uma moção de autoria do Vereador João Brasil Vita, e que fora encaminhada ao Governador do Estado de São Paulo, solicitando o tombamento do Instituto de Educação Caetano de Campos como **patrimônio educacional e histórico**

(grifo nosso). Citava, ainda, as iniciativas das bancadas da Assembléia Legislativa do Estado, que apresentaram projetos de lei que transformavam em monumento histórico o prédio da Caetano de Campos. Por fim, referiam-se à aprovação do Projeto de Lei n.º 1.265/75, de autoria do Deputado Ruy Codo, que *erige em monumento histórico nacional o imóvel onde funciona o Instituto de Educação Caetano de Campos*. (Ação Popular, p. 8)

Finalizando as eloquentes razões para a preservação da Escola Caetano de Campos, citavam o Dr. Hely Lopes Meirelles, que em seu Mandato de Segurança e Ação Popular expunha que:

NA VERDADE, TANTO É LESIVA AO PATRIMÔNIO PÚBLICO A ALIENAÇÃO DE UM IMÓVEL POR PREÇO VIL, REALIZADA POR FAVORITISMO, QUANTO A DESTRUIÇÃO DE UM RECANTO OU DE OBJETOS SEM VALOR ECONÔMICO, MAS DE ALTO VALOR HISTÓRICO, CULTURAL OU ARTÍSTICO PARA A COLETIVIDADE LOCAL. (Ação Popular, p. 9)

E concluíam requerendo as seguintes medidas: o sequestro do imóvel onde se encontrava instalada a escola; a notificação ao presidente do Metrô para que não fosse praticado qualquer *ato lesivo ou de difícil ou impossível reparação ao patrimônio do Estado de São Paulo*; a elaboração de uma avaliação judicial do imóvel da escola, com o objetivo de anular a permuta desse bem; e que, por meio de uma declaração de lesidade e nulidade, a escola continuasse funcionando no prédio da Praça da República, sendo anulada a permuta do imóvel e, ainda, que os suplicados (Secretário da Educação, Prefeito do Município de São Paulo e Presidente do Metrô), solidariamente ao Governo do Estado, fossem responsabilizados caso, durante o transcurso da Ação Popular, fechassem ou encerrassem as atividades escolares na Caetano de Campos, destruíssem parcial ou totalmente o edifício ou que realizassem a permuta do imóvel.

Apesar das empolgantes argumentações formuladas pela Ação Popular, bem como dos projetos para o tombamento do edifício da Caetano de Campos, a partir de meados de outubro de 1975 as notícias veiculadas nos jornais davam como certa a transferência da

escola para a Aclimação, conforme atestava a declaração do Secretário da Educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira:

A transferência do Instituto de Educação Caetano de Campos, da Praça da República para a Aclimação, na área onde funcionava a Faculdade de Veterinária da USP, é fato consumado. Todos os entendimentos necessários já foram mantidos, entre a Prefeitura, a Companhia do metrô e a Secretaria da Educação e o prazo previsto para a mudança é começo de 1977. (O Estado de São Paulo, 15/10/1975, p.18)

Ainda de acordo com o Secretário da Educação, a mudança da escola já havia sido decidida anteriormente à manifestação de interesse do Metrô pelo edifício, bem como já se havia cogitado que a própria Secretaria da Educação ocupasse as instalações do prédio da escola.

Com a aparente decisão da transferência da escola para a Aclimação, a polêmica sobre a preservação ou demolição do prédio retomava com outro tom a partir das primeiras propostas de tombamento apresentadas pela Assembléia Legislativa e pela Câmara Municipal. Entrava em cena o CONDEPHAAT, questionando a legalidade dessas ações, uma vez que somente o órgão é o responsável pelos estudos e resoluções de tombamento. Para o então secretário-executivo do Conselho, Rui de Azevedo Marques não caberia ao Poder Legislativo determinar a preservação da Caetano de Campos. E, ainda, que *não se trata de discutir se cabe ao Condephaat ou à Assembléia decidir pelo tombamento: conforme a Constituição, somente este órgão tem o direito de tomar uma atitude nesse sentido.* (Folha de São Paulo, 21/11/1975)

Em entrevista ao Estado de São Paulo, em 23 de novembro de 1976, Rui de Azevedo Marques afirmava que o CONDEPHAAT iria se reunir para apressar o parecer sobre o tombamento da Caetano de Campos, uma vez que

Realmente, o Instituto Caetano de Campos, do ponto de vista histórico, reúne condições para a efetivação de seu valor histórico, um dos

pressupostos exigidos pelo Condephaat. Outro pressuposto, seria o valor arquitetônico do prédio, que, no nosso entender, também existe, levando-se em consideração que o prédio está classificado na segunda fase - "Fase do Tijolo", neo-clássica - que recebeu influência de construtores estrangeiros, juntamente com nacionais.

Importante destacar que, logo mesmo após a notícia de que o CONDEPHAAT se manifestaria sobre o tombamento do edifício da Caetano de Campos, o próprio Secretário de Educação continuava a expor sua opinião sobre o assunto, justificando as manifestações em prol da escola como uma *"polêmica sentimental" criada em torno da preservação ou destruição do prédio da Caetano de Campos* e, ainda, que tais manifestações estariam *prejudicando o cronograma de obras da Companhia do Metropolitano* (Folha de São Paulo, 24/11/1975, p. 8).

A polêmica sobre a demolição do prédio da Caetano continuava a dar sinais de continuidade, apesar das novas perspectivas surgidas a partir da reunião do CONDEPHAAT. Segundo a reportagem da Folha de São Paulo publicada em 26/11/1975, *era visível entre os membros do Condephaat a inclinação pelo tombamento do prédio da Caetano de Campos, na Praça da República, ameaçado de demolição para a construção de uma estação do Metrô.*

É nesse cenário que, em 26 de novembro de 1975, o CONDEPHAAT dava início ao processo de tombamento do edifício da Caetano de Campos.

Condephaat inclinado ao tombamento

Após quatro horas de reunião, realizada a partir das 8 horas de ontem, era visível entre os membros do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e Turístico do Estado) a inclinação pelo tombamento do prédio do Caetano de Campos, na praça da República, ameaçado de demolição para a construção de uma estação do Metrô. Mas a decisão oficial do Conselho — ainda sem data marcada, no mínimo dentro de duas semanas — só será tomada depois que seus membros tiverem em mãos um levantamento métrico-arquitetônico-fotográfico do prédio do Caetano de Campos, estudos de todos os edifícios do centro de São Paulo e o resultado de um outro levantamento, entregue no ano passado à Cogep (Coordenadoria Geral do Planejamento), de mais de 200 edifícios, inclusive do Caetano. O levantamento métrico-arquitetônico-fotográfico será feito por um técnico a ser contratado pelo Conselho.

Para Nestor Goulart Reis Filho, presidente do Condephaat, todo o movimento da Assembleia Legislativa a favor do tombamento será infrutífero se o Conselho não optar por aquela decisão.

"A decisão do Conselho é soberana e só poderá ser revogada pelo secretário de Cultura e Tecnologia ou pelo governador. Assim, sua função é junto ao Executivo e não junto ao Legislativo" — disse ele.

Uma decisão sobre o destino do Caetano de Campos depende de muitos fatores, na opinião do professor Nestor Goulart.

"O tombamento depende, por exemplo, do que ele representa para a cidade, principalmente em relação aos prédios que o cercam."

Ele afirmou ainda que o Conselho nada tem a ver com a decisão unânime da Assembleia, recomendando o tombamento do prédio.

"Segundo a Constituição do Estado somos o único organismo com poder de assessoramento técnico do Executivo nesta área. E ainda nada decidimos. Nós fazemos os estudos técnicos e encaminhamos para ser baixada a resolução. Quanto à decisão da Assembleia, não nos cabe opinar, pois ela tem o poder de alterar a Constituição, se quiser. Esse é um assunto jurídico e nada temos a dizer."

O TOMBAMENTO

A inclinação pelo tombamento do prédio tornou-se visível pelas opiniões dos membros do Conselho. Apesar de todos afirmarem que a decisão só será tomada com base nos estudos que terão em mãos, alguns deixaram transparecer as razões que podem salvar o Caetano.

"Tenho fotos da construção, que já são documentos valiosos" — dizia o presidente Nestor Goulart Reis Filho.

Nestor Reis Filho; decisão soberana.

Já o arquiteto Benedito Lima de Toledo, que representa a Secretaria de Cultura e Tecnologia no Conselho, lembrava que o prédio é do segundo ciclo e explicava.

"No Brasil existem apenas três ciclos. O primeiro é o da construção de taipa de pilão, no século XVIII. Dessa fase, existe apenas um remanescente em São Paulo, o Marquesa de Santos. No século seguinte, quando houve o influxo cafeeiro em São Paulo, ocorreram novas mudanças na técnica de construção e passou-se a usar tijolos. E o segundo ciclo, época em que foi construído o Caetano de Campos. Finalmente entramos na atual fase, a terceira, do concreto armado. O prédio do Caetano faz parte de uma época de que restam poucos remanescentes."

O secretário executivo do Conselho, Ruy de Azevedo Marques, lembrou outro aspecto: o da raridade de prédios como o Caetano de Campos em São Paulo.

"Se o Caetano ou a igreja São Gonçalo estivessem em Salvador ou no Rio, por exemplo, não teriam tanto valor como aqui".

A Igreja São Gonçalo já foi tombada pelo Patrimônio. Mas a decisão sobre o Caetano deverá levar no mínimo duas semanas para ser anunciada. Na próxima terça-feira, os nove membros do Condephaat voltam a se reunir para analisar os documentos que já tiverem em mãos.

O CONSELHO

O Condephaat é um órgão da Secretaria de Cultura e Tecnologia formado por nove conselheiros. Eles são indicados pelas entidades que compõem o Conselho e nomeados pelo governador. Os conselheiros são substituídos de dois em dois anos e suas decisões devem ser aprovadas pelo secretário de Cultura ou pelo governador.

Para cada processo é realizado um estudo profundo do problema. Ao final dos estudos é designado um relator e os oito membros restantes fazem a votação. Em caso de empate, há o voto qualificado, do próprio presidente do Conselho.

O Condephaat atualmente é formado pelos seguintes conselheiros:

Nestor Goulart Reis Filho, presidente, que representa o Departamento de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP; Ruy de Azevedo Marques, secretário executivo, advogado; Benedito Lima de Toledo, representante de Cultura e Tecnologia e professor de arquitetura da USP; Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, arqueólogo, que representa o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Vinício Stein Campos, representante da Divisão de Museus Históricos do Estado de São Paulo; Eduardo Corona, arquiteto, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil; Licínio Silva Filho, advogado, representante do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga; e Arnaldo D'Ávila Florence, economista, representante da Curia Metropolitana de São Paulo.

O SECRETARIO

O secretário de Cultura e Tecnologia, José Mindlin, disse ontem que não pretende pronunciar-se, ainda, sobre a questão do possível tombamento do prédio do Instituto Caetano de Campos. Explicou que, como o assunto está sendo estudado pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado) não teria sentido se ele se antecipasse ao parecer técnico do órgão.

"O Condephaat — disse — é um órgão técnico da Secretaria de Cultura, portanto diretamente subordinado ao secretário. Vai estudar a conveniência ou não de tomar-se o prédio. Analisará, sob o prisma técnico, os valores que irão, ou não, recomendar o tombamento."

Mindlin acrescentou que a manifestação do Condephaat lhe será submetida tão logo os conselheiros tenham concluído o seu trabalho — e que caberá a ele, secretário, decidir, em última instância, ratificando ou não o que for indicado pelo órgão.

"Não posso, portanto, me manifestar agora — concluiu. Isso seria uma maneira de prejudicar a gestão".

Figura 26 - Recorte do jornal Folha de São Paulo, de 24/11/1975.

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

2.2. O processo de tombamento da Escola Normal Caetano de Campos

Como visto anteriormente, diante do conturbado e polêmico contexto envolvendo o futuro de uma das mais antigas e tradicionais escolas públicas do Estado de São Paulo, teve início o primeiro - e talvez o mais debatido publicamente - processo de tombamento de um prédio escolar: aquele relacionado à Escola Normal Caetano de Campos, localizado na Praça da República, em pleno centro histórico da cidade de São Paulo.

O documento de abertura do processo de tombamento da Escola Normal Caetano de Campos é datado de 26 de novembro de 1975. Consta, como interessado, a Câmara dos Deputados, e apresenta como assunto *Manifesta-se contrária à transformação do Instituto CAETANO DE CAMPOS, em estação do Metrô*. Nas folhas seguintes o Professor Carlos Lemos, assinando como Diretor Técnico do STCR - Serviço Técnico de Conservação e Restauro, redige um documento favorável ao tombamento, afirmando que:

Sem dúvida alguma o prédio do Instituto Caetano de Campos constitui, com a praça que lhe fica em frente, um bem cultural a ser encarado, antes de tudo, como elemento referencial na leitura da cidade [...]. E, além do mais, merece nossa atenção como obra neo-clássica de um período ecletista, projeto de Paula Souza, o fundador da Politécnica. Antes de tudo, é um documento; e como tal deve ser estudado à luz dos interesses da história, tanto aquela da cidade como a própria história do ensino e da pedagogia paulistas. (Processo n.º 610, p. 5)

Na sequência, entre as folhas 14 e 19, encontra-se uma cópia de um histórico da escola, redigido em 1965 pela Prof.^a Lourdes Gallo, onde consta que o documento foi elaborado a partir dos documentos existentes na própria Biblioteca Infantil da escola, fato que demonstra a importância do seu acervo.

Em outro documento instruindo o processo, às folhas 20 e 21, o Conselheiro Pedro Brasil Bandecchi faz menção à importante documentação que encontra-se na escola: "**No arquivo do Instituto de Educação Caetano de Campos há um bom material sobre a**

história dessa casa de ensino, criada pela Lei, de 16 de março de 1846, do Governo Provincial." (grifo nosso).

Novamente, às folhas 23 e 24, Carlos Lemos redige uma enfática informação endereçada ao Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia:

O assunto referente à conservação do edifício da Escola Caetano de Campos está exaustivamente comentado e todos já temos opinião formada a respeito. No entanto, seria interessante lembrarmos que existem somente três razões importantes que justificam a conservação daquele imóvel: 1) A Caetano de Campos seria um marco referencial indispensável à inteligibilidade da trama urbana do nosso centro e, assim participando do processo de leitura da cidade, seria um marco cuja destruição iria prejudicar todo um sistema de comunicação visual; 2) A Caetano de Campos seria um bem cultural intimamente ligado à nossa história, principalmente à história de nosso ensino, e assim também pode ser considerada um marco de referência: nossa pedagogia é dividida em dois períodos, o anterior e o posterior à Escola da Praça, nossa cultura pode ser compartimentada em duas épocas, antes e depois da instalação da Faculdade de Filosofia ali inaugurada; 3) A Caetano de Campos seria um exemplar representativo da nossa arquitetura eclética do final do século XIX, partícipe de nossa segunda fase caracterizada pela alvenaria de tijolos, onde está implícita a presença de imigrante inovador.

A nosso ver aquelas três razões de conservação se superpõem, não pondo dúvidas à validade de todo esse movimento em defesa da escola histórica e que nos faz aceitar constrangidos a colaboração dos meramente saudosistas e dos demagogos, defensores de última hora dos nossos bens culturais. O que interessa, particularmente assim pensamos, é que a Escola da Praça fique de pé.

Segue-se a essa informação uma série de solicitações por parte do CONDEPHAAT a outros órgãos: ao Metrô, para que sejam enviados peças gráficas e outros estudos referentes ao

projeto da nova estação; ao Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo, solicitando imagens da Escola Caetano de Campos que encontram-se no seu acervo iconográfico; e ao Departamento de Obras Públicas, para sejam providenciadas as plantas do imóvel em questão.

Já em 9 de dezembro de 1975, às folhas 34 e 35 do processo, o Conselheiro Eduardo Corona redige o parecer favorável ao tombamento do edifício, tecendo as seguintes considerações:

1 - O edifício do Instituto Caetano de Campos é um exemplar significativo da arquitetura de um determinado momento histórico da cidade de São Paulo.

2 - Além disso, adquiriu com o correr dos anos, desde a sua inauguração como escola, um papel histórico no desenvolvimento sócio-cultural de São Paulo .

3 - Desempenhou, ainda, uma função arquitetônica definida na paisagem urbana desta cidade, o que lhe concedeu características fundamentais em nosso Patrimônio Cultural.

4 - Sua condição de desempenho útil à sociedade impõe, desde logo, medidas protetoras.

5 - A preservação do monumento implica, sem dúvida, na preservação, também, de sua moldura envoltória, pois esta já está consagrada na vida desta cidade.

6 - A conservação deste monumento e sua área envoltória, obriga os homens de cultura deste País, a perseverarem na sua manutenção.

7 - Nestas circunstâncias, opino pelo TOMBAMENTO imediato do edifício do INSTITUTO CAETANO DE CAMPOS, nesta capital, insofismável BEM CULTURAL da cidade de São Paulo.

Nesta mesma data, o Conselho Deliberativo do CONDEPHAAT decide, por unanimidade, definir como Bem Cultural o edifício da antiga Escola Normal, propondo seu tombamento tendo em vista *sua significação histórica, arquitetônica e sua relevância na paisagem urbana.* (Processo n.º 610, p. 36)

Entre as folhas 41 e 44 do processo encontra-se um documento intitulado "DELIBERAÇÃO", onde se desenvolvem os argumentos sobre o significado histórico, arquitetônico e ambiental do edifício. Do ponto de vista histórico, o documento ressalta a importância da implantação da Escola Normal, representando o seu edifício um *documento material insubstituível de um aspecto relevante da vida sócio-cultural brasileira, corporificando e instrumentando conceitos de educação cujo raio de ação atingiu todo o País e deixou herança até hoje*. Em relação ao significado arquitetônico, considera a obra representativa do período de desenvolvimento da arquitetura eclética do final do século XIX, apoiando-se na Carta de Veneza - *as contribuições de todas as épocas para a construção de um monumento devem ser respeitadas, não devendo considerar-se a unidade de estilo como objetivo* - para justificar sua preservação mesmo tendo sido construído um terceiro pavimento na década de 1930. Finalmente, como significado ambiental, destaca a configuração espacial que tomou a Praça com a construção do edifício da Escola Normal, tornando-se essa mancha urbana um marco social e cultural para a cidade e adquirindo um *significado semântico de primeiro interesse para a leitura da cidade, constituindo legítimo Patrimônio Ambiental Urbano*.

Em abril de 1976 é lavrada a CERTIDÃO N.º 35/76, onde são transcritas, na íntegra, as informações constantes na Ata n.º 280 referente à Sessão do Conselho Deliberativo, em 9 de dezembro de 1975, o parecer do Conselheiro Eduardo Corona, e também o conteúdo da DELIBERAÇÃO acima tratada.

O documento seguinte é a Resolução de 2 de junho de 1976, tombando como monumento histórico, artístico e de relevância na paisagem urbana o imóvel da Escola Caetano de Campos (Anexo 1). São ainda anexadas cópias da publicação desta resolução em Diário Oficial e finalmente, em 1995 é lavrada a Certidão n.º 0060 registrando a inscrição do edifício no Livro do Tombo (Anexo 2).

Para a historiadora Marly Rodrigues, o caso da Caetano de Campos demonstrou a relação entre mobilização social e eficiência da ação preservacionista. Pela primeira vez se valorizava um aspecto expresso pela população: o valor afetivo dos bens culturais. Para a autora

O tombamento do edifício da antiga Escola da praça constitui um momento privilegiado da ação do Condephaat não apenas porque fortaleceu sua imagem junto á opinião pública, mas, sobretudo, porque o Conselho, mesmo que não conscientemente, consagraria um objeto da memória coletiva de uma parte considerável dos habitantes da cidade, aqueles que, como alunos ou professores, haviam compartilhado experiências no Caetano de Campos e, por isso, mantinham uma relação de profunda afetividade com aquele espaço. Não se tratava, pois, de consagrar um artefato representativo apenas da memória histórica da cidade ou da educação, mas da memória de um grande grupo de pessoas, em cujo imaginário a Escola aparecia como referência espacial de extrema importância afetiva. (RODRIGUES, 2000, pp. 100-101)

2.3. Os processos de tombamento dos edifícios das Escolas Normais do interior

Seis anos se passaram entre a abertura do processo de tombamento do edifício da Escola Caetano de Campos e o início de uma série de processos de tombamento dos edifícios que outrora abrigaram as primeiras Escolas Normais instaladas no Estado de São Paulo e que, assim como os prédios dos grupos escolares, foram construídas entre os anos de 1890 e 1920. Entre os anos de 1981 e 1987 foram abertos os processos individuais de tombamento que contemplaram a preservação do conjunto de outros nove edifícios, cada um deles com características arquitetônicas diferenciadas dos demais prédios escolares construídos no mesmo período em todo o Estado.

Em 1981 foram abertos os processos de tombamento referentes aos edifícios das escolas de Pirassununga e Campinas. Em 1985 foram iniciados os processos relativos a São Carlos e Piracicaba e, finalmente, em 11 de agosto de 1987, foram abertos os processos para as escolas de Itapetininga, Botucatu, Guaratinguetá e Casa Branca, e ainda do prédio da Escola Normal do Brás - segunda escola normal a ser instalada na cidade de São Paulo.

Tratam-se de processos individuais, mais claros, concisos e objetivos do que o volumoso processo coletivo de tombamento dos grupos escolares, mas que também se estenderam por anos até o tombamento de todos os edifícios, como demonstra o seguinte quadro:

Tabela 3 - Relação do processos de tombamento das Escolas Normais e das Escolas da 1.ª República,
pela ordem cronológica de abertura do processo

Nome antigo	Nome atual	Cidade	Processo N.º	Data de abertura do processo	Resolução N.º	Data da Resolução	Publicação no D.O.E.
Escola Normal da Capital	EE Caetano de Campos	São Paulo	610	26/11/1975	3	03/06/1976	04/06/1976
Escola Normal de Pirassununga	EE Pirassununga	Pirassununga	21.717	29/06/1981	44	12/05/1982	21/05/1982
Escola Normal de Campinas	EE Carlos Gomes	Campinas	21.822	28/09/1981	17	13/05/1982	21/05/1982
Escola Normal de São Carlos	EE Dr. Álvaro Guião	São Carlos	24.202	??/??/1985	60	04/11/1985	07/11/1985
Escola Normal de Piracicaba	EE Sud Mennucci	Piracicaba	24.243	05/11/1985	7	19/02/2001	23/01/2002
Escolas da Primeira República		Várias	24.929	04/09/1986	60	21/07/2010	11/11/2010
Escola Normal de Itapetininga	EE Peixoto Gomide	Itapetininga	25.589	11/08/1987	188	12/12/2002	01/01/2003
Escola Normal de Botucatu	EE Dr. Cardoso de Almeida	Botucatu	25.590	11/08/1987	9	04/05/1989	05/05/1989
Escola Normal do Brás	EE Padre Anchieta	São Paulo	25.591	11/08/1987	30	17/06/1988	18/06/1988
Escola Normal de Guaratinguetá	EE Conselheiro Rodrigues Alves	Guaratinguetá	25.592	11/08/1987	8	04/05/1989	05/05/1989
Escola Normal de Casa Branca	EE Dr. Francisco Thomaz Carvalho	Casa Branca	25.593	11/08/1987	189	12/12/2002	01/01/2003

O processo de tombamento da Escola Normal de Pirassununga é aberto a pedido do Diretor Técnico do CONDEPHAAT, Eloi Ascânio de Castilho, três meses após um incêndio destruir parcialmente as instalações da escola. Nessa solicitação, Eloi de Castilho expõe que

A Escola, por sua vez, completa proximamente seu 70.º aniversário de fundação (dia 11 de junho), estando há 63 anos instalada em seu prédio próprio. Configura-se, assim, um expressivo patrimônio cultural, histórico e arquitetônico da Cidade e do Estado, a merecer - fato agravado pelas circunstâncias recentes que o envolveram - a proteção estatal.

[...] há um consenso entre os meios administrativos e a comunidade cultural da Cidade, de que o prédio não pode ser simplesmente recuperado através de uma reforma, mas comporta exclusivamente uma estrita "restauração" que preserve integralmente seus atributos originais. (Processo n.º 21.717, p. 2)

Na sequência do documento acima, é anexado um documento elaborado pelo arquiteto Luiz Antonio Magnani com dados históricos do edifício e de sua situação após a ocorrência do sinistro. Em junho de 1981, um ofício notifica os interessados da abertura do processo de tombamento. Novos estudos são anexados ao processo, um elaborado pela historiadora Heloisa Barbosa da Silva e um novo documento redigido pelo mesmo arquiteto, indicando-se favoráveis ao tombamento do edifício. Também o Conselheiro Eduardo Kneese de Mello redige parecer no qual relata que

O prédio é de construção deste século, tendo sido lançada a pedra fundamental a 11 de junho de 1911, com a presença de inúmeras autoridades estaduais da época.

Logo passou a ser o pólo de atração cultural daquela cidade e da região circunvizinha. Teve grande influência no acultramento da juventude local.

Embora arquitetonicamente não me parece ter qualquer valor, é inegável sua participação na história de Pirassununga. (Processo n.º 21.717, p. 87)

Na sessão de 14 de abril de 1982 o Colegiado do CONDEPHAAT aprova por unanimidade o parecer de Eduardo Kneese de Mello, propondo o tombamento do edifício.

Pouco tempo depois, é a vez da comunidade campineira se manifestar a favor do tombamento da Escola Normal de Campinas: o presidente da Academia Campineira de Letras e Artes, João Baptista de Sá, elabora documento solicitando o tombamento do edifício da escola e anexando a cópia de um artigo (sem referências bibliográficas) sobre a história da escola. Ainda em 1981 o Colegiado do CONDEPHAAT decide pela abertura do processo de tombamento.

A historiadora Heloisa Barbosa da Silva elabora um breve histórico da escola e ainda indica em seu documento que:

A iniciativa de se preservar os edifícios construídos especialmente para abrigarem as Escolas Normais Primárias, a exemplo de Pirassununga e agora Campinas, deveria ser estendida a todos os municípios onde elas existem, pois, preservados isoladamente não terão a visão de conjunto necessária para se entender historicamente o processo em que se desenvolveram. (Processo n.º 21.822, p. 33)

Também compõem o processo os pareceres da historiadora Maria Auxiliadora Guzzo de Decca e do conselheiro Eduardo Kneese de Mello, favoráveis ao tombamento do edifício, considerando o valor histórico-arquitetônico e a importância sócio-cultural do prédio. Pouco mais de um mês após a decisão de tombar o edifício da escola de Pirassununga, também por unanimidade o CONDEPHAAT decide pelo tombamento da Escola Normal de Campinas.

Somente em 1985 são abertos os processos de tombamento das escolas normais de São Carlos e de Piracicaba. A solicitação inicial para o tombamento da Escola Normal de São Carlos é elaborada pelo Bispo Diocesano Ruy Serra, enquanto em Piracicaba, uma série de solicitações enviadas por diversas instituições da cidade dá início ao processo de tombamento da Escola Normal de Piracicaba.

No processo referente à Escola Normal de São Carlos encontramos cópias de um artigo, de autoria do historiador Ary Pinto das Neves, sobre o histórico da escola e com várias ilustrações das fachadas do edifício; bem como uma avaliação da historiadora do CONDEPHAAT Ana Luiza

Martins, informando que o imóvel já faz parte dos estudos que estão sendo realizados no âmbito do convênio firmado entre CONDEPHAAT e CONESP. Para a historiadora:

[...] o Instituto Álvaro Guião é de extrema importância como marco da história da educação do Estado de São Paulo, bem como pela relevância arquitetônica de seu projeto. Temos ainda a acrescentar que a partir de levantamentos do patrimônio cultural da cidade de São Carlos este Instituto se coloca como elemento significativo da paisagem ambiental urbana além de, através de sua instalação em 1913 conferir à cidade a vocação cultural que caracteriza sua história, sobretudo a partir da intensa urbanização do município entre 1900 e 1920. (Processo n.º 24.202, pp. 6-7)

O parecer sobre o tombamento é elaborado pelo Conselheiro Mário Savelli - que destaca praticamente todos os pontos da avaliação de Ana Luiza Martins e faz grandes elogios ao trabalho de Ary Pinto das Neves - e prontamente aprovado pelo Colegiado do CONDEPHAAT, publicando-se a Resolução de Tombamento em D.O.E.

No caso do processo de tombamento da Escola Normal de Piracicaba, o documento de abertura é um ofício encaminhado pela direção da escola, notificando sobre as obras de reforma emergencial em andamento na unidade e solicitando o tombamento do edifício, seguido de uma carta da Associação de Ex-alunos, informando estar *fortemente empenhada na luta legítima pela restauração deste monumento histórico e cultural paulista, razão pela qual solicita o tombamento em caráter de urgência do edifício da Escola*. Em seguida são anexadas cartas provenientes de diversas entidades com sede no município de Piracicaba: Associação Paulista de Medicina - Seção Regional de Piracicaba, Instituto Histórico e Geográfico, Lions Club e Rotary Club. O processo conta com um conjunto de plantas - provavelmente oriundas do Arquivo Técnico da CONESP - e um histórico da escola, onde consta o nome de Marly Germano Perecin.

Neste processo encontram-se um importante histórico das escolas normais (pp. 137-162) elaborado pela historiadora Maria Auxiliadora Guzzo de Decca e um documento intitulado

"Notas sobre os edifícios das Escolas Normais" (pp. 163-170), redigido pela arquiteta Silvia Wolff.

Após a abertura e o desenrolar do processo de tombamento da Escola Normal de Piracicaba, podemos observar que na mesma data - 11 de agosto de 1987 - foram abertos os processos de tombamento das Escolas Normais de Itapetininga, Botucatu, Brás, Guaratinguetá e Casa Branca. Tal fato ocorre em virtude dos estudos elaborados pela historiadora Maria Auxiliadora Guzzo de Decca e pela arquiteta Silvia Ferreira Santos Wolff, e também de um parecer elaborado por Antonio Luis Dias de Andrade, então Conselheiro do CONDEPHAAT, no processo referente ao tombamento da Escola Normal de Piracicaba:

[...] cremos encontrar-se o presente processo em condições de ser apreciado por este Conselho, não restando dúvidas quanto a importância de serem preservadas as várias unidades, considerando os valores comuns que as situam no quadro das reformas institucionais levadas a cabo no período da Primeira República, tidas especialmente aquelas relacionadas com a propagação do ensino público.

Assim, manifestamo-nos favoravelmente ao tombamento das seguintes antigas escolas normais do Estado de S.Paulo:

- Escola Normal de Itapetininga
- Escola Normal de Botucatu
- Escola Normal do Brás - Capital
- Escola Normal de Piracicaba
- Escola Normal de Guaratinguetá
- Escola Normal de Casa Branca

Julgamos, outrossim, deva ser o presente processo desmembrado por unidade, juntando-se a documentação específica a cada bem cultural acima relacionado. (Processo n.º 24.243, pp. 171-172)

Assim, conforme a Ata n.º 752, de 27 de julho de 1987, o Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT aprova o parecer favorável ao tombamento das escolas normais elencadas por Antonio Luis Dias de Andrade, acatando ainda a indicação da abertura de processos individuais.

Embora tenham sido abertos simultaneamente, esses processos desenrolaram-se de forma e em tempos diferentes. O tombamento da Escola Normal do Brás foi o primeiro a ser concluído, em 1988; seguido pelas resoluções de tombamento das escolas de Botucatu e Guaratinguetá, em 1989 e pelas escolas de Itapetininga e Casa Branca em 2003.

Estes últimos processos apresentam como documento de abertura a cópia da Ata n.º 752 do Colegiado, seguido pela cópia do Ofício GP 426/87, de 29 de julho de 1987, encaminhado ao Secretário da Educação informando a abertura dos processos de tombamento. Para as escolas de Itapetininga e do Brás, encontram-se anexados os ofícios encaminhados à direção das respectivas unidades escolares informando sobre o tombamento e as minutas para a publicação das resoluções. Não constam quaisquer levantamentos históricos, arquitetônicos, fotográficos ou outros documentos sobre as escolas. Para as escolas de Botucatu e Guaratinguetá foram ainda incluídos um parecer sobre a área envoltória dos edifícios. Apenas no processo referente à escola de Casa Branca consta um documento, datado de outubro de 1994 e encaminhado à arquiteta Silvia Wolff, solicitando parecer quanto ao encaminhamento do processo visto que este encontrava-se sem despacho desde 1993. Após esse registro, apenas em 2001 é dado prosseguimento ao processo, que culmina com a publicação da Resolução de Tombamento em 2003.

Se a Escola Normal Caetano de Campos foi a principal referência e instituição modelar para as demais escolas normais implantadas no Estado, o tombamento de seu edifício também foi o responsável por desencadear e, provavelmente, influenciar o tombamento dos demais prédios escolares construídos na Primeira República, como indicam os pareceres do corpo técnico do CONDEPHAAT mencionados anteriormente.

2.4. O tombamento dos prédios escolares da 1.ª República

Após o tombamento do edifício da Escola Caetano de Campos e entre a abertura de outros processos referentes a alguns dos prédios das antigas Escolas Normais, iniciativas para o estudo e a preservação dos prédios escolares em São Paulo começaram a ser realizadas por parte da Secretaria de Estado da Educação e pela Secretaria de Estado da Cultura. Entre elas, um Termo de Ajuste de Cooperação Técnica (Resolução GPS 016/84, publicado no D.O.E. em 19/05/1984), firmado em 1984. A partir dos resultados da pesquisa levada a cabo por esses órgãos, em agosto de 1986 dá-se início ao processo de tombamento de um conjunto de prédios escolares, construídos entre os anos de 1890 e 1920 e localizados em diversas cidades por todo o Estado de São Paulo.

Trata-se de um conjunto de documentos bastante diversificados com características burocráticas: formado por despachos, encaminhamentos, pareceres, fotografias, cópias de levantamentos arquitetônicos, memorandos, ofícios e cartas, entre outras tipologias; originais e cópias; enfim, uma babel de documentos - nem sempre anexados em ordem cronológica.

A origem dos documentos que integram o processo também é das mais diversas: solicitações vindas das próprias escolas, das prefeituras das cidades onde se localizam os prédios, da Secretaria de Estado da Educação e da CONESP e posteriormente da FDE. Os assuntos também são os mais variados: orientações sobre intervenções, pedidos de vistorias das instalações físicas, pedidos sobre o histórico das escolas, pedidos de reforma e restauro dos prédios e, em alguns casos, a solicitação do desmembramento do processo e a inclusão de outros edifícios na listagem existente. Ao longo dos anos, vários são os pedidos de informações sobre o andamento do processo.

Outra questão importante a ser registrada diz respeito ao número exato de escolas arroladas no processo n.º 24.614/64: foram localizadas várias listagens ao longo do processo, muitas vezes listas contínuas, outras vezes organizadas por blocos de acordo com a tipologia do edifício, algumas listas em forma de minutas, outras como instrumento original do processo. Tentamos cotejar as listas, buscando cruzar os dados e traçar um quadro evolutivo do processo, identificando escolas que foram incluídas ou excluídas, chegando a um número preciso, que

correspondesse a um dos seguintes números: ao número de escolas indicado na capa do processo - 162 escolas; no corpo da ata onde consta o pedido inicial de abertura do processo, 139 escolas; ou ao número de escolas arroladas de acordo com as publicações no Diário Oficial: em 07 de agosto de 2002, 123 escolas; e em 11 de novembro de 2010, um total de 126 edifícios.

Ao final, o processo de tombamento número 24.929/86 que trata do *"Estudo de tombamento de 162 escolas instaladas no Estado de São Paulo"*, é formado por 9 (nove) volumes, totalizando 1.894 páginas, e está assim constituído:

- **Volume I:** Histórico e justificativa para o estudo e a abertura do processo de tombamento; pareceres; relação das escolas;
- **Volume II:** Pedido de tombamento em processo independente do prédio da EE Campos Salles (após o registro de um grande incêndio que destruiu quase completamente o edifício); pareceres sobre a construção de quadra de esportes cobertas na EE Barnabé, em Santos, EE Antônio Padilha, em Sorocaba e na EE Peixoto Gomide, em Itapetininga;
- **Volume III:** Parecer da relatora Carlota Boto sobre o tombamento do conjunto, incluindo um histórico do processo, cópia da publicação em Diário Oficial de 07/08/2002 da lista de escolas tombadas; cópia do conjunto de ofícios enviados à Secretaria da Educação, prefeituras, câmaras municipais, escolas e delegacias de polícia comunicando o tombamento dos edifícios;
- **Volume IV:** Cópia do conjunto de ofícios enviados à Secretaria da Educação, prefeituras, câmaras municipais, escolas e delegacias de polícia comunicando o tombamento dos edifícios (continuidade do volume anterior), A.R. (Aviso de Recebimento) emitidos pelos Correios, confirmando o recebimento dos ofícios pelas instituições;
- **Volume IV:** O volume inteiro é formado por A.R. (Aviso de Recebimento) emitidos pelos Correios, confirmando o recebimento dos ofícios pelas instituições;

- **Volume VI:** Esse volume dá continuidade aos A.R. dos volumes anteriores; apresenta documentos relativos ao tombamento e ao incêndio do prédio da EE Campos Salles; apresenta uma nova versão da minuta de tombamento dos prédios escolares;
- **Volume VII:** Apresenta uma nova versão da resolução de tombamento; "Fichas de identificação do Edifício Escolar", um levantamento realizado nas escolas anteriormente relacionadas no processo.
- **Volume VIII:** Continuidade das "Fichas" do volume anterior; considerações sobre o histórico do processo de tombamento; elaboração de minuta para publicação; cópia da Resolução SC n.º 60, de 21 de julho de 2010, publicada no D.O.E. de 11/11/2010; novos ofícios de informação e seus respectivos A.R.;
- **Volume IX:** Continuidade dos A.R.; minuta para inscrição dos bens no Livro do Tombo.

O processo inicia-se trazendo a cópia de um documento intitulado JUSTIFICATIVA DA DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DE ESCOLAS A SEREM CONTEMPLADAS NO PROJETO MEMÓRIA ESCOLAR: ARQUITETURA/HISTÓRIA. O documento de apenas uma página, sem assinatura ou qualquer identificação, a priori, do autor do texto, indica a realização de uma pesquisa em desenvolvimento para o atendimento ao Protocolo de Intenções firmado entre o CONDEPHAAT e a CONESP em 1984, apontando o período compreendido entre 1889 e 1920 como baliza para a elaboração de uma lista das escolas projetadas e construídas, listagem essa que deveria orientar a execução de um plano de restauração.

Embora não fazendo menção a esse primeiro documento, nas páginas seguintes encontra-se a cópia da Ata 725ª, da sessão ordinária do CONDEPHAAT realizada em 25 de agosto de 1986, sob a presidência do Prof. Modesto Souza de Barros Carvalhosa e com a participação, entre outros membros, dos professores Antonio Luis Dias de Andrade, Carlos Alberto Cerqueira Lemos e Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, registrando que:

06 - Listagem das escolas consideradas de interesse de preservação. A Conselheira Marilda Martins Monteiro sugeriu que fosse feita abertura do

estudo de tombamento por listagem de 139 escolas que abrangem o período de 1889 à 1920, com o intuito de que o CONDEPHAAT possa interferir na restauração das mesmas, a fim de que se configure sua importância para o Estado. O Presidente lembrou ao Conselho que essas escolas representam uma verdadeira documentação da primeira república que dava grande prioridade à instrução pública. A matéria foi colocada em discussão e após amplo debate pelo Colegiado foi aprovado por unanimidade a abertura de processo de tombamento ressaltando o aspecto histórico, arquitetônico e iconográfico das escolas. (Processo n.º 24.929/86, p. 5)

Como providência imediata, com data de 3 de setembro de 1986, são encaminhados ofícios à Secretaria da Educação e à CONESP comunicando a abertura do processo destinado ao estudo e tombamento das escolas listadas. Além dessa comunicação, o conteúdo do documento ressalta as disposições dos artigos 142, 144 e 146 do Decreto 13.426, no sentido de assegurar, *desde logo, a preservação do bem até decisão final da autoridade competente*. Destaca ainda que, *como consequência, qualquer intervenção nos imóveis que abrigam essas Escolas, em termos de modificação, reforma ou destruição, deverá ser precedida de autorização do CONDEPHAAT, a fim de evitar eventual descaracterização*. (Processo n.º 24.929/86, p. 23)

Em novembro de 1986, membros da equipe técnica do CONDEPHAAT - a arquiteta Silvia Ferreira Santos Wolff e as historiadoras Sonia de Deus e Maria Auxiliadora Guzzo Decca; elaboram um documento de seis páginas com considerações a respeito do processo de tombamento. Trata-se de um dos primeiros documentos a relatar o contexto e os meios que levaram à abertura do processo de tombamento. A princípio, esclarecem que o texto "*Justificativa da delimitação do universo*" apresentado como justificativa para a necessidade de tombamento foi deslocado de seu contexto original. Segundo as autoras, é uma cópia do documento redigido no âmbito do Projeto Memória Escolar com o objetivo de apresentar *um extenso contingente de edifícios que se pretendia recuperar (restaurar) fisicamente*, mas que não representava de forma absoluta uma indicação ou recomendação para o tombamento de todo o conjunto de escolas elencadas. (Processo n.º 24.929/86, p. 32).

Relatam ainda que, desde 1984 CONDEPHAAT e CONESP mantiveram um relacionamento para tratar do tema da preservação dos prédios escolares. Foram frutos desses entendimentos dois compromissos formais: um Ajuste de Cooperação Técnica, firmado em 1984 e o Projeto Memória Escolar, de 1986. A iniciativa da CONESP de promover o intercâmbio com o CONDEPHAAT tinha como objetivo *identificar dentro do universo de 4.000 escolas públicas estaduais, aquelas que merecessem, em função de seu valor histórico-arquitetônico, cuidados especiais em obras de reforma, ampliações e adequações*, ou seja, um trabalho responsável pelo reconhecimento da importância dos edifícios escolares e pelo estabelecimento de diretrizes gerais para intervenções físicas. Dessa iniciativa, foi assinado o Ajuste de Cooperação Técnica entre as Secretarias de Estado da Educação e da Cultura, prevendo o trabalho conjunto entre os dois órgãos. Já o Projeto Memória Escolar teve como objetivo a restauração dos prédios escolares considerados de interesse, independente da documentação existente sobre cada uma das escolas. (Processo n.º 24.929/86, pp. 32-34)

Após esses esclarecimentos iniciais, retomam a questão da proposta de tombamento maciço dos prédios escolares. Para as autoras,

Embora todas as escolas listadas devessem ser preservadas em função de sua importância no panorama de história do ensino público e das construções escolares em São Paulo - o que se buscou assegurar com o estabelecimento de diretrizes de intervenção a serem seguidas pela CONESP - seu tombamento em bloco é bastante discutível. (Processo n.º 24.929/86, p. 36)

Tal parecer é justificado pelos critérios que orientam o CONDEPHAAT na seleção de bens para o tombamento: o primeiro, a representatividade que os bens culturais apresentam em determinado contexto; e o segundo, o estado de conservação e o grau de descaracterização dos edifícios. Nesse sentido, o que se propõe é o tombamento de todo um conjunto - ou seja, toda a listagem dos prédios escolares do período de 1889 a 1920 e não apenas exemplares representativos do período; e que muitos dos edifícios não foram vistoriados pelo CONDEPHAAT.

Concluindo as considerações, a equipe técnica sugere a conclusão dos estudos de reconhecimento, visando elaborar uma nova proposta que contemple a seleção dos exemplares mais significativos para o tombamento. Entretanto, alertam que

[...] o fato de que a existência do presente estudo, não impede que prédios escolares sejam reconhecidos como dignos de preservação, dentro de um contexto local, em municípios que venham sendo estudados pelo STCR. A equipe, como já foi dito, estuda estas escolas sob a ótica de seu conjunto e de seu significado em relação ao contexto estadual. (Processo n.º 24.929/86, p. 37)

Retomando a questão do Projeto Memória Escolar, foram anexadas, já ao final do processo, a partir das folhas 1596, algumas fotografias que registram o ato de assinatura do termo de cooperação, e ainda um folheto (Anexo 3) com a exposição de motivos e os objetivos de tal projeto. O texto de abertura deste folheto traz um breve histórico das construções escolares e dos ideais republicanos, nas suas primeiras décadas, para a educação. No verso, apresenta os objetivos do projeto, destacando a necessidade de sensibilização de toda a comunidade escolar para a preservação de seu patrimônio, paralelamente à realização das obras.

Figura 27 - Assinatura do Projeto Memória Escolar. Da esquerda para à direita, entre outros: Modesto Carvalhosa, Paulo Renato Souza, Franco Montoro e Orestes Quércia.

Fonte: CONDEPHAAT, Processo n.º 24.929/86

Seguem-se às páginas iniciais uma série de ofícios e outros documentos, nem sempre relacionados diretamente a estudos e pareceres diretos sobre cada uma das escolas, ou estabelecendo critérios para análise do conjunto e com intervalos de tempo irregulares.

Em outubro de 2001 um novo ofício, à página 337 do processo e redigido pela Arquiteta Juliana Mendes Prata, indica a retomada da análise dos edifícios e propõe a inclusão de novos prédios à listagem original, bem como a exclusão de edifícios já tombados - entre eles os prédios das Escolas Normais, por existirem processos individuais tratando do tema.

Já em 2002, a Prof.^a Carlota Boto, Conselheira do CONDEPHAAT, redige um importante parecer com um histórico do processo de tombamento, onde além de fazer referência aos documentos que constituem o processo, registra a publicação do livro *Arquitetura Escolar Paulista - 1890/1920*, pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a dissertação de mestrado da arquiteta Silvia Ferreira Santos Wolff, *Espaço e educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas* e as coloca como fontes que conferem segurança para propor a aprovação do tombamento dos prédios escolares.

Ressalta, ainda, que

em virtude da longa duração que dá curso ao presente processo, as populações de diferentes regiões envoltórias das edificações nele analisadas supõem, em sua maioria, que tais prédios escolares sejam já tombados. Existe, no caso, uma predisposição favorável à preservação. As pessoas já consideram os prédios escolares da Primeira República como patrimônio do Estado. Recusar o tombamento, neste caso, especificamente, seria, portanto, negar o valor simbólico já conferido a tais bens culturais, por parte de seus próprios usuários. (Processo n.º 24.929/86, p. 381)

Após mais algumas considerações sobre a importância e representatividade dos prédios escolares para a história da educação, a Conselheira conclui seu parecer afirmando que

Procurar preservar essa memória é, do ponto de vista da política, uma homenagem à história do espaço público paulista. Do ponto de vista da

educação, é prestar o devido tributo ao cenário que recorda as origens da luta pela extensão da escola pública a camadas cada vez mais amplas da população. Isso, por si, seria, a meu ver, demonstrativo de mérito inequívoco do tombamento aqui proposto. (Processo n.º 24.929/86, p. 387)

Entre outra série de despachos e informações, às folhas 444 do processo encontra-se um ofício encaminhado ao Secretário de Estado da Educação, datado de 30 de dezembro de 2002, notificando que em 29 de julho de 2002, conforme registro na Ata n.º 1253 do CONDEPHAAT, foi aprovado o parecer do Conselheiro Relator, favorável ao tombamento de 123 escolas da Primeira República, de acordo com a listagem publicada no D.O.E. de 7 de agosto de 2002 (Anexo 4). Ofícios com o mesmo teor também são encaminhados às prefeituras municipais e delegacias de polícia das cidades onde encontram-se os edifícios tombados.

Embora tenha sido publicada a notificação sobre o tombamento das escolas em 2002, somente em 2004 começam os trâmites para a publicação da Resolução de Tombamento. Em abril deste ano a Arquiteta Silvia Wolff encaminha uma primeira versão da minuta da Resolução. Entre os encaminhamentos dados pelo Conselho Deliberativo, pelo Gabinete da Secretária e pela Consultoria Jurídica, abre-se a questão de inclusão das áreas envoltórias no processo de tombamento.

Por fim, em 11 de novembro de 2010 é publicada no D.O.E. a Resolução SC-60, de 21 de julho de 2010, que versa sobre o tombamento do conjunto de 126 escolas da Primeira República (Anexo 5) e encaminhada a minuta para inscrição no Livro do Tombo, cuja inscrição foi realizada em 05 de setembro de 2011, sob o caráter de bem Cultural, Histórico e Arquitetônico.

Desde as primeiras manifestações públicas à favor da preservação do edifício da Escola Caetano de Campos até a inscrição no Livro do Tombo das escolas acima mencionadas passaram-se quase 25 anos.

Nesse período, independente do desenrolar dos processos e sobre qual seria o parecer final do CONDEPHAAT quanto ao tombamento desses prédios escolares, foram realizadas intervenções de restauro em várias dessas escolas. A experiência pioneira, mais uma vez, foi a adequação e o

restauro do edifício da antiga Escola Normal de São Paulo. Ainda durante o trâmite dos processos de tombamento foram restaurados os edifícios das escolas de Itapetininga, Botucatu, São Carlos e Casa Branca, cujos resultados das obras podem ser conferidos no livro *Arquitetura Escolar Paulista - Restauro*, publicado pela FDE em 1998. Também foram restaurados, ainda na década de 1980, os prédios das escolas normais de Piracicaba e de Pirassununga que, como já mencionado no capítulo anterior, foi parcialmente destruído por um incêndio.

As últimas obras de restauro de prédios escolares de que se tem notícia foram anunciadas pelo Governo do Estado de São Paulo em 2009. Entre as 19 escolas relacionadas, encontram-se os prédios das escolas normais de Campinas, Casa Branca, Pirassununga e Guaratinguetá, além do prédio da antiga Caetano de Campos na Praça da República (Jornal Folha de São Paulo, 31/01/2009). O resultado dessas intervenções não foram ainda publicados.

Por fim, cabe registrar que não apenas as "Escolas da 1.ª República" merecem ser reconhecidas pelo seu valor arquitetônico e histórico, restauradas e preservadas. A história da arquitetura escolar paulista desenvolvida ao longo do século XX é pautada por várias fases e, em cada uma delas, existem exemplares onde esses valores também devem ser reconhecidos e seus edifícios preservados.

3. O PATRIMÔNIO HISTÓRICO ESCOLAR: PARA ALÉM DA ARQUITETURA

Arquivos existem, independentemente de sua organização, de suas possibilidades de acesso, de sua dimensão, de seu estado físico, ou da extensão, profundidade ou densidade da informação contida nos documentos que o compõem. Podem ser amontoados disformes e ininteligíveis, [...] podem estar, à perfeição, com seus conteúdos informacionais devidamente classificados, descritos e bem geridos. [...] Em um ou em outro, é possível que se levantem as fontes de informação, embora, evidentemente, com graus diferentes de dificuldades e percalços. (BELLOTO, sem data, p. 10-11)

A partir da década de 1990 questões relativas à preservação do patrimônio histórico e cultural das escolas vem se tornando cada vez mais presentes nos debates e nas iniciativas de instituições públicas e privadas, tanto no Brasil quanto em outros países. Essa situação tem propiciado a (re)descoberta dos valores da arquitetura e dos acervos escolares, contribuindo para a conscientização e a sensibilização da comunidade escolar e da sociedade em geral sobre a importância da preservação desse patrimônio.

Reforçamos aqui a opção pelo uso do termo *acervos*, que, na concepção desse trabalho, engloba tanto os arquivos propriamente ditos como toda a sorte de documentação ainda existente nos prédios escolares, como os materiais e objetos encontrados nas bibliotecas, museus e laboratórios, principalmente os remanescentes dos primeiros anos de funcionamento das escolas. Também optamos pelo uso do termo *escolar*, aqui entendido como todo material relativo às atividades que se desenvolvem no ambiente da escola, sejam elas administrativas ou pedagógicas. Cabe também ressaltar que a preocupação em preservar a documentação mais antiga deve-se ao fato de que é aquela que corre mais riscos de perda, seja pela deterioração dos materiais de suporte, seja por descartes indiscriminados. Entretanto, o mesmo cuidado deve ser tomado com relação aos documentos mais recentes ou ainda aqueles que estão sendo produzidos no presente - lembrando que, do ponto de vista arquivístico, muitos documentos já "nascem" destinados a guarda permanente.

A arquitetura escolar é, sem dúvida, um marco na paisagem urbana e uma referência direta e sinônimo de lugar sobre quando falamos em ESCOLA. Mas outros importantes elementos simbólicos se manifestam no universo do patrimônio escolar, como mobiliário, materiais didáticos, equipamentos de laboratórios, instrumentos musicais, livros, documentos e fotografias, entre tantos outros itens muitas vezes dispersos no espaço escolar - sempre desconsiderados nos trâmites que envolvem o inventário e o tombamento de um prédio escolar. É fato que compete ao CONDEPHAAT, no âmbito do governo estadual paulista, as ações visando o estudo e tombamento do edifício e o tratamento da questão das áreas envoltórias, ficando sob a responsabilidade de outros órgãos estaduais- no caso das escolas, o Arquivo Público do Estado e a própria Secretaria de Educação - a preservação dos arquivos e outros bens móveis de valor histórico; entretanto, ainda não foram implementadas políticas públicas ou ações integradas na preservação do patrimônio escolar.

Se por um lado os estudos já realizados sobre a arquitetura escolar em São Paulo demonstraram a importância dos edifícios escolares no panorama da arquitetura paulista e brasileira, e ainda assim vários desses edifícios, apesar de já terem sido restaurados, continuam apresentando problemas de conservação; por outro lado, os vários estudos sobre a importância da cultura material escolar que vem sendo realizados, principalmente por pesquisadores em história da educação, apontam para a importância dos acervos escolares para a história da educação e registram o descaso e a precariedade dos acervos em muitas escolas: documentos, mobiliário e objetos dispersos ou perdidos, descartados sem critérios, mal organizados ou empilhados em locais sujos, úmidos, mal iluminados e muitas vezes infestados por pragas.

Para além da arquitetura dos edifícios escolares, outros testemunhos materiais significativos da trajetória das escolas estão presentes em seus arquivos, suas bibliotecas, em alguns museus escolares, e, ainda, dispersos em tantos outros espaços da escola, configurando um conjunto de valor histórico e cultural tanto para a história da própria instituição quanto para a história da educação brasileira.

Além das propostas para a organização dos acervos escolares, há também uma preocupação com a implementação de projetos pedagógicos envolvendo a comunidade escolar no resgate e na preservação do patrimônio de suas escolas. Independente de uma política pública oficialmente explícita que norteie a preservação de tal patrimônio, são vários os registros de escolas no Estado de São Paulo que procuram manter a qualidade dos espaços escolares, além de preservar, organizados ou não, acervos de caráter documental, bibliográfico e museológico. Veremos adiante, no Capítulo 4, algumas dessas iniciativas.

No caso das antigas Escolas Normais, mesmo tendo sido extinto o Curso Normal na rede estadual de ensino, permaneceram as ESCOLAS - seus edifícios e seus bens materiais. Com exceção do prédio da antiga Escola Normal Caetano de Campos, localizado na Praça da República, e que hoje abriga a sede da Secretaria de Estado da Educação, e da antiga Escola Normal do Brás, cujo edifício foi ocupado por uma Oficina Cultural vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, todos os demais edifícios continuam funcionando como escolas públicas, atendendo os níveis de ensino fundamental e médio.

Como já mencionado, funcionando como centros de formação e irradiação do conhecimento, para as escolas normais foram destinados projetos arquitetônicos, equipamentos e materiais didáticos diferenciados das demais escolas existentes no Estado. Conjunto de bens tão rico e importante que, mesmo após décadas de uso e inúmeras mudanças na organização do ensino e na política educacional, permanecem alguns remanescentes nas escolas.

3.1. Uma introdução a questão dos acervos históricos nas escolas

A identificação, organização, preservação e difusão de diferentes tipos de acervos em qualquer instituição, como, por exemplo, aqueles existentes nas escolas, pressupõe trabalhar de acordo com princípios e técnicas de diferentes entidades de custódia e preservação: arquivos, bibliotecas e museus. Entidades que, apesar de suas diferenças em relação aos critérios de formação e de organização dos seus respectivos acervos, apresentam um traço em comum: *têm a co-responsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como testemunho jurídico e histórico* (BELLOTO, 1991, p. 14). Ainda segundo a autora:

Se, na elaboração de um inventário, aos documentos de arquivo forem acrescentados, para esses mesmos efeitos de pesquisa e de memória, os documentos de biblioteca e os documentos de museu, custodiados por essa mesma entidade, ter-se-á, então, a descrição de um acervo documental integral e integralizado, capaz, todo ele, de configurar-se como o corpo material de uma memória, a ser apreendida, entendida, estudada e difundida. (BELLOTO, sem data, p. 9-10).

Os indivíduos, os grupos e as instituições registram suas atividades de maneiras diversas, conforme os métodos de comunicação disponíveis. Nas sociedades sem escrita, é a tradição oral que garante a transmissão dos fatos memoráveis de uma geração para outra. Na tradição escrita, o documento é o instrumento de transmissão da informação. E podemos entender como documento a somatória de qualquer unidade de informação e seu suporte material. Nesse sentido, o documento pode ser textual, gráfico, iconográfico, fotográfico, cartográfico, audiovisual, entre tantos outros suportes de informações atualmente existentes. Podem ainda se apresentar em diferentes formatos: livros, revistas, jornais, relatórios, processos, correspondências, fotografias, filmes, mapas, discos, pinturas, esculturas, objetos utilitários, etc.

Para Viviane Tessitore (2003, p. 12):

Não é a condição de um documento - manuscrito ou impresso, avulso ou encadernado, papel ou disquete, objeto ou não - que o define como um documento de arquivo, biblioteca, museu ou centro de documentação, mas sim a sua origem e função.

Mas quais são as fronteiras entre essas entidades? Como reconhecer quais os procedimentos metodológicos de cada uma delas? Em que categoria se encaixam os documentos e outros objetos existentes nos acervos, sejam eles escolares ou não? Como dito anteriormente, todas essas entidades têm em comum o papel de preservação e difusão dos seus acervos, mas com características e procedimentos técnicos distintos.

Tomando como referência as definições elaboradas por Heloísa Belloto (1991) e Viviane Tessitore (2003) para arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, foi elaborada a Tabela 4, buscando sintetizar as principais características que envolvem a formação, a organização e a finalidades dessas instituições.

Vale a pena lembrar que, apesar de nos deparamos, em muitos casos, com essas instituições desempenhando isoladamente seu papel, e que para cada uma delas existem atualmente cursos de graduação e de formação de profissionais especializados, bem como legislação e entidades de classe específicas, no cotidiano das escolas, todas as funções inerentes à organização e preservação dos acervos, principalmente os arquivos, são desempenhadas pelo corpo de funcionários, sejam eles qualificados formalmente ou não, e que realizam - ou deveriam ter condições de realizar - tais atividades em conjunto com as demais atividades de rotina necessárias ao bom funcionamento da escola.

Tabela 4 - Quadro comparativo: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação

	ARQUIVOS	BIBLIOTECAS	MUSEUS	CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO
Processos de formação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ órgão receptor e acumulador ▪ proveniência de uma única fonte geradora ▪ ausência de critérios seletivos na acumulação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ órgão colecionador ▪ artificialidade na reunião ▪ seletividade na aquisição 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ órgão colecionador ▪ proveniência de diversas fontes ▪ seletividade na aquisição 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ órgão colecionador ou referenciador ▪ proveniente de uma ou várias fontes
Características dos acervos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ fundos ▪ unicidade ▪ autenticidade ▪ indivisibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ coleções ▪ multiplicidade ▪ origem nas atividades culturais, científicas e acadêmicas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ coleções ▪ multiplicidade ▪ origem na atividade humana ou na natureza 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ coleções
Formas de organização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ baseada na trajetória do produtor ▪ exige conhecimento da relação documento, estrutura e função da entidade produtora 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ regida por sistemas pré-determinados e universais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ baseada na natureza do material e na finalidade do museu 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ baseada na natureza do material e na finalidade do centro de documentação
Finalidades	<ul style="list-style-type: none"> ▪ administrativa, jurídica, funcional, fiscal e social ▪ prova, testemunho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ educativa ▪ científica ▪ cultural ▪ informativa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ educativa ▪ científica ▪ cultural ▪ informativa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ científica ▪ informativa

Para uma maior clareza dos termos acima, sugerimos a consulta ao Dicionário de Terminologia Arquivística, publicado em 1996 por Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto.

Considerando a afirmação de Heloísa Belloto, citada na abertura deste capítulo, de que *arquivos existem independentemente de sua organização*, é justificável o número de projetos e trabalhos realizados nos últimos anos sobre a questão da preservação dos arquivos escolares. Se bibliotecas e museus não foram, e ainda continuam não sendo, realidade para a maioria das escolas públicas brasileiras, definitivamente o arquivo é um acervo existente em todas elas, visto que todas as escolas, no exercício diário de suas atividades, produzem, recebem e acumulam documentos. Um acervo arquivístico que, seja do ponto de vista administrativo ou histórico, deveria ser organizado, preservado e disponibilizado para consulta.

Na disciplina Arquivística, entende-se por arquivo o conjunto de documentos - independente da sua natureza ou suporte material - produzidos, recebidos e acumulados organicamente ao longo das atividades desempenhadas por uma determinada pessoa ou instituição, tornando-se testemunhos de sua história. São documentos de natureza administrativa, jurídica, informacional e probatória, e que após um determinado ciclo de vida, passam por um processo de avaliação documental devendo, ou não, serem preservados para fins de referência e pesquisa histórica.

Esse ciclo de vida dos documentos compreende três fases distintas: a fase primária ou corrente, que corresponde ao período de produção, tramitação e vigência dos documentos; a fase secundária ou intermediária, onde os documentos são mantidos em caráter temporário nos arquivos intermediários, em geral por questões jurídicas e por razões de precaução; e, finalmente, a terceira fase, permanente ou histórica, onde os documentos de arquivo que passaram por um processo de avaliação passam a integrar o arquivo permante, de guarda definitiva e destinado, em geral, à pesquisa.

Na prática, é bastante comum que os documentos de uma instituição, após cumprirem suas funções primárias, passem ao que é publicamente reconhecido como "arquivo morto". Um depósito qualquer onde se acumulam pilhas e pilhas, caixas e caixas de documentos, geralmente sem critério e sem qualquer preocupação com sua preservação ou disponibilização para consulta. Guarda-se, como já mencionado, mais por precaução ou medo do descarte do que pelo sentido de importância ou valor do documento. E,

quando o espaço torna-se insuficiente ou insalubre, o descarte indiscriminado elimina tanto documentos de guarda temporária - aqueles que, após cumprirem suas funções, permanecem no arquivo por um prazo determinado, podendo então ser descartados, quanto aqueles destinados à guarda permanente, ou seja, os documentos com reconhecido valor histórico. Isso quando o descaso com a manutenção ou com as condições físicas desses "arquivos mortos" são responsáveis pela sua ruína.

Do ponto de vista legal, a Constituição Federal de 1988 já fazia menção aos documentos de arquivo como patrimônio cultural:

Artigo 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

No Estado de São Paulo, a legislação arquivística remonta a 1984, com a promulgação do Decreto n.º 22.789, que institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP - e que define como objetivos principais em seu Artigo 2º:

I - assegurar a proteção e a preservação dos documentos do Poder Público Estadual, tendo em vista o seu valor administrativo e histórico e os interesses da comunidade;

II - harmonizar as diversas fases da administração dos documentos arquivísticos, atendendo às peculiaridades dos órgãos geradores de documentação;

III - facilitar o acesso ao patrimônio arquivístico público de acordo com as necessidades da comunidade.

Embora promulgada apenas em 1991 - 15 anos após o tombamento do primeiro edifício escolar em São Paulo - a Lei Federal de Arquivos é um entre os vários instrumentos

jurídicos que regulamentam a preservação de documentos públicos e privados no país. De acordo com a Lei Federal n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências:

Artigo 1.º - É dever do poder público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Artigo 2.º - Consideram-se arquivos os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício das atividades específicas, bem como por uma pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Nesse sentido, os arquivos escolares, do ponto de vista administrativo, deveriam estar prontos a subsidiar tarefas diárias da administração escolar; do ponto de vista histórico, podem suprir nossa necessidade de informação, registrar a trajetória de uma instituição e, ainda, contribuir para o desenvolvimento de atividades pedagógicas e culturais da comunidade escolar. São, de fato, os mantenedores de toda uma história institucional e fonte de pesquisa para a sociedade.

Apesar da existência de uma legislação específica para os arquivos públicos, sejam eles provenientes de escolas ou outros órgãos das esferas estadual e federal, somente mais recentemente o Governo do Estado de São Paulo publicou o Decreto n.º 60.145, de 11 de fevereiro de 2014, no qual, entre outros enunciados relativos à documentação pública, determina que sejam recolhidos ao Arquivo Público do Estado todos os documentos produzidos e acumulados até a data de 31 de dezembro de 1940. Como se trata de um Decreto Estadual, dirigido a todos os órgãos da administração pública, entende-se que também os documentos existentes nas escolas, referentes a esse período, devam ser recolhidos ao Arquivo. Essa medida tem alimentado debates sobre outra uma outra questão relativa aos arquivos: a preservação dos acervos em seus locais de origem - aqui,

as escolas - ou a sua transferência para um centro especializado, no caso, o próprio Arquivo do Estado?

A biblioteca, por sua vez, é um órgão colecionador, que reúne de forma artificial e seletiva materiais segundo uma determinada temática ou especialidade. É formada com objetivos culturais, técnicos e científicos, a partir da seleção de materiais adquiridos de diferentes fontes, como livrarias, editoras e jornais. Sua organização é baseada em sistemas pré-determinados e universais, exigindo, para sua organização, um conhecimento desses sistemas e do conteúdo específico de cada item a ser catalogado (BELLOTO, 1991, P. 16).

A biblioteca de uma determinada instituição é uma coleção, não é fruto de uma atividade institucional, seu acervo pode ser reunido em torno das necessidades institucionais, assim como refletir as formas de pensar dessa instituição. Além disso,

Quando abordada historicamente, a biblioteca será capaz, como o arquivo, de mostrar, para o tempo focalizado, quais as tendências políticas, sociais, religiosas, educacionais, literárias e técnico-científicas, assim como os hábitos de leitura de seus usuários, à época. (BELLOTO, sem data, p. 10)

Nos dias de hoje, embora muitos sejam os projetos em implementação de bibliotecas escolares e incentivo à leitura, mesmo as coleções e os livros mais antigos, com conteúdos defasados em relação ao currículo atual, poderiam ser preservados, ressaltando seu valor como testemunho de um determinado método de ensino ou de momento histórico.

Já o museu, também órgão colecionador, é formado por objetos e outros materiais previamente selecionados e provenientes de diversas fontes, e possui um caráter mais informativo, educativo e cultural (BELLOTTO, 1991, p. 16). As peças museológicas, mesmo que não façam parte de um museu em si, podem refletir o perfil e a funcionalidade de uma entidade, passam a ser carregadas de significados intrínsecos e específicos,

fornecendo importantes informações aos pesquisadores. O acervo museológico de uma instituição - que não seja propriamente um museu, como é o caso das escolas - pode ser reunido ao longo dos anos de sua trajetória e, assim como os arquivos e as bibliotecas, refletir o perfil da entidade (BELLOTTO, sem data, p. 10).

Ainda com relação aos acervos museológicos existentes nas escolas, é importante abordar a diferença entre museus escolares e museus pedagógicos. Já nas décadas de 1870 e 1880 havia uma preocupação com a criação de bibliotecas e museus escolares. Entre 1882 e 1883, o Congresso de Educação convida Manoel José Pereira Frazão para emitir um parecer sobre a organização de tais museus (VIDAL, 1999, p. 110). Segundo o parecerista, havia uma distinção entre museus pedagógicos e museus escolares. Definia museu pedagógico como

[...] coleções de objetos relativos ao ensino, metodicamente dispostos de modo a poderem ser estudados pelos professores. Assim, os diversos modelos de mobílias escolares, de casas de escolas, de materiais de ensino, como cadernos, lápis, ardósias, métodos de ensino de todas as disciplinas, em uma palavra, tudo quanto pode fornecer ao professor objeto de estudo pedagógico prático. (Actas, 14.ª questão, 1884, p. 3, apud VIDAL, 1999, p. 110)

E com relação ao museu escolar, afirmava que

Chama-se museu escolar uma reunião metódica de coleções de objetos comuns e usuais, destinados a auxiliar o professor no ensino das diversas matérias do programa escolar. Os objetos devem ser naturais, quer em estado bruto, quer fabricados, e devem ser representados em todos os estados por que os fizer passar a indústria. Os que não puderem ser representados em realidade, se-lo-ão por desenhos e por modelos. (Idem, ibidem)

Outra questão de caráter museológico a ser pensada, quando se trata das escolas públicas, são aqueles objetos do cotidiano escolar que, por caírem em desuso ou pelo seu

apelo memorial, acabaram sendo incorporados ao museu ou que foram, de certa forma, preservados dispersos em vários ambientes. Não é raro encontrarmos, nas escolas mais antigas, peças de mobiliário ou outros equipamentos servindo como objeto de decoração, principalmente nas áreas administrativas.

Em se tratando das escolas normais, também temos a questão dos equipamentos destinados, a princípio, aos gabinetes de química e física e que também acabam se encaixando nessa categoria. Sendo considerados "reliquias", dificilmente são manuseados ou utilizados, e acabando sendo expostos, muita vezes sem critério, ordenação ou, até mesmo, sem sabermos identificá-los ou explicarmos a que se destinavam.

Uma última categoria, híbrida em relação às demais, são os centros de documentação. Trata-se de um órgão de caráter colecionador e de referência, constituído por documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos. Podem representar conjuntos documentais produzidos pela própria instituição ou reunidos artificialmente por meio de outras fontes, tendo por finalidade o fornecimento de informações especializadas (TESSITORE, 2003, p. 14-15). Ainda segundo Tessitore:

A acumulação desse acervo possibilita aos Centros cumprirem suas funções de preservação documental e apoio à pesquisa, no mais amplo sentido: não só colocando à disposição do pesquisador referências para a localização das fontes de seu interesse, mas também tornando-se um pólo de atração da produção documental de pessoas e entidades que atuam ou atuaram no seu campo de especialização. (Idem, p. 15)

Do ponto de vista conceitual, essa última categoria é a que mais se aproxima do que, atualmente, vem sendo realizado em várias escolas através dos projetos desenvolvidos em parcerias com universidades e outras instituições de preservação e difusão do patrimônio histórico. Em vários projetos implementados, tem-se optado pela criação de um "Centro de Memória" em cada unidade escolar, buscando reunir nesse espaço especial os documentos históricos e outros objetos de valor para a memória das escolas.

Antes de passarmos à descrição das características dos acervos das escolas normais em si, cabem aqui algumas considerações. A primeira delas, em relação ao recorte temporal adotado. Como se trata de escolas ainda em funcionamento - ainda que não exista mais o Curso Normal - e, portanto, com acervos passíveis de crescimento, novas aquisições ou descartes, as pesquisas concentraram-se nos primeiros anos de funcionamento dessas escolas, no momento em que se adquiriram, em volume maior, os primeiros conjuntos de objetos e instrumentos pedagógicos que contribuíram para caracterizar os primeiros passos no aparelhamento das escolas normais e compreender de onde vieram esses objetos, como chegaram até as escolas. Uma segunda consideração diz respeito ao cotejamento entre os documentos relacionados às compras desses objetos, os relatórios das escolas e outras fontes que se remetem a eles, e a existência desses objetos ou seus remanescentes nas escolas atualmente. Trataria-se de uma tarefa um tanto desafiadora, visto que, ou não se tem indícios de que essa documentação esteja completa (pelo contrário, sabe-se que muito se perdeu ao longo dos anos) ou são relativamente poucos os itens que, após quase um centenário, possam ser localizados ou ainda existam nas escolas.

Por fim, não se tem como objetivo o levantamento exaustivo ou a elaboração de inventários de todos os itens que constituem os acervos das antigas escolas normais, bem como a sugestão de propostas ou definição de critérios para a organização desses conjuntos. Vários estudos já foram realizados nesse sentido, tanto para escolas normais como para as demais escolas públicas, entre os quais destacamos a tese de doutorado de Iomar Barbosa Zaia, *Escrituração escolar: produção, organização e movimentação de papéis nas escolas públicas paulistas*, defendida em 2010 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, onde foi apresentado um estudo aprofundado sobre quais foram os livros de registro da vida escolar produzidos entre os anos de 1890 e 1920, bem como suas características e regras de uso.

3.2. A constituição dos acervos da Escola Normal Caetano de Campos

Como primeira escola normal a ser criada e implantada no Estado de São Paulo, a Caetano de Campos é o ponto de partida e a principal referência quando se trata da história do ensino normal. Partiremos das características dos seus diferentes tipos de acervos - arquivístico, museológico e bibliográfico, além das configurações iniciais de seus laboratórios de física e química, para então estabelecer um quadro comparativo em relação a formação dos acervos das demais escolas normais do interior.

O Acervo Histórico da Caetano de Campos, atualmente sob a responsabilidade do Centro de Referência em Educação Mario Covas, órgão da Secretaria de Estado da Educação, reúne um conjunto documental de caráter arquivístico, bibliográfico e museológico, constituído, principalmente, pelo acervo administrativo da escola e pelos acervos do Museu Pedagógico e da Biblioteca Infantil.

A maior parte deste acervo compreende o período desde sua instalação no prédio da Praça da República, no final do século XIX, até o final da década de 70, quando, como foi visto anteriormente, após a polêmica sobre a possibilidade de demolição do edifício para a construção do Metrô a escola foi transferida para outros dois prédios, um localizado no bairro da Aclimação e outro na Consolação. Nesse momento, a maior parte do seu acervo foi transferida para o prédio da Aclimação, ali permanecendo até a criação do Centro de Referência em Educação Mario Covas. Apesar da transferência de grande parte dos acervos, ainda hoje permanecem no prédio da Aclimação alguns itens do Museu Pedagógico e a quase totalidade dos equipamentos e utensílios dos laboratórios.

Entre os documentos que constituem o arquivo da Escola Caetano de Campos, podemos identificar aqueles que registram a organização estrutural e o funcionamento da escola: livros de registro de matrículas, de notas e de frequência (tanto de alunos, quanto de professores e funcionários), de atas de exames e de diplomas de aluno; livros de ponto e folha de pagamento de professores e funcionários; atas de reuniões pedagógicas e da congregação da escola; além de diversos relatórios, ofícios e comunicados. Além desses

documentos, o Acervo Histórico ainda preserva um grande número de prontuários e documentos avulsos de alunos, até meados da década de 1960.

Figura 28 - Livro de matrícula

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

Figura 29 - Diploma

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

No acervo também encontram-se coleções de fotografias avulsas e álbuns fotográficos, cujas imagens registram as turmas de alunos, professores e diretores em atividades escolares, festividades cívicas, eventos e outras comemorações. Destacamos nessa coleção dois álbuns fotográficos da Escola Normal, datados de 1895 e 1908, com registros dos primeiros anos de funcionamento da escola, e que compreendem desde a arquitetura do prédio e suas instalações até o desenvolvimento de diversas atividades em sala de aula e outros ambientes.

Figura 30 - Foto avulsa - Professores e alunos

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

Figura 31 - Álbum de fotografias - 1895

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

Com relação ao acervo da biblioteca, no caso da Escola Normal Caetano de Campos, desde o primeiro relatório elaborado pelo diretor, já existem registros sobre a sua existência:

Para bem informar-vos sobre o estado em que se acha a Bibliotheca mandei organizar pelo dr. Thomaz de Lima, zeloso bibliothecario da Escola, os seguintes quadros synopticos nos quaes encontrareis todos os esclarecimentos precisos. (Relatório da Escola Normal, 1895, p. 6)

Nesse relatório são apresentados quadros com o números de obras, o movimento de alunos e o número de obras consultadas, demonstrando a importância atribuída a esse ambiente logo no início das atividades de escola na Praça da República. Trata-se do acervo da Biblioteca Paulo Bourrol, destinada aos professores e alunos do curso normal. Esse acervo foi transferido e encontra-se atualmente sob a responsabilidade da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Figura 32 - Biblioteca da Escola Normal

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

Uma outra coleção existente é aquela formada pela Biblioteca Infantil fundada em 1925, por iniciativa do professor Carlos Alberto Gomes Cardim, então diretor da Escola Normal. Funcionou até 1929, quando foi fechada e seus livros recolhidos à Biblioteca do Curso Normal. Reaberta em 1933, sendo reorganizada pela professora Lenira Fracarolli, foi novamente fechada em 1935 para a ampliação e remodelação arquitetônica do prédio da Praça da República. Reaberta em 1936, permaneceu durante 30 anos sob os cuidados de Iracema Marques da Silveira (40.º Aniversário, 1965, p. 8). Entre os destaques do acervo, uma coleção de cartilhas - que fizeram parte da infância de muitos - e métodos de ensino, além de vasta literatura infanto-juvenil.

Figura 33 - Cartilha Caminho Suave

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

Figura 34 - Cartilha Sodré

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

Organizada em seções Infantil, de Documentação, de Referências e de Estatística e Investigações (REGULAMENTO, 1943, p. 4), além de franquear o acesso dos alunos às coleções de livros e revistas infantis, a Biblioteca Infantil foi responsável pela coordenação e desenvolvimento de diversas atividades, que resultaram em outros tipos de registros.

Figura 35 - Biblioteca Infantil

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

Uma das atividades mais representativa da Biblioteca trata da elaboração dos documentos que hoje denominamos "*Dossiês Didáticos*". Reunidos sobre um determinado assunto, cada um dos mais de 800 dossiês existentes são constituídos por recortes de jornais e revistas, impressos, imagens, fotografias e manuscritos, entre outros materiais. Os assuntos abordam desde a história da própria escola, suas atividades e seus professores; passando por áreas como história, geografia, ciências, biologia, astronomia, entre uma grande diversidade de temas.

Outra atividade de referência da Biblioteca, desde 1936 e durante aproximadamente 70 anos, foi a produção pelos próprios alunos da escola, sob orientação da bibliotecária, de um jornal infantil denominado "*Nosso Esforço*". A maior parte dos exemplares, além de outros documentos e objetos relativos à sua produção do jornal, como por exemplo a coleção de clichês para impressão, foram preservados.

Figura 36 - Exemplo de materiais que constitui um Dossiê Didático

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

A Biblioteca contava, também com as seções de "*Discoteca*" e "*Filmoteca*" (REGULAMENTO, 1943, p. 11). Os discos vão desde a música clássica a cursos de idiomas, passando por histórias infantis e músicas populares e folclóricas. Vários rolos de filme, devido ao estado de conservação e à ausência de equipamentos adequados para sua leitura, ainda não puderam ser identificados.

O Acervo Histórico Caetano de Campos ainda reúne outros recursos audiovisuais de caráter didático. Estereoscópios, diafilmes e coleções de cromos, com temas como história e geografia geral e do Brasil e clássicos da literatura infantil, foram ordenados, higienizados e acondicionados em embalagens especiais; assim como várias coleções de quadros ilustrados e mapas.

Figura 37 - Estereoscópios e diapositivos

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

Figura 38 - Discos

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

Anexos à Biblioteca, e integrados a sua estrutura, funcionaram ainda o "*Museu Caetano de Campos*", formado por documentos e objetos sobre o patrono e outros educadores de destaque na história da educação paulista em homenagem ao seu patrono; contando com materiais adquiridos com verba própria e doados por alunos e professores e também pelo acervo do "*Museu Pedagógico*" (REGULAMENTO, 1943, p. 10-11).

Figura 39 - Museu Pedagógico

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

A história do *Museu Pedagógico* perpassa toda a história da Caetano de Campos. A coleção de quadros para o método de ensino intuitivo, por exemplo, é atualmente um dos destaques da coleção e já apareciam em fotografias da escola desde o 1895. Funcionando com o objetivo de desenvolver e estimular o conhecimento dos alunos, bem como subsidiar as atividades docentes, foi diversas vezes reformulado ao longo da trajetória da escola. Itens como flâmulas, bandeiras, medalhas e condecorações, coleções de filatelia e de numismática, de artesanato popular e indígena; e ainda várias amostra de rochas e minerais, sementes de exemplares da flora brasileira constituíram seu acervo.

Além dos documentos e objetos sob a custódia do CRE Mario Covas, outros bens de valor histórico-cultural ainda encontram-se nas unidades Aclimação e Consolação da EE Caetano de Campos, em processo de identificação e seleção, para recolhimento e incorporação ao Acervo Histórico. O acervo remanescente é composto por mobiliário e objetos do Museu Pedagógico e dos antigos laboratórios da escola; vitrolas, projetores de filmes e instrumentos musicais. Os laboratórios mantêm diversos utensílios e equipamentos, animais conservados em formol, modelos de órgãos do corpo humano, etc.

Figura 40 - Museu Pedagógico

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

Com relação aos laboratórios de Química e Física, existem registros de sua existência já no primeiro relatório de funcionamento da escola na Praça de República, publicado em 1895, pelo diretor Gabriel Prestes:

Graças á boa vontade com que o Governo satisfez as requisições da Directoria da Eschola, no empenho de completar a sua installação pedagógica, tenho o prazer de declarar-vos que dispomos hoje do material de ensino necessário ao curso. Os museus e gabinetes foram consideravelmente augmentados e salvo uma ou outra deficiência, fácil de supprir, podem considerar-se em condições de servir inteiramente ás necessidades do curso. (Relatório da Escola Normal, 1895, p.59)

O relatório apresenta, ainda, um rol dos equipamentos e utensílios, bem como de insumos, existentes nos gabinetes e laboratórios, com um grande número de peças catalogadas.

Figura 41 - Laboratório de Física

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

A situação dos antigos laboratórios de química e física da Escola Caetano de Campos ilustra a questão da mudança de valor de um determinado objeto ao longo de sua existência. Criados com o objetivo de promover o aprendizado com base na realização de experimentos e para a ilustração do conteúdo das disciplinas, hoje, os equipamentos desses laboratórios constituem um registro histórico sobre o processo ensino-aprendizagem de outrora, tornando-se objetos museológicos dignos de exposição.

Como exemplo dessa situação, atualmente encontram-se restaurados e expostos no Catavento Cultural e Educacional, localizado no Palácio da Indústrias, na cidade de São Paulo, um conjunto previamente selecionado dos equipamentos do laboratório da Escola Caetano de Campos.

Figura 42 - Gabinete de Química

Fonte: AHCC/CRE Mario Covas/EFAP/SEE-SP

Atualmente, várias peças de mobiliário e outros objetos, documentos e itens da biblioteca encontram-se expostos, e abertos à visitação pública, na sede do Centro de Referência em Educação Mario Covas.

3.3. Os acervos das Escolas Normais do interior

Se no campo da arquitetura as escolas normais receberam tratamento diferenciado, cada uma sendo construída de acordo com projetos arquitetônicos e estilos próprios, ao que indicam vários documentos localizados no decorrer dessa pesquisa, seu aparelhamento baseou-se em um projeto comum a todas, pautado pela legislação do ensino vigente.

Muito provavelmente, foi a partir da experiência na instalação das bibliotecas, do museu pedagógico e dos laboratórios da Escola Normal Caetano de Campos, que foi elaborado, em 1914, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, uma espécie de cartilha com a relação completa de equipamentos e insumos para a montagem dos gabinetes de química, física e história natural para as Escolas Normais.

Figura 43 - Capa da publicação com a relação dos materiais para os gabinetes de Química e Física

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

O folheto não traz nenhuma orientação específica quanto à montagem, ao funcionamento ou qualquer sugestão de atividades a serem desenvolvidas nos gabinetes, apenas as relações de materiais divididos pelas áreas. Interessante notar que tais listas incluem o valor de cada item, não na moeda corrente brasileira mas em francos.

Material de Physica	
(Laboratório comum de Physica e Química e História Natural)	
INSTALAÇÃO	
FRANCOS	
Mesa de experiencias de Weinhold, de 3 m. de comprimento, servindo para a pratica de Physica, Química e História Natural. — As mesas de Weinhold apresentam armarios e gavetas para utensilios e papeis, estufas para o aquecimento dos aparelhos electricos, cubas pneumaticas para mercurio e para agua, dispositivos para aquecimento, canalização para corrente electrica, conductor para agua, gaz, ar comprimido e para o estabelecimento do vacuo, aparelhos para evacuação de gazes e liquidos, etc.	570,00
Trompa de agua, de Arsberger & Zulkowsky, com manometro de mercurio, propria para aspirar e insuflar	165,00
Mesa de utensilios, com gavetas e pertences.	115,00
MATERIAL DE USO CORRENTE	
2 supports universaes de Bunsen, com accessorios.	66,00
Supporte de Gauss	60,00
Taboleiro redondo, de madeira	15,00
Supporte quadrado, de madeira	6,00
Série de 6 calços finos	1,00
Série de fios conductores, finos	26,00
10 ms. de fios de cobre, isolados, com duplo revestimento	1,00
500 grs. de fios de cobre diversos, nus e isolados.	6,00
Tubos de borracha preta, de diversos diametros (2 ms. de cada).	24,60
Tubos de borracha cinzenta, para bicos de gaz (5 mets.).	7,50

Figura 44 - Primeira página da publicação com a relação dos materiais para os gabinetes de Química e Física

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Sabe-se que, naquele momento, praticamente não haviam empresas ou editoras especializadas na produção de material didático no Brasil, e que, quase todo o material didático adotado ou recomendado era proveniente do exterior, mais especificamente aqueles produzidos pela *Maison Deyrolle*, em Paris. Um forte indício que corrobora esse fato é que o Acervo Histórico Caetano de Campos possui ao menos três exemplares, de anos distintos, do catalogo de vendas da *Maison*.

Diana Vidal (2009, pp. 47-49) relata o crescimento da indústria ligada à produção de materiais pedagógicos a partir da segunda metade do século XIX e, inclusive, a participação de diversos representantes desse segmento nas Exposições Universais. De acordo com diversos registros na correspondência do diretor da Escola Normal de São Paulo, já em 1893 foram realizadas compras de diversas peças da *Maison*, através de seu representante no Brasil, Etienne Colbert. Entretanto, o comércio de itens produzidos pela *Deyrolle* não ficou restrito apenas a Escola Normal na Praça da República.

O ano de 1915 marca, efetivamente, o aparelhamento maciço das escolas normais no interior do Estado de São Paulo. Diversos documentos e notas, provenientes de todas as escolas normais do interior são comprobatórias da compras de materiais e equipamentos para os museus, os laboratórios e as bibliotecas dessas escolas. Entre os principais importadores e fornecedores desses materiais figuram: Casa Fretin, Casa Genoud, Casa de Utensilios Scientificos (Antiga Berto Moser), Casa Huber, Baruel e Cia, A Electrotechnica, todas com endereço na cidade de São Paulo.

CASA GENOUD
FUNDADA EM 1876

P. GENOUD
ESCRITORIO DE COMPRAS EM PARIS

RUA B. JAGUARA, 33

IMPORTAÇÃO DIRECTA

LIVRARIA — PAPELARIA
TYPOGRAPHIA
Armarinho, Pianos, Musica, Artigos para
Escritorio, Escolas,
Engenharia, Desenho e Pintura, Brinquedos,
Perfumarias, Sementes

ARTIGOS DE OPTICA
HOMOEOPATHIA
Photographia, Fantasia e Religião, Guarda-
chuvas e bengalas, Fogos e
Artigos de Carnaval, Gabinete de leitura
Machinas de escrever OLIVER

© Hlm. Sm. Escola Normal Secundaria de São Carlos

Campinas, 26 de Abril de 1915

1	Darwin: Origem das especies	3\$500
1	" : Origem do homem	2\$000
1	Magalhães: Hygiene alimentar 2 vols.	20\$000
1	Demolins: Comment la rout 2 "	10\$000
	Frete e carroto	1\$500
Total..... R\$		37\$000

(Trinta e sete mil réis)

Figura 45 - Nota de compra de materiais para a Escola Normal de São Carlos

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Figura 46 - Nota de compra de materiais para a Escola Normal de Itapetininga

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Publicado em 2010, o *Guia de Arquivos das Escolas Públicas Paulistas instaladas entre 1890 a 1950* (ZAIA, 2010, pp. 236-610) é resultado de um dos projetos desenvolvidos pelo Centro de Memória da Educação, da Faculdade de Educação da USP entre os anos de 2007 e 2009, com o objetivo de coletar e reunir informações sobre a situação dos acervos nas mais antigas escolas públicas do período e, a partir dessas informações, estimular e subsidiar a realização de pesquisas e projetos para a preservação dos acervos. Foram realizadas visitas a 162 escolas distribuídas por todo o Estado de São Paulo, entre elas algumas das antigas escolas normais: Casa Branca, Guaratinguetá, Itapetininga, Pirassununga e do Brás, na Capital. De acordo com o guia, todas essas escolas possuem documentos e objetos remanescentes das primeiras décadas de funcionamento.

Entre os documentos de arquivo encontrados em maior volume estão os livros de registro e escrituração escolar, como livros de ponto e de matrícula, além de prontuários e exemplares do Diário Oficial. No geral, como em tantos outros casos já citados na literatura sobre o tema, essa documentação encontra-se dispersa em vários ambientes da escola - porão e embaixo de escadas são os locais mais recorrentes citados, ou armazenada em armários e estantes de aço, prateleiras de madeira e, muitas vezes, empilhadas sobre móveis e até mesmo no chão.

Com relação ao acervo bibliográfico, atualmente todas as escolas contam com biblioteca e possuem exemplares do período de funcionamento como escola normal. Em alguns casos os livros mais antigos permanecem no ambiente da biblioteca, podendo ser consultados e manuseados pelos alunos ou pesquisadores. Entretanto, quase todas as escolas mantêm esses exemplares separados do acervo atual, armazenados juntamente com a documentação do arquivo ou do acervo museológico.

Já os acervos de caráter museológico são constituídos, em sua maior parte, por peças do mobiliário. Armários, mesas, escrivaninhas, cadeiras, carteiras, chapeleiras, relógios de parede e pianos figuram entre as peças, algumas em uso e outras mantidas como objeto de decoração, quase sempre junto às áreas administrativas das escolas e, é claro, na sala da direção. Também as peças remanescentes dos laboratórios, como balanças, microscópios, lâminas e outros peças de vidraria, constam entre os itens do acervo museológico. Outros objetos comumente encontrados nas escolas são porta-bandeiras, púlpitos, brasões, quadros do patrono e de personalidades, mapas e troféus.

É importante salientar que esses acervos não deveriam ser vistos simplesmente como um amontoado de "coisas velhas" ou objetos esquecidos provenientes de um passado glorioso de cada escola. Trata-se, assim como os edifícios escolares, de um patrimônio da educação. Mais do que organizar e preservar os acervos escolares, é preciso integrá-los no contexto das escolas, estabelecendo uma ligação com a comunidade escolar e contribuindo, assim, para a formação de uma sociedade reconhecadora dos bens culturais num sentido mais amplo (FELGUEIRAS, 2005, pp. 92-99).

4. PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ESCOLAR

Conservar, conhecer, criticar e comunicar a herança da atividade educativa, hoje indispensável nas nossas sociedades, exige investigação histórica e cuidados específicos (FELGUEIRAS, 2005, p. 87).

Como visto anteriormente, no campo da arquitetura escolar, as décadas de 1980 e 1990 marcaram as primeiras iniciativas para a preservação da arquitetura das escolas públicas construídas entre 1890 e 1920, com a abertura de processos de tombamento para um grande número de prédios destinados aos grupos escolares e, principalmente, os dez primeiros edifícios para escolas normais. Na prática, mesmo antes da conclusão dos processos de tombamento, vários edifícios passaram por intervenções de restauro, das quais alguns resultados podem ser vistos no livros *Arquitetura Escolar Paulista 1890-1920* e *Arquitetura Escolar Paulista - restauro*, ambos publicados pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação em 1998. De lá para cá, poucas foram as notícias divulgadas sobre atividades relacionadas ao restauro de escolas públicas no Estado de São Paulo. Em 2009 o governo paulista, por meio da Secretaria da Educação, anunciou um investimento para a realização de obras de restauro em 19 prédios escolares, não tendo sido divulgados os resultados desse projeto.

Por outro lado, no campo das pesquisas acadêmicas, são numerosos os estudos desenvolvidos, e que continuam em desenvolvimento, sobre a arquitetura escolar em seus mais diferentes aspectos. A pesquisa bibliográfica e revisão da literatura da área, realizadas para o presente trabalho, apontaram para um número crescente de publicações sobre a arquitetura escolar. Por exemplo, desconsiderando os resultados obtidos quando os trabalhos tratavam da arquitetura de escolas de educação infantil ou creches, ou ainda da arquitetura escolar em outros Estados, destacam-se os trabalhos elencados na Tabela 5.

Com relação aos acervos históricos, os primeiros passos para sua preservação tiveram início, no Brasil, no final dos anos 1990, com a implementação de projetos de resgate e organização dos arquivos de algumas escolas, realizados principalmente em parceria com

universidades públicas como a USP e a UNICAMP, coordenados geralmente por pesquisadores em história da educação.

Tabela 5 - Algumas das Dissertações e teses defendidas na FAU-USP, sobre o assunto "arquitetura escolar"

Ano	Tipo	Título	Autor
1995	Tese	<i>Linguagem dos ambientes escolares uma leitura sistêmica, uma visão prospectiva</i>	Paulo Kawauchi
2000	Dissertação	<i>Construção Escolar: desenvolvimento, políticas e propostas para a escola rural visando a democratização do campo</i>	Nanci Saraiva Moreira
2005	Tese	<i>Pré-fabricados de concreto na arquitetura escolar</i>	Ercio Barbugian
2005	Dissertação	<i>Avaliação Pós-Ocupação (APO): escolas de ensino fundamental em argamassa armada, cidade de São Paulo e sua região Metropolitana</i>	Maria Cristina Dominguez Lopez Ferreira
2005	Tese	<i>Espaços educativos para a escola de Ensino Médio: proposta para as escolas do Estado de São Paulo</i>	Nanci Saraiva Moreira
2007	Dissertação	<i>Arquitetura escolar paulista nos anos 30</i>	Fabiana Valeck de Oliveira
2007	Dissertação	<i>Convênio escolar: utopia construída</i>	Ivanir Reis Neves Abreu
2007	Dissertação	<i>Planejamento da rede física escolar</i>	Rita Beatriz Enge
2008	Tese	<i>Arquitetura escolar em São Paulo 1959-1962: o PAGE, o IPESP e os arquitetos modernos paulistas</i>	André Augusto de Almeida Alves
2008	Dissertação	<i>Escolas públicas em São Paulo (1960-1972)</i>	Carlos Augusto Ferrata
2009	Dissertação	<i>Mayumi Watanabe Souza Lima a construção do espaço para a educação</i>	Cássia Schroeder Buitoni
2009	Dissertação	<i>As escolas do IPESP projetos de edifícios escolares produzidos para o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo de 1959 a 1962</i>	Flávio Hadlich
2011	Dissertação	<i>Arquitetura escolar estadual paulista: o desafio do conforto ambiental</i>	Roselene de Araújo Motta F. Nogueira
2012	Dissertação	<i>Arquitetura para educação a contribuição do espaço para a formação do estudante</i>	Mario Fernando Petrilli do Nascimento
2012	Dissertação	<i>Arquitetura escolar pública. Fundo Estatual de Construções Escolares - FECE 1966-1976</i>	Mirella Geiger de Mello

Considerando que o instrumento do tombamento, na teoria, cumpre seu papel no reconhecimento do valor histórico do prédios escolares e que orienta e garante sua

preservação, neste capítulo nos deteremos nas experiências no campo da preservação dos acervos escolares.

4.1. Iniciativas para a preservação do patrimônio escolar

Nas últimas décadas, as iniciativas e experiências no campo do estudo e preservação dos acervos escolares, no Brasil e no mundo, tem-se desenvolvido, basicamente, em duas grandes áreas: a implementação, na prática, de projetos para o resgate, a organização e a preservação dos acervos escolares, principalmente os arquivos, incluindo nessas experiências com projetos pedagógicos envolvendo alunos, professores e a comunidade escolar; e o crescente número de pesquisas acadêmicas, da publicação de estudos teórico-metodológicos e da realização de vários eventos científicos promovidos por diferentes instituições de pesquisa relacionadas ao tema. Vários congressos, encontros e eventos científicos realizados na área da educação tem dedicado eixos de trabalho relacionados à história, memória e preservação do patrimônio escolar.

Importante destacar que essas duas áreas não agem de forma isolada, muito pelo contrário. A partir dos estudos realizados no âmbito da cultura escolar é que pesquisadores ligados à academia em busca de dados e informações nos arquivos escolares, ao se depararem com a riqueza dos materiais nele contidos em contraste com a precariedade e o risco iminente de perda da documentação, começaram a realização de projetos com o objetivo de reunir, organizar e preservar tais arquivos (SOUZA, 2015).

Também no campo da preservação dos acervos escolares, partimos de uma pesquisa e revisão bibliográfica da literatura existente. Anteriormente aos primeiros projetos de preservação dos acervos escolares de que se tem notícia no Estado de São Paulo, identificamos como referência bibliográfica, ao longo dessa pesquisa, apenas dois textos relativos ao tema:

Os arquivos na escola, de Eckhardt G. Franz, publicado pela UNESCO na edição de abril de 1985 de *O Correio*, e o trabalho de Marcus Venício Toledo Ribeiro, *Os arquivos nas escolas*, publicado em 1992 pelo INEP no Guia de Fontes para a História da Educação Brasileira.

O artigo de Eckhardt G. Franz apresenta algumas experiências pedagógicas em escolas da Inglaterra e da Alemanha com o uso de documentos de arquivo, embora ainda não trate diretamente do uso dos documentos existentes nas escolas como instrumento de pesquisa ou da importância da organização e preservação dos arquivos escolares. Aponta, principalmente, para as mudanças que vem ocorrendo nas relações entre as instituições arquivísticas e um novo perfil de público:

Os arquivistas na escola e os estudantes nos arquivos: isso não corresponde à imagem que se costuma ter dessas instituições. [...] A transformação da imagem do arquivista moderno, que não se contenta apenas em tomar conta dos preciosos documentos que lhe são confiados, mas se aplica em colocá-los a serviço da formação política e histórica do grande público e, o que é mais importante, das novas gerações, coincide com as novas tendências na pesquisa e no ensino de história. (FRANZ, p. 28)

No Brasil, Marco Venício Ribeiro relata o que talvez tenha sido a primeira experiência em arquivos escolares da qual se tem notícia. Publicado em 1992, o artigo é resultado de um diagnóstico realizado em 1985 em arquivos privados na cidade do Rio de Janeiro. O artigo trata exclusivamente da questão dos arquivos de algumas escolas, incluindo além de escolas primárias e secundárias algumas instituições do ensino profissional e superior. Partindo de uma abordagem do papel dos arquivos e da importância da preservação da memória e da identidade cultural, destaca iniciativas na criação de instituições voltadas a essa questão; expondo a situação encontrada nos arquivos das escolas:

Quanto à conservação física, os arquivos escolares não se distinguem da grande maioria dos demais arquivos e depósitos existentes no país. Cerca de 2/3 das salas onde estão guardados os documentos são inadequadas, pois têm problemas de ventilação e iluminação, excesso de umidade, poeira, etc. [...] O acondicionamento dos documentos é feito em pastas, envelopes, encadernados, caixas de papelão, mas, em muitos arquivos, boa parte do acervo está empilhada e sem acondicionamento.

Os insetos, roedores e microorganismos também "se interessam" por estes arquivos, freqüentando-os muito. (RIBEIRO, p. 55)

Algumas notas sobre normas e legislação que incide na produção, acumulação e preservação dos documentos nas escolas, entre elas, a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação são abordadas no texto, que também traz importantes referências teóricas do campo da Arquivologia e sobre o papel dos arquivos como fontes históricas.

Posteriormente aos textos acima citados, já a partir do final da década de 1990 e começo dos anos 2000, um crescente número de trabalhos sobre a questão dos arquivos escolares passam a ser publicados, dentro uma mesma linha de abordagem: a importância dos arquivos escolares para a pesquisa em história da educação; a organização e preservação dos arquivos escolares face à Arquivologia e à legislação de arquivos; as relações entre arquivo, educação e construção da memória; o arquivo escolar como patrimônio cultural; a situação dos arquivos escolares e iniciativas para sua preservação. Ilustram essa linha de publicações artigos como:

- *Arquivos educacionais: preservação do patrimônio e construção do conhecimento.* Maria Aparecida Silva de Sousa. *Revista Eletrônica HISTEDBR* n.º 14, junho/2004.
- *Arquivos escolares: breve introdução a seu conhecimento.* Ruy Hermann Araújo Medeiros. *Revista Eletrônica HISTEDBR* n.º 14, junho/2004.
- *O arquivo escolar: fontes para o estudo da educação.* Eva Cristina Leite da Silva. *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2004.
- *Arquivos escolares, memória e cultura.* Emery Marques Gusmão. *Patrimônio e Memória*, UNESP, Cadernos CEDAP, V. 1, n.º 1, 2005.
- *O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história.* Maria Cristina Menezes, Eva Cristina Leite da Silva e Oscar Teixeira Júnior. *Revista Horizontes*, V. 23, n.º 1, pp. 67-76, jan/jun 2005.

- *Arquivos e educação: a construção da memória coletiva*. Maria João Mogarro. *Sísifo* - Revista de Ciências da Educação, n.º 1, set/dez 2006.
- A escola e o arquivo escolar: discutindo possibilidades de interlocução entre atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nádia Gaiofatto Gonçalves. *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2006.

Confirmando a importância do papel dos arquivos e museus escolares na preservação do patrimônio e da memória escolar, bem como para a história da educação, destacamos ainda a publicação, em dois periódicos especializados da área de educação, de números especialmente dedicados ao tema:

- Revista Pro-Posições. *Dossiê Cultura Escolar e Cultura Material Escolar: entre arquivos e museus*. UNICAMP, v. 16, n.º 1, jan/abril 2005.
- Revista Brasileira de História da Educação. *Dossiê Arquivos Escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação*. SBHE - Sociedade Brasileira de História da Educação, n.º 10, jul/dez 2005.

Também elencamos aqui dois manuais lançados com o objetivo de fornecer subsídios para que as escolas, independentemente da presença de especialistas em organização ou conservação de acervos, pudessem preservar os documentos sob sua responsabilidade, facilitando a gestão dos arquivos e disponibilizando-os para a consulta.

O primeiro, *Manual de Trabalho em Arquivos Escolares*, elaborado por Teresa Marcela Meza Baeza, é uma publicação da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, a partir da experiência do Centro de Referência em Educação Mario Covas, responsável desde sua inauguração pela preservação do acervo histórico da antiga Escola Normal Caetano de Campos. O manual traz, além de algumas definições do campo da disciplina Arquivística, instruções quanto ao processamento técnico (identificação, organização, higienização e acondicionamento) dos documentos e também uma série de orientações quanto à disponibilização dos acervos para a consulta pelo público em geral.

O segundo trabalho, lançada a segunda edição em 2006, é fruto das pesquisas e projetos realizados junto ao Centro de Memória da Faculdade de Educação da USP. Escrito por Iomar Barbosa Zaia, *O acervo escolar: manual de organização e cuidados básicos*, é um manual no qual, de forma clara e objetiva, a autora introduz princípios da Arquivística como a organização, higienização e acondicionamento de documentos de arquivos, tomando como exemplo o trabalho realizado junto à Escola de Aplicação da USP.

No campo das pesquisas acadêmicas sobre a importância dos arquivos escolares e sua preservação, destacamos, em ordem cronológica de publicação, os trabalhos de:

- ZAIA, Iomar Barbosa. *A história da educação em risco: avaliação e descarte dos documentos do arquivo da Escola de Aplicação (1958-1985)*. Dissertação (Mestrado), 2003. Trata-se de um estudo de caso - a Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da USP - onde a autora trabalha questões das disciplinas Arquivística e História da Educação, elaborando um histórico da instituição a partir do qual é possível estabelecer um critério de organização de seu acervo documental, promovendo a preservação de documentos de guarda permanente.
- BARLETTA, Jacy Machado. *O lugar dos objetos no arquivo: materiais escolares*. Dissertação (Mestrado), 2005. Nesse trabalho, o objeto de estudo é o acervo da antiga Escola Normal Caetano de Campos, onde a autora trata da questão do reconhecimento de objetos e outros materiais escolares, que foram de uso cotidiano nas atividades pedagógicas da escola, como documentos de arquivo. O trabalho traz ainda um *Inventário Geral dos Materiais* e o *Catálogo Sumário* de algumas séries do acervo.
- VENDRAMETO, Maria Cristina. *Da Escola Masculina da Capital (São Paulo) à Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas: uma proposta de gestão documental*. Dissertação (Mestrado), 2005. A autora também trabalha a partir das disciplinas Arquivística e História da Educação, fazendo ainda referência ao SAESP - Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, um programa de gestão dos documentos da administração pública, tendo como estudo de caso a antiga Escola Profissional Masculina, atual

Escola Técnica Getúlio Vargas. O trabalho propõe a elaboração de instrumentos de gestão do arquivo, como Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade dos Documentos, e que, ainda, esses instrumentos possam contribuir para a gestão dos acervos de outras unidades da rede.

- ZAIA, Iomar Barbosa. *Escrituração Escolar: produção, organização e movimentação de papéis nas escolas públicas paulistas*. Tese (Doutorado), 2011. Nesse trabalho a autora propõe investigar a produção, a organização e as formas de movimentação dos papéis administrativos entre a Diretoria Geral da Instrução Pública e as Escolas do Estado de São Paulo, entre os anos 1893 a 1920, com o objetivo de compreender as formas de administração do aparato educativo do Estado. Traz um guia dos documentos identificados em 162 escolas em todo o Estado de São Paulo.

Dos eventos específicos realizados, figuram o *Congresso Brasileiro de História da Educação* - CBHE, realizado desde 2000 pela Sociedade Brasileira de História da Educação, o *Congresso Luso-brasileiro de História da Educação* - COLUBHE, com sua décima edição realizada em 2014 e o *Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-americana* - CIHELA, que teve seu décimo primeiro encontro também em 2104. Aconteceram, ainda, em 2005 e 2008, duas edições do *Encontro de Arquivos Escolares e Museus Escolares*. Em 2008 também aconteceu, na Espanha, o *I Encontro Ibero-americano de Museus Pedagógicos e de Museólogos da Educação*. Outros eventos que ocorreram mais recentemente foram o *Simpósio Ibero-americano de História, Educação e Patrimônio Educativo* e o *Fórum Como era a escola: experiência de preservação, memória escolar e cultura material*, ambos na UNICAMP; e o *Seminário (RE)Conhecer o patrimônio escolar português*, na Faculdade de Arquitetura da USP. Aqui cabe um parênteses: também no campo da arquitetura, não exclusivamente sobre a arquitetura escolar, a preservação de arquivos e documentação também desperta a atenção dos pesquisadores, já tendo sido realizados três edições do *Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação*, bem como o *Seminário FAUUSP Acervos de Arquitetura: administração, conservação, difusão*.

Ressaltamos que não esgotam-se aqui os exemplos de publicações ou eventos existentes sobre a temática do patrimônio escolar. Os títulos aqui apresentados representam uma síntese da pesquisa realizada, não contemplando todo o material levantado e consultado ao longo da pesquisa. Também não se trata de apontar aqui as melhores publicações da área e sim aquelas que mais contribuem para o desenvolvimento da pesquisa.

No campo da prática em preservação do patrimônio escolar, as experiências tem se desdobrado entre a da criação de museus e centros de memória escolar e a da implementação de projetos e centros de memória nas escolas públicas, especialmente aquelas do Estado de São Paulo, sejam elas através de parcerias com universidades ou por iniciativa das próprias escolas.

Em relação a criação de museus e centros de documentação e memória escolar, no cenário internacional, países como França, Espanha, Portugal e Itália, entre outros países europeus, Estados Unidos, Canadá e México, na América do Norte, e Argentina e Chile, na América do Sul, contam com projetos relacionados a área do patrimônio histórico escolar e, em muitos casos, com museus físicos destinados à preservar a memória da educação. Muitas são também as experiências de implementação de museus virtuais de história da educação e museus escolares, que não trataremos nesse trabalho.

Sobre os museus escolares, o Museu Nacional da Educação, localizado na cidade de Rouen na França, é considerado um dos mais antigos museus voltado à preservação do patrimônio escolar, cujas origens remontam ao Museu Pedagógico fundado por Jules Ferry em 1879 em Paris (<http://www.reseau-canope.fr/musee>, acesso atualizado em 08.01.2015).

Outro museu de destaque na Europa, o MUPEGA - Museu Pedagógico da Galícia (<http://www.edu.xunta.es/mupega>, acesso atualizado em 08.01.2015), localizado na cidade de Santiago de Compostela, na Espanha, realizou uma extensa pesquisa sobre as tipologias de museus e centros de memória escolares existentes em todo o mundo. Publicado em 2004, *"Os museos da educación en internet"* fornece ao pesquisador os dados coletados ao longo da pesquisa e informações sobre as principais características

dessas instituições. Cabe ressaltar, o MUPEGA é o primeiro museu educativo criado por iniciativa do Estado, especificamente do governo autônomo da Junta de Galícia. Instalado em prédio próprio com 3 pavimentos, conta com salas de exposição, biblioteca e arquivos especializados na área educativa, bem como com um corpo técnico dedicado à pesquisa, preservação, exposição e divulgação do patrimônio escolar da região.

Na América do Sul, destacamos duas experiências: na Argentina, as atividades da *Biblioteca Nacional de Maestros* (<http://www.bnm.me.gov.ar>, acesso atualizado em 08.01.2015) e, também, o trabalho realizado pelo Museo de las Escuelas na cidade de Buenos Aires (<http://www.buenosaires.gob.ar/educacion/museodelasescuelas>, acesso atualizado em 08.01.2015). Também o Chile, em 2006, reabriu, após 21 anos, o Museo de la Educación Gabriela Mistral (<http://www.museodelaeducacion.cl>, acesso atualizado em 08.01.2015).

No Brasil, a experiência pioneira é a do Museu da Escola de Minas Gerais (<http://magistra.educacao.mg.gov.br/index.php/museu-da-escola>, acesso atualizado em 08.01.2015), inaugurado em 1994, funcionou na Praça da Liberdade em Belo Horizonte, foi fechado poucos anos depois de sua inauguração e recentemente reaberto em outro local da cidade. Ao museu mineiro seguiu-se a criação em 2002 do Centro de Referência em Educação Mario Covas, em São Paulo - entre cujas áreas de atuação encontra-se o antigo Memorial da Educação, hoje Centro de Memória e Acervo Histórico - e do Museu da Escola Catarinense (<http://www.museudaescola.udesc.br/>, acesso atualizado em 08.01.2015).

Além dos museus, alguns centros de documentação, principalmente aqueles vinculados a universidades, vem atuando na pesquisa e preservação da memória escolar. SOUZA (2013. pp. 206-207) elenca alguns exemplos dessas iniciativas em diversos estados brasileiros, como Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e Santa Catarina.

No Estado de São Paulo, outros centros de memória e documentação vinculados a universidades públicas, como o Centro de Memória na Faculdade de Educação da USP, o *CIVILIS* - Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação, Cultura Escolar e

Cidadania, na Faculdade de Educação da UNICAMP e o Centro de Referência para Pesquisa Histórica em Educação no campus de Araraquara da UNESP, vem desenvolvendo projetos em parcerias com escolas públicas, tendo como objetivo a preservação do patrimônio museológico, bibliográfico e documental dessas escolas.

No rol desses projetos, gostaria de dedicar uma maior atenção àquele realizado em parceria entre o Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP e o Centro Paula Souza - CEETEPS, desenvolvido entre os anos de 1997 e 2001 e do qual participei, como professora bolsista, na Escola Técnica Carlos de Campos. O projeto *Pesquisa sobre o Ensino Público Profissional no Estado de São Paulo: memória institucional e transformações histórico-espaciais regionais*, mais conhecido entre os participantes como o projeto *Historiografia das Escolas Técnicas Estaduais mais Antigas do Estado de São Paulo*, surgiu da preocupação com a precariedade dos acervos existentes nas primeiras escolas profissionais implantadas no Estado de São Paulo, conforme diagnosticado pela Prof.^a Carmen Sylvia Vidigal de Moraes durante pesquisas para seu doutorado.

O projeto teve por objetivo o levantamento dos acervos existentes e dispersos em vários ambientes da escola, sua identificação, tratamento técnico para a conservação (higienização e acondicionamento), descrição e catalogação de documentos e objetos, todas as atividades envolvendo a capacitação técnica dos professores e alunos envolvidos. Em cada escola, foram selecionados - em função do interesse demonstrado - 3 professores coordenadores, que durante a realização do projeto receberam, além de uma bolsa da FAPESP, uma remuneração específica do Centro Paula Souza, por meio do pagamento de horas-atividade. Além dos professores, o projeto contou com a colaboração de alunos da própria escola, que participam de inúmeras atividades como voluntários. O projeto também mobilizou, além dos professores e alunos, funcionários da área administrativa e da direção de cada unidade.

Com o apoio financeiro da FAPESP, foram adquiridos mobiliário, equipamentos e insumos tanto para a execução das atividades técnicas previstas em projeto como para a instalação de Centros de Documentação em cada uma das escolas. Ainda como produtos

do projeto, foram publicados um *Álbum Fotográfico*, com imagens selecionadas dos acervos e o *Inventário de Fontes Documentais: contribuição à pesquisa do Ensino Técnico no Estado de São Paulo*. Essa publicação foi distribuída entre as escolas participantes do projeto, estando disponível para consulta em suas bibliotecas.

O envolvimento de professores e alunos no projeto proporcionou mais que o contato - uma vez que as escolas, instaladas em prédios históricos e com várias referências memoriais espalhadas em seus corredores e salas - o debate sobre as questões acerca do patrimônio histórico e a importância de sua preservação. No caso da Escola Técnica Carlos de Campos, por exemplo, toda a comunidade escolar circula por um prédio projetado na década de 1910, tem o busto de seu patrono logo na entrada do prédio, e passa, todos os dias, por uma exposição permanente de trabalhos dos antigos alunos expostos em vitrines nos corredores da escola. Durante o projeto, um grupo de alunos localizou fotografias de um evento que acontecia com certa frequência nas dependências da escola: um chá da tarde, preparado e servido pelas próprias alunas da escola, não se sabe ao certo por qual razão. Os alunos também localizaram um conjunto de porcelanas (pratos, xícaras, bules, etc.) e talheres e identificaram, comparando com as fotografias, que eram utilizados no tal serviço de chá. Em pouco tempo, tomaram a iniciativa de organizar, para as comemorações do aniversário da escola, uma réplica daquela cena histórica. Foram feitas pesquisas para a localização de ex-alunas, prepararam convites especiais e, para a surpresa de todos, conseguiram trazer quase 100 ex-alunas, entre as quais muitas das primeiras turmas. Durante a festa, alunos do projetos e outros voluntários sentaram-se junto com as ex-alunas para ouvirem suas histórias, de outros tempos, daquela mesma escola. Esse fato é só um dos numerosos exemplos do que o projeto, para além da organização e preservação dos acervos, foi capaz de estimular.

Após o encerramento da fase do projeto financiada pela FAPESP, sabe-se que os trabalhos continuaram, com maior ou menor grau de dinamismo. No Centro Paula Souza, em 2008, constituiu-se o Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional, coordenado pela Prof.^a Maria Lucia Mendes de Carvalho, ela própria uma das professoras bolsistas na fase inicial do *Projeto Historiografia*. Em 2010 foi publicado o livro *Cultura, Saberes e Prática: Memórias e História da Educação Profissional*

(MENDES, 2011, p. 9). O grupo também realizou, até o presente quatro *Encontros de Memórias e História da Educação Profissional*, entre outros eventos promovendo o debate e a divulgação dos projetos. (<http://www.cpscetec.com.br/memorias/index.php>, acesso atualizado em 08.01.2015).

Além desse projeto pioneiro, o Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP realizou ainda outros projetos para a organização e a preservação de acervos em escolas, entre elas a Escola de Aplicação da USP e o CEFAM de Santo André.

Ainda com relação à experiência de organização dos acervos escolares realizados em parcerias com as universidades, pela UNICAMP foram implementados, sob a coordenação da Prof.^a Maria Cristina Menezes, projetos na Escola Estadual Carlos Gomes - a antiga Escola Normal de Campinas, e nas escolas Culto à Ciência e Francisco Glicério, Quirino dos Santos e Artur Segurado, todas na cidade de Campinas. Em Araraquara, pela UNESP, as professoras Vera Teresa Valdemarin, Rosa Fátima de Souza e Maria Cristina Zancul desenvolveram um projeto de pesquisa e extensão de salvaguarda do arquivo permanente, da coleção de instrumentos científicos e do acervo de troféus da Escola Estadual Bento de Abreu (SOUZA, 2013, p. 209).

Há ainda uma outra linha de projetos relacionados à memória e ao patrimônio histórico das escolas, menos divulgadas, que são as iniciativas das próprias escolas em resgatar sua história e seu patrimônio. Trata-se de projetos realizados, muitas vezes, em função das comemorações relacionadas a comemorações de fundação da escola. Os aniversários de 25, 50 anos e centenários de fundação são motivos não só de festa, mas de ações memorialistas. Embora não existam pesquisas e registros que indiquem o número de projetos desenvolvidos e em quais escolas aconteceram, um levantamento realizado no acervo do Centro de Memória e Acervo Histórico, vinculado ao Centro de Referência em Educação Mario Covas, identificou folhetos e outras publicações, inclusive livros, sobre essas ações, em escolas localizadas na capital e no interior do Estado: Cândido Portinari, de Batatais (pelos 50 anos em 2012); antigo Grupo Escolar de Pedreira (pelos 80 anos em 1990); Gabriel Prestes, de Lorena (pelo Centenário em 1995); Visconde de Congonhas do Campo, na capital (pelos 75 anos) e José Alvim, em Guarulhos (pelo Centenário em 2005).

Entre as antigas escolas normais, destacam-se iniciativas para a implementação de projetos de memória e criação de salas especiais para a preservação e exposição do acervo nas escolas Conselheiro Rodrigues Alves - a antiga Escola Normal de Guaratinguetá (pelo Centenário em 2002); Carlos Gomes - a antiga Escola Normal de Campinas (pelo Centenário em 2003); Dr. Francisco Thomaz de Carvalho - a antiga Escola Normal de Casa Branca (pelos 90 anos).

Com mais de 5 mil escolas espalhadas pelos 645 municípios do Estado de São Paulo, podemos deduzir que, se realizado um levantamento dos projetos de memória e patrimônio escolar, essas referências serão em número bem maior do que se conhece hoje.

4.2. O papel do poder público na preservação do patrimônio histórico escolar

Também a administração pública vem atuando no sentido de preservar a memória e os acervos que constituem o patrimônio histórico escolar. Órgãos como secretarias estaduais e municipais da educação vem se mobilizando, ainda que paulatinamente, para a preservação do patrimônio histórico da educação.

No campo da arquitetura escolar, em tese, as ações do CONDEPHAAT com o tombamento dos prédios escolares da Primeira República garantem a preservação do patrimônio arquitetônico das escolas públicas. Na prática, é notória a dificuldade que a Secretaria da Educação tem em manter as construções escolares em bom estado de conservação, sejam elas tombadas ou não. Com frequência a imprensa noticia situações críticas nas instalações físicas dos prédios da rede, alvos de vandalismo e depredação, ou, simplesmente, sinais decorrentes da falta de verbas para realização de obras de manutenção preventiva, reformas ou restauro.

Já no campo das experiências em resgatar e preservar a memória do ensino público paulista, na cidade de São Paulo, a Secretaria Municipal de Educação inaugurou, em 1996, seu Memorial do Ensino Municipal, um espaço destinado a exposições permanentes e temporárias sobre a trajetória do ensino público municipal, preservação e disponibilização de documentos de valor histórico para a consulta pública, (<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/memorial>, acesso atualizado em 08.01.2015).

Ainda no âmbito da preservação da história e da memória da educação, no Estado de São Paulo a Secretaria da Educação criou, em 2002, o Memorial da Educação Paulista, atualmente Centro de Memória e Acervo Histórico, vinculado ao Centro de Referência em Educação Mario Covas, cujo objetivo principal é a preservação da memória e da história do ensino público paulista, através da implementação e apoio à projetos de memória nas escolas da rede estadual e, ainda, tem como uma das principais atribuições a preservação do acervo antiga Escola Normal de São Paulo.

A Secretaria de Estado da Educação mantém em seu portal na internet uma página (<http://www.educacao.sp.gov.br/lise>, acesso atualizado em 08.01.2015) onde podem ser localizadas e consultadas, na íntegra, toda a compilação da legislação em vigor. Utilizando o sistema de buscas por palavras-chave é possível acessar a lista de resoluções referentes ao documentos escolares, bens patrimoniais, gestão escolar, mobiliário escolar, organização escolar e vida escolar, entre outros temas que não estão diretamente relacionados à esse trabalho. Algumas Diretorias de Ensino também se preocuparam em elaborar manuais de procedimento com relação aos temas acima mencionados. Na Secretaria Municipal de Educação, existe um *Manual do Secretário de Escola*, com orientações sobre os procedimentos administrativos de responsabilidade da secretaria escolar.

Mas, na leitura dessas orientações, não são feitas referências diretas ao patrimônio ou documento histórico. O foco, neles, é a gestão escolar. Por outro lado, sem a gestão adequada dos documentos e outros bens relevantes para a história das instituições, torna-se mais difícil a tarefa de preservar o patrimônio histórico escolar.

Caberia, ainda, a Secretaria de Estado da Educação, e também as secretarias municipais de educação espalhadas no Estado, produzir e divulgar orientações quanto ao tratamento e a preservação daqueles bens que classificamos como de valor histórico. Entretanto, esse sistema de gestão não é responsabilidade única e exclusiva da Secretaria de Educação.

Ainda na esfera do poder público estadual, o Arquivo Público do Estado vem estabelecendo diretrizes para a gestão e preservação dos documentos públicos, produzidos e acumulados em todas as secretarias, autarquias e demais órgãos da administração, cumprindo seu papel de formular e implementar uma política pública de gestão e preservação documental.

Do ponto de vista arquivístico, não basta resgatar, organizar e preservar os documentos mais antigos. É a gestão dos documentos produzidos e acumulados que garante a preservação, no futuro, daqueles documentos de guarda permanente. No capítulo

anterior foram feitas referências à Constituição Federal e à Lei Federal de Arquivos, entre outros instrumentos legais que definem e garantem a preservação do patrimônio documental.

Nesse sentido vem atuando o Arquivo Público do Estado de São Paulo, elaborando normativas e implementando sistemas de gestão documental por meio do Sistema de Arquivos do Estado - SAESP (<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/sistema>).

O Estado de São Paulo conta, desde 1984, com legislação específica no campo da gestão documental e preservação do patrimônio arquivístico. O Decreto n.º 22.789/84, que atribuiu ao poder público a obrigação de zelar pela preservação do patrimônio documental, além de garantir o acesso às informações, determina que *todos os documentos arquivísticos gerados pela atuação do Governo do Estado de São Paulo constituem parte integrante de seu patrimônio arquivístico* e que *todo o patrimônio arquivístico é um bem público cuja integridade cabe ao Estado assegurar* (BERNARDES, 2005, p. 21).

Além desse instrumento, em 1989 foi publicado o Decreto n.º 29.838, que determina a instituição de Comissões de Avaliação de Documentos de Arquivo - CADA, em todas as Secretarias de Estado e Autarquias, visando o mapeamento da produção documental e a elaboração de estudos para a avaliação de definição de critérios para a produção, trâmite, uso e guarda dos documentos de arquivo, culminando com a elaboração de tabelas de temporalidade dos documentos mantidos nos arquivos.

Em 2004 foi promulgado o Decreto n.º 48.897, que dispõe sobre os Arquivos Públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado, definindo normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo. Anexo ao Decreto foi publicada a Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-meio. Entende-se por atividade-meio o conjunto de operações e atividades de caráter instrumental e acessório que uma instituição realizada para auxiliar suas funções específicas, como, por exemplo, a compra de materiais de consumo, o registro de frequência de funcionários ou

o inventário de bens. O Plano de Classificação de Documentos das Atividades-Meio identificou cerca de 800 tipos documentais, dos quais apenas 21% de são de guarda permanente (BERNARDES, 2005, p. 22). Vale ressaltar que, dos documentos destinados ao descarte, cabe a preservação de uma amostra a fim de exemplificar e registrar os procedimentos técnicos e rotinas administrativas.

Desde 2000 a Secretaria de Estado da Educação instituiu a sua Comissão de Avaliação de Documentos. Nesse mesmo ano, a equipe técnica do SAESP realizou uma das maiores reuniões para divulgar as propostas do sistema de gestão documental e orientar a elaboração das tabelas de temporalidade dos documentos produzidos não somente na Secretaria da Educação, mas em toda a rede escolar. Estiveram presentes nesse encontro, além de representantes da pasta, todos os dirigentes regionais da Capital, Grande São Paulo e interior do Estado, com o objetivo de estender até as escolas as orientações técnicas e implementar a proposta do SAESP. Apesar de um certo grau de atuação da CADA na pasta e de suas recentes reestruturações em 2013 e 2014, infelizmente, até o presente momento, a Secretaria de Estado da Educação ainda não publicou sua Tabela de Temporalidade de Documentos para Atividades-Fim, ou seja, aquelas atividades específicas e particulares de cada instituição, onde deveriam constar as orientações para a produção, o arquivamento e a preservação, inclusive, dos documentos existentes nas escolas.

Independente da existência da Tabela de Temporalidade das Atividades-Fim na Secretaria de Educação, conforme já mencionamos no capítulo anterior, um decreto recente - o Decreto n.º 60.145, de 11 de fevereiro de 2014 - também contribui para a preservação dos documentos públicos, uma vez que determina que sejam preservados e recolhidos ao Arquivo Público do Estado todos os documentos produzidos e acumulados, pelos órgãos da administração pública, até a data 31 de dezembro de 1940. Por um lado, a publicação desse decreto possibilita a transferência de documentos de valor histórico para uma instituição que tem entre suas atribuições principais a preservação e a disponibilização do seu acervo para consulta pública, ampliando e garantindo acesso à um número maior de pesquisadores e interessados e, sobretudo, não sobrecarregando as atribuições de outros órgãos públicos - como, por exemplo, as escolas - com a tarefa de manter os arquivos e

atender à demanda de pesquisadores. Por outro lado, ao centralizar os conjuntos documentais na sede do Arquivo do Estado - localizado na cidade de São Paulo - corre-se o risco de privar os órgãos da administração pública do contato direto com a sua produção documental e sua própria história.

Embora contando com uma série de instrumentos legais prevendo a preservação dos documentos públicos, e ainda com diversos projetos e iniciativas por parte das universidades, os acervos documentais das escolas públicas paulistas, principalmente as mais antigas, continuam se perdendo ou sendo deixados em segundo plano no rol das prioridades no campo da educação, colocando em risco a história dessas instituições e da própria educação.

A preservação do patrimônio histórico escolar não deve dissociar arquitetura, mobiliário, equipamentos e outros bens que constituem os acervos escolares. Assim como a arquitetura das antigas escolas normais foram oficialmente reconhecidas como patrimônio e, para os edifícios escolares deveriam ser destinados recursos financeiros para manutenção ou mesmo intervenções de grande porte como obras de restauro, também os acervos escolares precisam ser reconhecidos como parte integrante do patrimônio escolar e para eles destinados recursos e esforços para sua organização e preservação.

Considerações Finais

"O patrimônio não se resume ao prédio da escola: existem outros suportes de memória. (...) Edifícios não são nada sem vida social".

Paulo César Garcez Marins

É fato que a arquitetura escolar paulista tem hoje seu valor reconhecido, seja para a história da arquitetura, seja para a história da educação. Desde a publicação por Artigas, em 1970, do artigo *Sobre escolas...*, a historiografia da arquitetura escolar vem se consolidando e explorando diferentes vertentes.

Nesse trabalho, mais do que analisar as características formais e construtivas dos prédios escolares, foi o estudo dos processos de tombamento referentes aos edifícios das antigas escolas normais e do conjunto de escolas construídas entre os anos de 1890 e 1920 que permitiu compreender o contexto pelo qual os edifícios escolares, independente de seus estilos arquitetônicos ou características formais, foram reconhecidos pela sua importância histórica e cultural.

Para a historiadora Marly Rodrigues, todo o processo de tombamento do edifício da Caetano de Campos demonstrou a importância e a relação direta entre mobilização social e eficiência da ação preservacionista (RODRIGUES, 2000, p. 97), apesar das limitações institucionais e sem que fossem definidas explicitamente políticas de preservação por parte do CONDEPHAAT.

Entretanto, quando o assunto em pauta é o tombamento de um edifício, em muitos casos trata-se da questão da área envoltória, mas não se aborda a questão dos bens materiais que também constituem o conjunto histórico de um determinado bem cultural - sejam escolas ou qualquer outro tipo de construção. No caso do tombamento dos prédios escolares, em nenhum momento do processo de tombamento a importância dos acervos escolares e de todo patrimônio material, seja das antigas Escolas Normais seja dos Grupos Escolares, foram indicados como bens a serem preservados ou apontadas justificativas para sua preservação.

É claro que existem diferentes órgãos de preservação do patrimônio - como são o CONDEPHAAT, no campo arquitetônico, e o Arquivo Público do Estado, no campo arquivístico - cada qual com suas competências e seus procedimentos, mas será que ainda estamos tão distantes de uma política *integrada* para a preservação do nosso patrimônio histórico e cultural? A fim de se estabelecer uma política pública de preservação do patrimônio, é necessário estabelecer um diálogo efetivo e eficiente entre os órgãos de preservação e os representantes dos objetos de interesse - nesse caso, a Secretaria de Estado da Educação e as próprias escolas. Sem dúvida o diálogo e a parceria com outras instituições, como por exemplo as universidades, também interessadas na preservação do patrimônio escolar, contribuiriam para a consolidação e para a implementação de projetos nessa área.

Vimos que as principais iniciativas para a preservação do patrimônio histórico escolar tiveram início no final da década de 1970 e se desenvolveram mais efetivamente nos últimos 20 anos. Muitas vezes, fica a dúvida: sem a interferência do CONDEPHAAT, existiriam ainda os prédios escolares mais antigos do Estado? Sem a interferência da Secretaria da Educação ou do Arquivo Público do Estado, as escolas públicas chegariam ao ponto de descartar todos seus documentos antigos, assim como móveis e outros objetos "velhos". Embora centenários e muitas vezes sem a manutenção adequada, os prédios das antigas escolas normais atravessaram o século XX em plena atividade. Continuam, com exceção do edifício da Caetano de Campos - hoje sede da Secretaria de Estado da Educação - recebendo alunos e funcionando em dois ou mais períodos, continuam sendo referência na paisagem urbana. Muitas escolas mantiveram seus acervos, mesmo em condições inadequadas ou sem nenhum tratamento, não por obrigação ou para atender às normas administrativas mas por reconhecerem o valor desses acervos e valorizarem a história de suas escolas.

Observamos diversas experiências no campo da arquitetura e dos acervos escolares que, de uma forma ou de outra, estão contribuindo para a preservação dos acervos, para uma expansão da noção de patrimônio e para a conscientização da sociedade sobre a importância desse patrimônio. No entanto, continuamos tentando salvaguardar nossos remanescentes arquitetônicos da ruína através do instrumento do tombamento e não

através de medidas de manutenção preventivas; ainda estamos buscando formas efetivas de, mais do que resgatar e preservar da destruição documentos e objetos de importantes acervos, dar continuidade e visibilidade à essas ações.

É importante ressaltar que aqui estamos lidando com exceções à regra. Sejam as primeiras Escolas Normais ou os Grupos Escolares, temos um recorte cronológico definido: escolas implantadas entre os anos de 1890 e 1920, ou seja, apenas as mais antigas - uma amostra da totalidade de uma rede que se expandiu ao longo do século XX e atualmente conta com cerca de 5 mil escolas e 4 milhões de alunos, segundo os dados da Secretaria de Estado da Educação.

Obviamente, os prédios e os acervos mais antigos são aqueles que correm maior risco a curto prazo. Foram analisados os casos das antigas escolas normais e seus acervos característicos. Mas ainda existe um vasto campo a ser explorado: também é preciso investigar o que vem acontecendo nessas outras escolas da rede, quais as características e o estado de conservação de seus prédios, quais são seus acervos, como a comunidade escolar vem tratando as questões relacionadas à sua história. Temos novos exemplos de arquitetura escolar sendo construídos. Temos novas práticas pedagógicas e administrativas implementadas. Temos novas tecnologias e suportes de informação em uso. Também é preciso estabelecer diretrizes para a preservação dessa história recente ou terão os pesquisadores, no futuro, os mesmos problemas enfrentados atualmente.

Outro desafio à preservação dos acervos históricos está relacionada com a própria arquitetura dos prédios escolares. Sejam os prédios das antigas escolas normais, dos grupos escolares ou das construções mais recentes, os programas arquitetônicos sempre privilegiaram e continuam privilegiando os ambientes destinados a salas de aula e às atividades pedagógicas. O espaço destinado às áreas de arquivo e armazenamento nos projetos ou é mínimo, ou não existe. Sabe-se que escolas podem se tornar centenárias, muitos são os exemplos daquelas já ultrapassaram essa marca, e não foi previsto o espaço físico necessário à guarda da documentação e outros objetos do acervo escolar.

Talvez a questão importante quando tratamos do patrimônio escolar, e provavelmente aquela que mais preocupa os historiadores e os preservacionistas, é o lugar que ocupam os projetos de preservação do patrimônio histórico no rol das demandas e das necessidades atuais da rede de ensino. A lista de desafios e problemas com os quais a Secretaria de Educação e toda a rede escolar tem que lidar é pública, notória e imensa. E, definitivamente, a preservação do patrimônio histórico não figura entre os primeiros lugares. Ora, a escola é uma escola, tem suas atribuições específicas. A escola não é um arquivo público, uma biblioteca ou centro de documentação, também não é um museu. Em pleno século XXI, devemos buscar meios de trabalhar as questões preservacionistas frente ao desafio da melhoria da qualidade das escolas públicas.

Sabemos que não se trata de tudo preservar e nem tudo descartar. É preciso procurar percorrer o caminho para o futuro sem, todavia, esquecer o passado. A preservação do patrimônio histórico escolar não deve dissociar arquitetura, espaço escolar, mobiliário, equipamentos e outros bens. É preciso compreender a dinâmica das atividades escolares e nelas buscar a formação de futuras gerações conscientes sobre o valor do patrimônio histórico e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARTIGAS, Vilanova. Sobre escolas... **Acrópole**, São Paulo, n.º 377, p. 10 - 13, set. 1970.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria Almeida (coord.). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: AAB/SP – Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Coleção Scripta, 1)
- BENTECOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BUFFA, Ester. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas: 1893 - 1971**. São Carlos: EDUFSCAR; Brasília: INEP, 2002.
- CARVALHO. Marta Maria Chagas de. Uma biblioteca pedagógica francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882): livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. in BENTECOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **Culturas Escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 17-40.
- CHARTIER, Anne-Marie Chartier. Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação. **Educação e Pesquisa**. Revista da Faculdade de Educação - USP, v. 26, n.º 2, p. 157-168, jul/dez 2000.
- CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de; NEVES, Hélia Maria Vendramini. **Arquitetura escolar paulista: 1890 - 1920**. São Paulo: FDE, 1991.
- _____; FERREIRA, Avany De Francisco; MELLO, Mirela Geiger de. **Arquitetura escolar paulista: restauro**. São Paulo: FDE, 1998.
- COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- ENGELHARDT, N. L. A arquitetura escolar e sua função social. **Revista de Educação**, São Paulo, v.7, p. 285-292, set. 1934.
- FERREIRA, Avany De Francisco; MELLO, Mirella Geiger de. Escolas paulistas: a introdução da modernidade nos anos 30. **Projeto**, São Paulo, n.º 179, p. 91 -95, out. 1994.

- FELGUEIRAS, Margarida Louro. INVENTARIAANDO a escola do futuro revisitando o passado. in **Museus: dos gabinetes de curiosidades aos museus modernos**. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves e VIDAL, Diana Gonçalves. Belo Horizonte: Argumentum, 2005. p. 177-202.
- _____. Materialidade da cultura escolar: a importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Revista Pro-Posições**, v. 16, n. 1 (46), jan./abril, 2005, p. 87-102
- FRAGO, Antonio Viñao & ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998
- FRANZ, Eckhart G. Os arquivos na escola. **O Correio da UNESCO**, Rio de Janeiro, v.13, n.º 4, p. 28-31, abr.1984.
- GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. A escola e o arquivo escolar: discutindo possibilidades de interlocução entre atividades de ensino, pesquisa e extensão. in IV Congresso Brasileiro de História da Educação, **Anais...**, Goiânia, nov. 2006.
- GOULART, Silvana. **Patrimônio documental e história institucional**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 3)
- GUSMÃO, Emery Marques. Arquivos escolares, memória e cultura. **Patrimônio e Memória**, v. 1, n.º 1, p. 1-10, 2005.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n.º 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.
- LIMA, Mayumi Watanabe Souza. **Arquitetura e educação**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. (Coleção Memória da Educação)
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: IMESP/Instituto Fernand Braudel, 2005.
- MENEZES, Maria Cristina. **Educação, memória, história: possibilidades, leituras**. Campinas: Mercado das Letras, 2004.
- _____; SILVA, Eva Cristina Leite da TEIXEIRA JÚNIOR, Oscar. O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história. **Horizontes**, v. 23, n.º 1, pp. 67-76, jan/jun 2005.
- MOGARRO, Maria João Mogarro. Arquivos e educação: a construção da memória coletiva. **Sísifo - Revista de Ciências da Educação**, n.º 1, set/dez 2006.

- NORA, Pierre (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.º 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Fabiana Valeck de. **Arquitetura escolar paulista nos anos 30**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- POLIANTEIA comemorativa do 1.º Centenário do Ensino Normal: 1846-1946.
- RAMALHO, Maria Lúcia Pinheiro; WOLFF, Silvia Ferreira Santos. As escolas públicas paulistas na Primeira República. **Projeto**, São Paulo, n.º 87, p. 66 - 71, mai. 1986.
- Revista Pro-Posições. Dossiê Cultura Escolar e Cultura Material Escolar: entre arquivos e museus. UNICAMP, v. 16, n.º 1, jan/abril 2005.
- Revista Brasileira de História da Educação. Dossiê Arquivos Escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. SBHE - Sociedade Brasileira de História da Educação, n.º 10, jul/dez 2005.
- RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. Os arquivos nas escolas. in NUNES, Clara (org.). **Guia de fontes para a história da educação brasileira**. Brasília: INEP, 1992. p. 47-64.
- RODRIGUES. Marly. Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. A escola pública brasileira no longo século XX (1890-2001). in: Congresso Brasileiro de História da Educação, 3, 2004, Curitiba. **Anais...** Natal, 2004. Disponível em <<http://www.sbhe.org.br>>. Acesso em fev. 2006
- SEGAWA, Hugo. A preservação da arquitetura escolar: um passo à frente. **Projeto**, São Paulo, n.º 67, p. 34, set. 1984.
- _____. Arquiteturas escolares. **Projeto**, São Paulo, n.º 87, p. 64 - 65, mai. 1986.
- _____. **Construção de ordens, um aspecto da arquitetura no Brasil 1808-1930**. São Paulo: FAU-USP, 1988. (Dissertação)
- SOUZA, João Valdir Alves de. Arquivo escolar: fonte de pesquisa histórica. **Presença Pedagógica**, v. 4, n. 22, jul./ago. 1998, p. 15-27.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 - 1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.
- SMIT, Johanna W. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v.8, n.º 1, jun/dez 2003.

- TESSITORE, Viviane. **Os arquivos fora dos arquivos: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2003. (Scripta, 4)
- VENTURA, Alessandro. Revisão da arquitetura escolar paulista no período de 1890 aos anos 30: seus programas e partidos. **Sinopses**, São Paulo, n.º 37, p. 53 - 64, abr. 2002.
- _____. A evolução da arquitetura escolar paulista desde 1890: os programas e partidos. **Sinopses**, São Paulo, n.º 39, p. 60 - 65, abr. 2003.
- VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma pedagogia do olhar: os museus escolares no fim do século XIX. in **A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República**. VIDAL, Diana Gonçalves e SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de (orgs.) Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1999. p. 107-116.
- _____. Bibliotecas escolares: experiências escolanovistas nos anos de 1920-1930. in **Educação, memória, história: possibilidade, leituras**. MENEZES, Maria Cristina Menezes (org.). Campinas: Mercado das letras, 2004. p. 187-211.
- _____. O Museu Escolar Brasileiro: Brasil, Portugal e França no âmbito de uma história conectada (final do século XIX). in **Para a compreensão histórica da infância**. LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de e FERNANDES, Rogério (orgs.). Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007. p. 199-220.
- _____. A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos no oitocentos. in **Múltiplas visões: cultura histórica nos oitocentos**. CURY, Cláudia Engler e MARIANO, Serioja Cordeiro (orgs.). João Pessoa, PB: UFPB, 2009. p. 37-54.
- WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Escolas para a República: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas**. São Paulo: EDUSP, 2010
- ZAIA, Iomar Barbosa. **O acervo escolar: manual de organização e cuidados básicos**. São Paulo: Pró-Reitoria de Pesquisa, FE - USP, Centro de Memória da FE - USP, 2006. 2.ª edição, revisada e ampliada.
- _____. **Escrituração escolar: produção, organização e movimentação de papéis nas escolas públicas paulistas**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OUTRAS FONTES DE PESQUISA

Anuários do Ensino

INSPETORIA GERAL DO ENSINO. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & C., 1907-1908.

_____. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & C., 1908-1909.

_____. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & C., 1909-1910.

_____. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & C., 1910-1911.

_____. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & C., 1911-1912.

_____. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & C., 1913.

_____. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & C., 1914.

_____. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & C., v.1, 1917.

_____. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & C., v. 2, 1917.

_____. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & C., 1918.

_____. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & C., 1919.

_____. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & C., 1920-1921.

Leis e Decretos

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Lei Federal n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

Decreto Estadual n.º 22.789, de 19 de outubro de 1984. Institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP.

Decreto Estadual n.º 29.838, de 18 de abril de 1989. Dispõe sobre a constituição de Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo nas Secretarias de Estado e dá outras providências.

Decreto Estadual n.º 48.897, de 27 de agosto de 2004. Dispõe sobre os Arquivos Públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, define normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo e dá providências correlatas.

Decreto Estadual n.º 48.898, de 27 de agosto de 2004. Aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio e dá providências correlatas.

Decreto Estadual n.º 60.145, de 11 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre o recolhimento de documentos de guarda permanente, produzidos e acumulados pelos órgãos e entidades da Administração Pública estadual direta, indireta e fundacional, para a Unidade de Arquivo Público do Estado, da Casa Civil

Relatórios

Relatório da Escola Normal, 1895. Relatório apresentado ao Dr. Cesário Motta Junior, Secretário dos Negócios do Interior por Gabriel Prestes, Diretor da Escola Normal.

Relatório da Escola Normal, 1896. Relatório apresentado ao Dr. Alfredo Pujol, Secretário dos Negócios do Interior por Gabriel Prestes, Diretor da Escola Normal.

ANEXOS

Anexo 1 - Resolução de 2 de junho de 1976, tombando o imóvel da Caetano de Campos

Anexo 2 - Certidão 0060 - Inscrição no Livro do Tombo do edifício da Caetano de Campos

69

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

8.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROFILME N.º 38440

CONDEPHAAT

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO,
ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO

CERTIDÃO N.º: 0060

Nos termos do Provimento n.º 7/84, de 09/03/84, da Corregedoria Geral da Justiça, CERTIFICO, para os devidos fins, que o Senhor Secretário de Estado da Cultura, em consonância com o decidido pelo Egrégio Colegiado em sua Sessão Ordinária de 09/12/75, Ata s / n.º, baixou a Resolução s / n.º, de 02/06/76, pela qual foi tombado o INSTITUTO DE EDUCAÇÃO CAETANO DE CAMPOS localizado na Praça da República n.º 54, nesta Capital, estando o mesmo devidamente inscrito no Livro do Tombo n.º 116, conforme dispõe o Artigo 139, do Decreto Estadual n.º 13.426, de 16/03/79.

São Paulo, 15 de agosto de 1.995.

JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA

Presidente

100.610/75

Anexo 3 - Folheto do Projeto Memória Escolar - Frente

Memória Escolar

ARQUITETURA/HISTÓRIA: UMA PROPOSTA MONTORO
restauração de escolas da 1ª República

Assistimos, nas primeiras décadas do período republicano, um esforço pela propagação do ensino público. A educação era vista como fator de progresso individual e coletivo, e sua busca, tarefa do governo que se instalava.

Reformas de ensino foram empreendidas e diversas escolas foram criadas pelo governo federal. Mas, foi no âmbito dos diferentes estados que se realizou a maior parte das iniciativas com relação ao ensino médio e elementar.

No Estado de São Paulo, ao lado das preocupações pedagógicas, trabalhou-se no sentido de resolver o problema da instalação espacial das diversas modalidades escolares.

A ênfase do período foi para a educação popular básica, sendo o maior número de escolas construídas para atender ao ensino elementar (Grupos Escolares, principalmente) e ao Normal, seu suporte. Além destas, cumpre lembrar as poucas destinadas ao Ensino Secundário (Ginásios) e ao Profissional.

Se, de início, as escolas eram instaladas em prédios adaptados, buscou-se, paulatinamente, abrigá-las em edifícios concebidos especialmente para esse fim.

Dessa maneira procurou-se, levando em conta critérios de racionalidade, equipar o interior e a capital do Estado com prédios convenientes e que simbolizassem a nova ordem que procurava se afirmar enquanto tal — a República.

A fórmula aperfeiçoada nas três primeiras décadas republicanas foi a da elaboração de projetos arquitetônicos padrão, que se repetiam em localidades diferentes.

Desta forma, entre 1889 e 1920, quando os projetos passaram a ser mais complexos, os prédios escolares construídos especialmente com esse fim, inseriam-se em famílias tipológicas definidas inicialmente de acordo com sua finalidade educacional: grupos escolares da capital; do interior; escolas normais; ginásios; escolas técnicas e escolas reunidas obedeciam a programas arquitetônicos diferentes.

Definiam ainda os tipos de projeto o número de salas de aula, o esquema de circulação e a concepção das fachadas, este um aspecto que eventualmente permitia criatividade ao autor do projeto.

O conjunto destes prédios, seus espaços, mobiliários e fachadas expressavam através dos estilos históricos da cultura eclética (neo-romântico, neo-gótico e outros) uma opção plástica internacionalmente difundida naquele momento para edifícios públicos.

Eram os edifícios escolares “cartões de visita” da República, apontados como índice do progresso que ela significava e trazia.

Grupo Escolar de Iau
Fonte: Acervo CONDEPHAAT

Anexo 3 - Folheto do Projeto Memória Escolar - Verso

Painel pintado na entrada principal da Escola Normal Carlos Gomes, Campinas.
Fonte: Família de Theodosio Morescalchi, executor do painel.

Escola Normal Carlos Gomes, Campinas.
Fonte: Foto de Álbum (Acervo da Escola)

Turma de alunas da Escola Normal Carlos Gomes, Campinas.
Fonte: Foto de Álbum (Acervo da Escola)

Apesar de muitas vezes transformados e descaracterizados, ainda encontramos vários dos primeiros edifícios escolares do início da implantação do ensino oficial no Estado de São Paulo. São eles o rebanimento espacial das preocupações republicanas de disseminação do ensino público e constituem inestimáveis documentos do período pioneiro da política de construções escolares.

Por retratarem este período, por suas características estilísticas ligadas ao ecletismo, seus detalhes construtivos, ornamentos, sua inserção na trama urbana e tantas outras qualidades é inegável a importância destes prédios no contexto cultural de São Paulo, bem como imprescindível sua preservação.

Com esse objetivo, as Secretarias de Educação e da Cultura, através da CONESP e do CONDEPHAAT, resolveram conciliar esforços elaborando um plano para recuperação destes edifícios.

O plano conjunto visa realizar projetos e obras de restauração em cada prédio escolar que tenha sido projetado até 1920.

Serão contemplados todos os edifícios pois, ao lado da importância de cada um individualmente, está a relevância da preservação de todo o conjunto.

A preservação da integridade do conjunto permite que se identifique a abrangência da atuação do Estado no passado, com vistas à educação pública.

Os prédios serão atendidos em fases consecutivas de acordo com uma ordem de prioridade estabelecida a partir de seu estado de conservação.

Tendo em vista a preservação dos edifícios escolares considerados como prioritários para obras de conservação e restauro, não basta apenas sua recuperação física. É necessário que esta seja acompanhada de um trabalho de sensibilização da comunidade escolar. São também responsáveis diretos pela preservação dos edifícios as pessoas que deles se utilizam: alunos, professores, diretores, funcionários em geral.

Se esses indivíduos não forem sensibilizados para a importância da preservação da escola onde estudam ou trabalham, todo o esforço empreendido pelos órgãos envolvidos poderá resultar inútil.

Nesse sentido, paralelamente às obras será desenvolvido um programa que atinja e integre a comunidade escolar ao projeto de recuperação dos edifícios.

Desenvolveram a pesquisa que identificou o conjunto de prédios escolares a serem restaurados pelo PROJETO MEMÓRIA ESCOLAR: ARQUITETURA/HISTÓRIA.

CONESP

Arquitetas

MARIA ELEZABETH PEIRÃO CORREIA
AVANY DE FRANCISCO FERREIRA
HELIA MARIA VENDRAMINI NEVES

CONDEPHAAT

Arquitetas

MARIA LUCIA PINHEIRO RAMALHO
SILVIA FERREIRA SANTOS WOLFF

Historiadoras

SONIA DE DEUS RODRIGUES
MARIA AUXILIADORA GUZZO DE DECCA

Folheto comemorativo do termo de cooperação para restauração de 166 escolas públicas projetadas na 1.ª República, assinado pelo Secretário da Cultura Jorge da Cunha Lima, pelo Secretário da Educação Paulo Renato Costa Souza, pelo Presidente do CONDEPHAAT Modesto Carvalhosa e pelo Presidente da CONESP Ivan Toledo, em ato presidido pelo Governador Franco Montoro, na Escola Padre Anchieta em 25 de janeiro de 1986.

Capital, Descalvado, S. Pedro, Matão, Brotas, Cachoeira Paulista, Igarapava, Piracicaba, Tambau, S. Bento do Sapucaí, Bocaina, Iguaçu, Sorocaba, Taubaté, Mococa, Araras, Jaboticabal, Ribeirão Preto, Mogi das Cruzes, Lençóis, Limeira, Santos, Jau, S. Carlos, Avare, Guaratinguetá, S. Cruz, Palmeiras, Pindamonhangaba, Piratuba, S. João do Rio Preto, Franca, Pirassununga, Botucatu, Campinas, Santos, S. J. do Rio Preto, Rio Claro, Cravinhos, Fartura, Capão Bonito, Bariri, Pedreira, Monte Mor, S. Branca, Joanópolis, Cordeirópolis, Casa Branca, Tietê

Mogi-Mirim, Amparo, S. Manoel, Jundiaí, Itatiba, Bagança Paulista, Pinhal, S. Bárbara do Oeste, Caiçara, Araraquara, Penópolis, Itu, Taubaté, Caçapava, Iapira, Pindamonhangaba, Monte Alto, Lorena, Ipaieva, Serra Negra, Jardiópolis, Dois Córregos, Itararé, Bebedouro, Cruzeiro, S. João do Rio Preto, S. Cruz do Rio Pardo, Caceré, Cunha, Pederneras, Agudos, Sertãozinho, Itapetininga, Mogi Guaçu, Itatinga, Ituverava, Orlândia, Pereiras, Piracicaba, S. André, Douardo, R. Bonito, Piraju, Angatuba, Ibitinga, Altinópolis, S. Adélia, Aparecida do Norte

Anexo 4 - Diário Oficial do Estado, de 07/08/2002,
listagem de 123 prédios escolares com parecer favorável ao tombamento

COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR

DIRETORIA D ENSINO - REGIÃO DE AMERICANA

EE PROFA. SILVÂNIA APARECIDA SANTOS
Licitação - Modalidade Carta Convite - Empreitada de Menor Preço Global, para Construção de 1 (uma) cobertura de quadra de esporte

A Associação de Pais e Mestres da EE Profa. Silvânia Aparecida Santos, localizada na Rua do Irineu José Bordon, s/nº, Jd Santa Luiza II, na cidade de Nova Odessa-SP, tel. (0xx19) 3466-2982, vem informar que se encontra aberto o Processo de Licitação. O Edital poderá ser retirado de 05 a 12 de agosto de 2002, no endereço supracitado (Secretaria da Escola), no período das 8h00h às 16h00 horas, mediante pagamento de taxa de R\$ 30,00 (trinta reais). A proposta será recebida na Secretaria da escola, até às 8h30min do dia 12 de agosto de 2002, cuja abertura dar-se-á na mesma data, às 9h00min, numa das salas da EE Profa. Silvânia Aparecida Santos.
Presidente Executivo da APM.

(6-7-8)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO CAMPINAS LESTE

EE PROF. SEBASTIÃO RAMOS NOGUEIRA
Licitação de Cantina Escolar
A Diretoria Executiva da APM da escola sito à rua Cândido Mota, 80, São Bernardo, nesta, torna público a abertura do Processo de Licitação para administração dos serviços da Cantina Escolar. Instruções serão fornecidas de 12 a 15 do corrente mês. Maiores informações serão prestadas no endereço acima no horário de expediente.

(7-8-9)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PIRACICABA

EE PROF. HÉLIO PENTEADO DE CASTRO
Licitação - Carta-convite
Acha-se aberta na EE Prof. Hélio Penteado de Castro, sita a Rua Ipeúna, s/nº, Residencial Parque Piracicaba (Balbo), em Piracicaba, a Carta Convite 01/2002, para reforma dos banheiros, rede elétrica e muros desta unidade escolar. O Edital na sua íntegra encontra-se a disposição no período de 07 a 13/08/2002, no horário das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas na secretaria da escola. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 14/08/2002, às 14:00 horas.

(7-8-9)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SANTOS

EE DONA ESCOLÁSTICA ROSA
Licitação de Cantina Escolar
A Diretoria Executiva da APM - EE “Dona Escolástica Rosa” , localizada ‘a Avenida Bartolomeu de Gusmão, nº 111- Aparecida - Santos/SP, torna pública a abertura do Processo de Licitação para Administração dos Serviços da Cantina Escolar da referida Escola e comunica aos interessados que as instruções deverão ser retiradas no endereço acima nos dias 29 e 30/08/2002 no horário das 15:00 às 20:00 horas. As propostas deverão ser entregues em envelope lacrado dia 09/09/2002 às 18:00 horas. A abertura dos envelopes contendo as propostas e documentos será realizada em Sessão Pública no dia 23/09/2002 às 18:00 horas nas dependências da Escola. Foi fixada a taxa de R\$ 25,00 para a retirada da documentação, que deverá ser recolhida no Banco do Estado de São Paulo - BANESPA - Agência 0171 - conta corrente nº 13-000017-3. A Comissão julgadora designada pela Diretoria Executiva da APM, reserva-se o direito de escolher a proposta mais conveniente ou recusar todas as propostas, caso não satisfaçam as legítimas necessidades e interesses da Escola, não cabendo recursos da decisão.
Diretoria Executiva da APM.

(7-8-9)

CULTURA

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Notificações

De acordo com o que dispõe o artigo 142 do Decreto 13.426. de 16.03.79, notificamos a todos os interessados que o Colegiado do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - , em sua sessão ordinária de 29.07.2002, Ata nº 1253, deliberou aprovar o parecer do Conselheiro Relator, favorável ao tombamento das 123 escolas a seguir listadas, construídas na 1ª República, pelo seu alto valor histórico na evolução educacional do Estado de São Paulo:

São Paulo
1. EE Oswaldo Cruz/ Mooca
2. EE Prof. José de C. Camargo / GE Santos Dumont / Penha
3. ETE Carlos de Campos / Brás
4. EE Dom Pedro II / Perdizes
5. EE Romão Puiggari / Brás
6. EE Mal. Floriano / Vila Mariana
7. EE Cons. Antônio Prado / Barra Funda
8. p vago / GE Campos Salles
9. EE Amadeu Amaral / Belém
10. EE Pe. Anchieta / Brás
11. EE Pe. Antônio Vieira / Santana
12. EE Mal. Deodoro / Bom Retiro
13. EE Anhanguera / Lapa
Mogi das Cruzes
14. EE Cel. Almeida
Santo André
15. Museu / GE Prof. José Augusto de Azevedo
Antunes Santos
16. EE Visc. São Leopoldo
17. EE Barnabé
18. EE Dr. Cesário Bastos
Iguape
19. EE Vaz de Caminha
Taubaté
20. EE Dr. Lopes Chaves
Guaratinguetá
21. EE Dr. Flaminio Lessa
Queluz
22. EMEF Cap. José Carlos de Oliveira Garcez
São José dos Campos
23. EE Sant’anna do Parnaíba
Aparecida
24. EE Chagas Pereira
Cachoeira Paulista
25. EE Dr. Evangelista Rodrigues
São Bento do Sapucaí
26. EMEF Cel. Ribeiro da Luz
Santa Branca
27. EMEF Barão Santa Branca
Cruzeiro
28. EE Dr. Arnolfo Azevedo
Lorena
29. EE Conde Moreira Lima
Caçapava

30. EE Ruy Barbosa
Pindamonhangaba
31. EE Dr. Alfredo Pujol
Avaré
32. EE Matilde Vieira
Tietê
33. EE Luiz Antunes
São Manoel
34. EMEF Dr. Augusto Reis
Itatinga
35. EMEF Paulo Thomaz da Silva
Pereiras
36. EE Rozendo Duarte Lobo
Itu
37. EE Convenção de Itu
Sorocaba
38. EE Antonio Padilha / Prof. Aggeo Pereira do Amaral
Tatui
39. EE João Florêncio
40. EE Barão Surui
Botucatu
41. EMEI Dr. Cardoso de Almeida
Angatuba
42. EE Dr. Fortunato de Camargo
Ribeira
43. prédio cedido à prefeitura / GE Diogenes Ribeiro de Lima
Itapeva (Faxina)
44. EMEF Cel. Acacio Piedade
Itararé
45. EE Tome Teixeira
Salto
46. EE Tancredo do Amaral
Capão Bonito
47. CMEF Profa. Jacyra Landim Stori
Campinas
48. EE Francisco Glicério
49. EE Orosimbo Maia
Piracicaba
50. EE Barão do Rio Branco
51. EE Moraes Barros
Itapira
52. EE Dr. Julio Mesquita
Araras
53. EE Cel. Justiniano Whitaker de Oliveira
São João da Boa Vista
54. EE Cel. Joaquim José
Rio Claro
55. EE Cel. Joaquim Salles
56. outros usos / GE Irineu Penteado
Limeira
57. Biblioteca e Casa de Cultura / GE Cel. Flaminio Ferreira
Mogi Mirim
58. EE Cel Venâncio
59. EE Dr. Rodrigues Alves
Mogi Guaçu
60. EE Pe. Armani
Piracaia
61. EMEF Cel. Thomaz Gonçalves da Rocha Cunha
Itatiba
62. EMEF Cel. Julio Cesar
Bragança
63. EMEF Dr. Jorge Tibiirça
Tambaú
64. EE Alfredo Guedes
Joanópolis
65. EE Cel. João Ernesto Figueiredo
Santa Bárbara
66. EE José Gabriel de Oliveira
Jundiaí
67. EE Conde Parnaíba
68. Biblioteca Mun. Nelson Foot/ GE Siqueira de Moraes
Mococa
69. EE Barão Monte Santo
Amparo
70. EE Rangel Pestana
São Pedro
71. EMEF Gustavo Teixeira
Caconde
72. EE Dr. Candido Lobo
Porto Ferreira
73. EMEF Sud Menucci
Santa Cruz das Palmeiras
74. EE Dr. Carlos Guimarães
Brotas
75. EE Dona Francisca Ribeiro dos Reis
Pedreira
76. EE Cel. João Pedro de Godoy Moreira
Monte Mór
77. EE Cel. Domingos Ferreira
Cordeirópolis
78. EE/EMEI Cel. José Levy
Santa Cruz da Conceição
79. EE/EMEF Dr. Luis Narciso Gomes
Serra Negra
80. EE Lourenço Franco de Oliveira
Araraquara
81. Dir. Ensino / GE Carlos Batista Magalhães
82. EE Antonio Joaquim de Carvalho
Ribeirão Preto
83. EE Dr. Guimarães Jr.
84. EE Dona Sinhá Junqueira
85. EE Ottoniel Mota
86. EE Fabio Barreto
Jaboticabal
87. EE Cel. Vaz
Itápolis
88. EE/EMEI Profa. Teófila Pinto Camargo / Aureliano Franceschi
Ituverava
89. EMEF Fabiano Alves de Freitas
Orlândia
90. EE Cel. Francisco Orlando
Cajuru
91. EE Dr. Mousart Alves da Silva
Franca
92. EE Cel. Francisco Martins
Sertãozinho
93. EMEF Prof. Anacleto Cruz
Pitangueiras
94. EE Maria Falconi de Felicio
Ibitinga
95. EE/EMEI Prof. Angelo Martino / Archangelo Martinelli
Altinópolis
96. EMEF Cel. Joaquim da Cunha
Descalvado
97. EMEF Cel. Tobias
Matão
98. EE José Inocêncio da Costa
Igarapava
99. EE Prof. Dantes
Dourado
100. EE/EMEF Dr. Salles Jr / Carlos José Botelho
Ribeirão Bonito
101. EE Cel. Pinto Ferraz
Cravinhos
102. EE João Nogueira
São José da Bela Vista
103. p vago / GE Maciel de C. Junior
Jardinópolis
104. EMEF Americo Salles Oliveira

Bebedouro
105. EE Abílio Manoel
Santa Rita do Passo Quatro
106. EMEF Francisco Ribeiro
Monte Alto
107. EMEF Dr. Raul da Rocha Medeiros
Serra Azul
108. EE Francisco Ferreira de Freitas
Jauú
109. EMEF Dr. Padua Salles
110. EE Major Prado
Lençóis
111. EMEF Esperança de Oliveira
Pederneiras
112. EMEF Eliazar Braga
Agudos
113. EMEF Cel. Leite
Bariri
114. EE Prof. Euclides Moreira da Silva
Dois Córregos
115. EE Francisco Simões
Bocaina
116. EMEF Dep. Leonidas Pacheco Ferreira
Santa Adélia
117. EE Dr. Luiz Dumont
Penápolis
118. EE Luiz Chrisostomo de Oliveira
Piraju
119. EE Ataliba Leonel
Fartura
120. EE Cel. Marcos Ribeiro
Santa Cruz do Rio Pardo
121. Outros
Taquaritinga
122. EE Domingues da Silva
Nazareth Paulista
123. EE. Francisco Derosa

Nos termos do parágrafo único do já citado artigo 142 e do artigo 146 do mesmo Decreto, a deliberação ordenando o tombamento ou a abertura do processo de tombamento assegura, desde logo, a preservação do bem até decisão final do autoridade competente, ficando, portanto, proibida qualquer intervenção que possa vir a descaracterizar a referida área, sem prévia autorização do CONDEPHAAT, além de poder ser punido o descumprimento do acima disposto com as sanções penais previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro e da Lei nº 7347, de 17.07.1985.

De acordo com o que dispõe o artigo 142 do Decreto 13.426. de 16.03.79, notificamos a todos os interessados que o Colegiado do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, em sua sessão ordinária de 29.07.2002, Ata nº 1252, deliberou aprovar o parecer do Conselheiro Relator, favorável à abertura do processo de estudo de tombamento do imóvel situado na Rua Cel. Souza Franco nº 993, no Município de Mogi das Cruzes.

Nos termos do parágrafo único do já citado artigo 142 e do artigo 146 do mesmo Decreto, a deliberação ordenando o tombamento ou a abertura do processo de tombamento assegura, desde logo, a preservação do bem até decisão final do autoridade competente, ficando, portanto, proibida qualquer intervenção que possa vir a descaracterizar a referida área, sem prévia autorização do CONDEPHAAT, além de poder ser punido o descumprimento do acima disposto com as sanções penais previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro e da Lei nº 7347, de 17.07.1985.

De acordo com o que dispõe o artigo 142 do Decreto 13.426. de 16.03.79, notificamos a todos os interessados que o Colegiado do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - , em sua sessão ordinária de 29.07.2002, Ata nº 1252, deliberou aprovar o parecer do Conselheiro Relator, favorável à abertura do processo de estudo de tombamento do edifício do antigo Gabinete de Leitura Ruy Barbosa, situado na Rua Cândido Rodrigues nº 301, no Município de Jundiaí.

Nos termos do parágrafo único do já citado artigo 142 e do artigo 146 do mesmo Decreto, a deliberação ordenando o tombamento ou a abertura do processo de tombamento assegura, desde logo, a preservação do bem até decisão final do autoridade competente, ficando, portanto, proibida qualquer intervenção que possa vir a descaracterizar a referida área, sem prévia autorização do CONDEPHAAT, além de poder ser punido o descumprimento do acima disposto com as sanções penais previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro e da Lei nº 7347, de 17.07.1985.

De acordo com o que dispõe o artigo 142 do Decreto 13.426. de 16.03.79, notificamos a todos os interessados que o Colegiado do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - , em sua sessão ordinária de 15.07.2002, Ata nº 1250, deliberou aprovar o parecer do Conselheiro Relator, favorável ao tombamento do conjunto da Politécnica, onde estão incluídos:

- Edifício Paula Souza - Praça Cel. Fernando Prestes, 74
- Edifício Ramos de Azevedo - Praça Cel. Fernando Prestes, 152
- antigo Laboratório de Hidromecânica - Rua Afonso Pena, 258
- Edifícios Hipólito Pujol e Oscar Machado - Praça Cel. Fernando Prestes, 110
- Edifício Rodolfo Santiago - Praça Cel. Fernando Prestes, 30, com Av. Tiradentes s/ nº

Nos termos do parágrafo único do já citado artigo 142 e do artigo 146 do mesmo Decreto, a deliberação ordenando o tombamento ou a abertura do processo de tombamento assegura, desde logo, a preservação do bem até decisão final do autoridade competente, ficando, portanto, proibida qualquer intervenção que possa vir a descaracterizar a referida área, sem prévia autorização do CONDEPHAAT, além de poder ser punido o descumprimento do acima disposto com as sanções penais previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro e da Lei nº 7347, de 17.07.1985.

De acordo com o que dispõe o artigo 142 do Decreto 13.426. de 16.03.79, notificamos a todos os interessados que o Colegiado do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - , em sua sessão ordinária de 05.08.2002, Ata nº 1254, deliberou aprovar o parecer do Conselheiro Relator, favorável à abertura do processo de estudo de tombamento do Edifício Altino Arantes situado na Rua João Bricola nº 24, nesta Capital.

Nos termos do parágrafo único do já citado artigo 142 e do artigo 146 do mesmo Decreto, a deliberação ordenando o tombamento ou a abertura do processo de tombamento assegura, desde logo, a preservação do bem até decisão final do autoridade competente, ficando, portanto, proibida qualquer intervenção que possa vir a descaracterizar a referida área, sem prévia autorização do CONDEPHAAT, além de poder ser punido o descumprimento do acima disposto com as sanções penais previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro e da Lei nº 7347, de 17.07.1985.

De acordo com o que dispõe o artigo 142 do Decreto 13.426. de 16.03.79, notificamos a todos os interessados que o Colegiado do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - , em sua sessão ordinária de 05.08.2002, Ata nº 1254, deliberou aprovar o parecer do Conselheiro Relator, favorável ao tombamento do edifício da Faculdade de Direito, incluindo a Tribuna Livre, localizados no Largo São Francisco, nesta Capital.

Nos termos do parágrafo único do já citado artigo 142 e do artigo 146 do mesmo Decreto, a deliberação ordenando o tombamento ou a abertura do processo de tombamento assegura, desde logo, a preservação do bem até decisão final do autoridade competente, ficando, portanto, proibida qualquer intervenção que possa vir a descaracterizar a referida área, sem prévia autorização do CONDEPHAAT, além de poder ser punido o descumprimento do acima disposto com as sanções penais previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro e da Lei nº 7347, de 17.07.1985.

(7-8-9)

TRANSPORTES METROPOLITANOS

GABINETE DO SECRETÁRIO

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Convocação

O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas convoca, nos termos da Lei Complementar nº 870/2000, as Entidades Representativas da Sociada-de Civil Organizada, com a seguinte finalidade:

credenciamento para participação no Conselho Consultivo, que tem como atribuição apreciar, opinar e elaborar as propostas que representem os interesses da sociedade civil dos Municípios integrantes da Região Metropolitana de Campinas.

As entidades deverão, no ato do credenciamento, indicar as funções públicas de interesse comum em que pretendem atuar, conforme a seguinte relação:

- I- planejamento e uso do solo;
- II- transporte e sistema viário regionais;
- III- habitação;
- IV- saneamento básico;
- V - meio ambiente;
- VI - desenvolvimento econômico e
- VII- atendimento social.

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

Ofício de solicitação de credenciamento dirigido ao Presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas;

Cópia autenticada do estatuto social, devidamente registrado no cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou órgão competente;

Certidão atualizada expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da transcrição do registro do estatuto social, ou órgão competente;

Cópia da última ata de eleição da Diretoria, devidamente averbada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou órgão competente;

Declaração, em papel timbrado da entidade, firmado por seu representante legal, de que a mesma está em pleno e regular funcionamento, cumprindo as finalidades estatutárias, e na qual conste a ralação nominal, dados de identificação e endereço dos membros integrantes da Diretoria, Conselheiros e empregados;

Cópia do documento atual que comprove sua atuação em município da Região Metropolitana de Campinas;

Cópia autenticada do documento de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ do ministério da Fazenda;

Toda a documentação para o credenciamento será analisada e homologada pela Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento.

As entidades que tiverem seu credenciamento indeferido pela Secretaria Executiva, poderão recorrer junto ao Plenário do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas.

As Entidades serão representadas no Conselho Consultivo por até dois (2) membros por função pública, escolhidos por seus pares, entre os credenciados junto ao Conselho de Desenvolvimento.

A escolha se dará em assembléia a ser convocada pela imprensa oficial, ou por carta.

Local de Inscrição: Rua Cândido Gomide, 778 - Campinas - SP

Horário de Atendimento: das 8:30 Às 17:00h

Prazo de Inscrição: 30 (Trinta) Dias a Contar da Publicação no D.O. e Jornais (Data de Início da Publicação do D.O. e Jornais

(3-6-7)

RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E OBRAS

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Aviso de Cadastramento

O Departamento de Águas e Energia Elétrica, em atendimento ao disposto no artigo 34, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, faz saber que está aberto, no período de 02/08/2002 a 16/08/2002, o cadastramento de pessoas jurídicas do ramo e detentoras de atestado de capacidade técnica, interessadas na prestação dos serviços especializados abaixo citados, de apoio operacional, com o fornecimento de pessoal específico, materiais e equipamentos necessários em áreas de confinamento dos animais silvestres do Parque Ecológico do Tietê, Zona Leste, Rua Guira Acangatará, nº 70, Engenheiro Goulart, Capital:

- preparação e distribuição de alimentos e água aos animais;
- manejo e contenção de animais;
- manutenção, limpeza e conservação das áreas, e instalações dos ambientes dos animais.

Os interessados deverão se cadastrar no Setor de Cadastro de Fornecedoros do DAEE, localizado na Rua Diogo Moreira, nº 303, Pinheiros, Capital, no horário das 9:00 as 11:30 e das 13:00 as 16:00 horas.

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos pelos interessados nos telefones (0XX11) 3812-7679 e 3812-8566 (fax).

(3-6-7)

Anexo 5 - Diário Oficial do Estado, de 11/11/2010, Resolução SC-60, de 21 de julho de 2010, que versa sobre o tombamento do conjunto de 126 escolas da Primeira República

Transportes

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despachos do Diretor de Procedimentos e Logística, de 10-11-2010

Notificando as empresas abaixo relacionadas, operadoras de ambos os Sistemas, Regular e Fretamento, que não atenderam Notificação anterior, ou não enviaram as fotos no padrão especificado, para que no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar desta publicação, enviem à ARTESP, através do e-mail: logistica@artesp.sp.gov.br, fotos de 01 veículo de cada Sistema, Rodoviário, Suburbano e Fretamento. Não deverá constar do assunto nem do nome do arquivo, a palavra “foto”, pois o recebimento poderá ser bloqueado pelo nosso Banco de Dados. As fotos, individuais por veículo, e por modalidade de serviço, deverão ser tiradas no período diurno, em local descoberto, sempre a favor do Sol, devendo o veículo encontrar-se devidamente lavado externamente. As fotos deverão ser tiradas exatamente como modelo contido no site www.artesp.sp.gov.br, no Menu “Transporte Coletivo/Layout da Frota”. As fotos para cada veículo deverão mostrar: uma somente a frente, outra somente a traseira e a outra somente a lateral direita do veículo, com a porta de embarque fechada. Cuidar para que as fotos apresentem unicamente o veículo. As fotos deverão ser gravadas com extensão “gif”, e com tamanho até “50K”. Qualquer alteração posterior de lay-out, deverá ser comunicada antecipadamente a esta Agência, para apreciação e aprovação. Qualquer dúvida, entrar em contato com o Sr. José Antonio, no telefone 3465-2122.

Agosuzi Transportes Ltda
Auto Ônibus Sao Joao Ltda
Auto Viacao Braganca Ltda
Auto Viacao M. M. Souza Turismo Ltda
Auto Viacao Marchiori Ltda
Auto Viacao Ourinhos Assis Ltda
Auto Viacao Ouro Verde Ltda
Breda Transportes E Serviços S/A
Cristalense Transportes E Turismo Ltda
E. Maciel De Barros Ltda - Epp
Empresa Auto Ônibus Macacari Ltda
Empresa Auto Ônibus Manoel Rodrigues S/A
Empresa De Ônibus Passaro Marron Ltda
Empresa De Transportes Andorinha S/A
Empresa Princesa Do Norte S/A
Empresa Sao Joao De Turismo Ltda
Empresas Reunidas Paulista De Transportes Ltda
Expresso Amarelinho Ltda
Expresso Cristalia Ltda
Expresso Itamarati S/A
Expresso Redencao Transportes E Turismo Ltda
Intersul Transportes E Turismo Ltda
Jodi Itapeva Transportes Ltda
Osastur Osasco Turismo Ltda
Rapido D Oeste Ltda
Rapido Luxo Campinas Ltda
Rapido Ribeirao Preto Ltda
Ribe Transporte Ltda
Rodoviario Ibitingunense Ltda
Transportadora Turística Pettito Ltda
Transporte Coletivo Celico Ltda
Turismar Transporte E Turismo Ltda
Vb Transportes E Turismo Ltda
Viação Calvipe Ltda - Epp
Viacao Caprioli Ltda
Viacao Cometa S/A
Viacao Jacarei Ltda
Viacao Lopes Ltda
Viacao Mina Do Vale Transportes E Turismo Ltda
Viacao Nasser Ltda
Viacao Piracicabana Ltda
Viacao Santa Cruz S/A
Viacao Sao Bento Ltda
Viacao Vale Do Tiete Ltda

Autorizando a renovação do Certificado de Registro Cadastral da empresa Auto Ônibus Soamin Ltda, pedido protocolado em 30/07/2010 sob nº 161.542, expedindo-se o competente Certificado pelo prazo de 01 (hum) ano a contar desta publicação - Processo nº 009.584/10.

Despachos do Diretor de Operações

De 20-10-2010

Aplicando a penalidade de remoção para os anúncios instalados de forma irregular em áreas adjacentes às margens das Rodovias do Lote 01 – AUTOBAN, na SP-330, km 69+200m N e km 116+100m S; na SP-348, km 42+500m S, km 42+800m S, km 53+000m S, km 57+090m S (dentro da faixa não edificante), km 57+100m S, km 57+590m S e km 57+600m S (dentro da faixa não edificante), e na SP-300 km 62+400m L, km 65+050m L (dentro da faixa não edificante) e no km 65+300m L (dentro da faixa não edificante), com fundamento na Lei nº 8.900 de 29/09/1994, Artigo 1º, bem como no Decreto Lei nº 13.626 de 21/10/1943, no Parágrafo Único do Artigo 8º, combinado com o Inciso XXII do Artigo 4º e artigo 1º da Lei Complementar Estadual nº 914/02; querendo, apresente recurso no prazo de 15 dias, de acordo com o previsto no Artigo 44 da Lei nº 10.177/98. (Interessados: Mídia Painéis Ltda. – Concessionária Autoban – Processo nº 009.409/2010 – Protocolo nº 150.303/10).

De 4-11-2010

Concedendo a Autorização, a Título Precário para ocupação transversal subterrânea da faixa de domínio da Rodovia Castelo Branco, SP-280, altura do km 15+425, com cabo óptico de 36 fibras, método não destrutível, à TNL PCS SA - Oi, trecho sob responsabilidade da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S/A, nas condições constantes do termo. (Processo nº 009.924/2010 – Protocolo nº 165.427/2010).

De 8-11-2010

Concedendo à Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, a Autorização a Título Precário, para abertura de acesso, interligando uma via marginal municipal fora da faixa de domínio, a rotatória do dispositivo operacional de acesso e retorno, na altura do km 430+600m, lado norte da Rodovia Washington Luis – SP 310, trecho sob responsabilidade da Concessionária Triângulo do Sol Auto-Estradas S/A, nas condições constantes do termo. (Processo nº 009.531/2010 – Protocolo nº 160.588/2010).

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Portaria SUP/DER - 75, de 10-11-2010

Altera a Portaria SUP/DER-061-16/08/2010 que dispõe sobre credenciamento de Agentes Atuadores na fiscalização de veículos com excesso de peso (3.5)

O Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, de conformidade com o disposto no inciso XIX do artigo 18 do Regulamento Básico do DER, aprovado pelo Decreto nº 26.673, de 28/01/1987, bem como no § 4º do artigo 280 da Lei nº 9.503, de 23/09/1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, resolve:

Artigo 1º - Ficam alterados os credenciamentos promovidos nos termos do Artigo 3º da Portaria SUP/DER-061-16/08/2010, referente a seguinte Divisão Regional:

DR.11 – ARAÇATUBA

NOME	R.G.
Ademilson de Matos	5.427.406
Ademir Lopes de Souza	12.341.541
Cacildo Francisco da Silva	16.678.319
Carltonito Bento de Souza	9.230.731
Carlos Eduardo de Lima Almeida	28.654.938-4
Celso Leandro de Oliveira	26.249.505-3
Domingos da Conceição	18.505.916
Edson Pereira dos Santos	27.492.335
Fábio Rodrigo Bocutte	29.123.790-3
João Carlos Ribeiro	13.027.502
José Alves dos Santos	16.428.949
José Carlos Mendes Sereno	13.282.939
Juvenal Batista dos Santos	10.726.905
Luis Antonio Cordeiro	8.478.039
Odair Cardoso da Silva	14.834.775
Rafael Petrolli Alves	32.097.043-7
Sandro Luis Pereira de Oliveira	16.872.834-5
Sergio Paulo Moreno	17.645.952
Valdemir Batista Xavier	24.868.575
Valdevino Inácio Batista	15.826.006

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.(referente aos Autos nº 246905/01/DER/2007 – 3º Volume)

Despachos do Superintendente, de 10-11-2010

Diante dos elementos de instrução constantes dos autos, notadamente o parecer exarado pelo Procurador Instrutor, constante de fls. 54/56, acolhido pela Procuradora de Autarquia Chefe, fl. 57, que adoto como razão de decidir, indefiro o pedido formulado por Anderson Pereira Cardoso, encartado a fl. 03. (Exped. nº 003224/17/DR.12/2010)

EDITAL Nº 050/2010 – CO – Execução das obras e serviços de capeamento da pista no trecho São José dos Campos e Campos do Jordão, do km 102,600 e o km 179,610 as SP-050, compreendendo o seguinte lote:

Lote 1: trecho entre o km 102,600 e o Km 140,060. Homologada e adjudicada a empresa SOUZA COMPEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, fica pois a mesma convocada a recolher a caução nos termos da Portaria SUP/DER-28 de 15/05/2009, podendo ser consultada no site do DER (www.der.sp.gov.br), no valor de R\$ 1.153.672,43 e assinar o contrato nº. 17.131-1 dentro do prazo de 05 dias.

EDITAL Nº 050/2010 – CO – Execução das obras e serviços de capeamento da pista no trecho São José dos Campos e Campos do Jordão, do km 102,600 e o km 179,610 as SP-050, compreendendo o seguinte lote:

Lote 2: trecho entre o km 140,060 e o Km 179,610. Homologada e adjudicada a empresa ELLENCO CONSTRUÇÕES LTDA, fica pois a mesma convocada a recolher a caução nos termos da Portaria SUP/DER-28 de 15/05/2009, podendo ser consultada no site do DER (www.der.sp.gov.br), no valor de R\$ 1.057.878,09 e assinar o contrato nº. 17.132-3 dentro do prazo de 05 dias.

EDITAL Nº 055/2010 – CO - Execução de obras e serviços de capeamento da pista e dos acostamentos da SP-099 – Rodovia dos Tamoios, trecho do km 11,5 ao km64,4, com extensão total 52,9 km, compreendendo o seguinte lote:

Lote 1 – do km 11,5 ao km 36,0, com 24,5 km de extensão. Homologada e adjudicada a empresa LEÃO & LEÃO LTDA., fica pois a mesma convocada a recolher a caução nos termos da Portaria SUP/DER-28 de 15/05/2009, podendo ser consultada no site do DER (www.der.sp.gov.br), no valor de R\$ 819.848,01 e assinar o contrato nº. 17.133-5 dentro do prazo de 05 dias.

EDITAL Nº 055/2010 – CO - Execução de obras e serviços de capeamento da pista e dos acostamentos da SP-099 – Rodovia dos Tamoios, trecho do km 11,5 ao km 64,4, com extensão total 52,9 km, compreendendo o seguinte lote:

Lote 2 – do km 36,0 ao km 64,4, com 28,4 km de extensão. Homologada e adjudicada a empresa LEÃO & LEÃO., fica pois a mesma convocada a recolher a caução nos termos da Portaria SUP/DER-28 de 15/05/2009, podendo ser consultada no site do DER (www.der.sp.gov.br), no valor de R\$ 984.076,23 e assinar o contrato nº. 17.134-7 dentro do prazo de 05 dias.

DIRETORIA DE ENGENHARIA

Termo de Reti-Ratificação

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo-DER/SP, torna público que requereu à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB , a Licença Ambiental de Instalação , para as Obras de Duplicação da Rodovia Euclides da Cunha – SP-320,Subtrecho 1:do km 457+350 ao km 462+285 – Lado Direito;Subtrecho 2:do km 467+950 ao km 469+900 – Lado Direito;Subtrecho 3:do km 479+170 ao km 481+270 – Lado Direito;Subtrecho 4:do km 481+500 ao km 489+750 – Lado Direito;Subtrecho 5:do km 490+910 ao km 497+460 – Lado Direito;Subtrecho 6:do km 498+920 ao km 502+620 – Lado Direito;Subtrecho 7:do km 505+870 ao km 511+200 – Lado Direito;Subtrecho 8:do km 526+360 ao km 528+620 – Lado Esquerdo;Subtrecho 9:do km 544+040 ao km 548+770 – Lado Direito;Subtrecho 10:do km 556+000 ao km 567+420 – Lado Direito;Subtrecho 11:do km 589+200 ao km 591+770 – Lado Direito;Subtrecho 12:do km 596+400 ao km 598+610 – Lado Direito;Subtrecho 13:do km 598+380 ao km 600+200 – Lado Esquerdo;Subtrecho 14:do km 608+170 ao km 611+870 – Lado Direito;Subtrecho 15:do km 628+010 ao km 631+800 – Lado Esquerdo;nos Municípios de Mirassol,Balsamo, Tanabi, Cosmorama, Votuporanga, Valentim Gentil, Fernandópolis, Estrela D’Oeste, Jales, Urânia, Santa Salete, Aspásia, Santana da Ponte Pensa, Santa Fé do Sul e Rubinéia.

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

DIVISÃO REGIONAL DE ARAÇATUBA

Extrato de Contrato

Contrato nº 17.127-0/DER/2010 – Processo Licitatório nº 001724/39/DR.11/2010 – Edital nº 003/DR.11/2010
Contratante – DER/DR.11 – Contratada – Ceban Construções e Comércio Ltda –Objeto – Execução das obras de reforço de muros nas fundações dos prédios do escritório e oficina da RC11.2, com tirantamento de 09 (nove) pilares da oficina - Valor do Contrato –R\$ 39.530,00 - Prazo - O prazo para execução dos serviços será de 60 dias a contar da data de assinatura da primeira nota de serviço - Data da Assinatura - 09/11/2010.

DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Retificação

Processo - nº 111/2009-DAESP

Contrato - nº 001/2010-DAESP

Termo - 1º

Contratante - DAESP

Contratada - Betel Serviços Auxiliares de Transportes Aéreos Ltda-me.

Objeto - Retificação da data de assinatura do termo.

Onde se lê: 31/10/2010, leia-se: 03/11/2010.

Cultura

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SC - 60, de 21-7-2010

Dispõe sobre o tombamento de um conjunto de escolas construídas pelo Governo do Estado de São Paulo entre 1890 a 1930

O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 149, de 15 de agosto de 1969 e do Decreto nº 13.426, de 16 de março de 1979, cujos artigos 134 a 149 permanecem em vigor por força do artigo 158 do Decreto nº 50.941, de 5 de julho de 2006, com exceção do artigo 137, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 48.137, de 7 de outubro de 2003 e ainda, com base em todos os estudos efetuados no bojo do processo CONDEPHAAT nº 24929/1986, considerando que:

O significado cultural, histórico e arquitetônico, aliados ao caráter inovador e modelar expresso pelo conjunto de edificações escolares públicas construídas pelo Governo do Estado de São Paulo entre 1890 e 1930;

A representatividade deste conjunto em relação às políticas públicas educacionais que, naquele momento, reconheceram como inerente ao papel do Estado prover as comunidades de ensino básico, dito primário, e de formar professores bem preparados para tal função;

A representatividade deste conjunto em relação às políticas de construção de obras públicas que se estruturaram racionalmente para, dentre outras construções, instalar maciçamente em edificações adequadas seu programa pedagógico por todo o interior e capital do Estado;

A qualidade arquitetônica desse conjunto caracterizado pela técnica construtiva simples, mas adequada; por uma linguagem que simplificou estilisticamente os atributos clássicos acadêmicos do século XIX e por uma organização espacial que, concebida primordialmente através de projetos arquitetônicos padronizados, limitou-se a distribuir salas de aulas ao longo de eixos de circulação em plantas simétricas que incorporaram os preceitos de higiene, insolação e ventilação preconizados pela ciência da construção civil daquele momento;

E pela relevância de cada edifício em sua relação com os municípios de diferentes configurações urbanas em que estão localizados,

Resolve:

Artigo 1º - Ficam tombadas na categoria de bem cultural, as edificações relacionadas a seguir, tomadas na sua individualidade e como parte do conjunto de edificações escolares:

01. Agudos
EMEF Cel. Leite
Rua 13 de Maio, 598 CEP 17120-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 07.01.101
02. Altinópolis
EMEF Cel. Joaquim da Cunha
Rua Carlos Gomes, 170 CEP 14350-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.01.101
03. Amparo
EE Rangel Pestana
Pça. Dr. Meirelles Reis, 153 CEP 13903-049
Grupo Área Envoltória: G4
Código Sec. Est. Educ.: 05.03.105
04. Angatuba
EE Dr. Fortunato de Camargo
Rua Irmãos Basile, 527 CEP 18240-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 04.29.101
05. Aparecida
EE Chagas Pereira
Pça. Dr. Benedito Meirelles, 111 - CEP 12570-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 03.22.105
06. Araraquara
Dir. Ensino / GE Carlos Batista Magalhães
Rua Gonçalves Dias, 291 CEP 14801-290
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.76.114
07. Araraquara
EE Antonio Joaquim de Carvalho
Praça Pedro de Toledo, s/nº CEP 14801-348
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.76.117
08. Araras
EE Cel. Justiniano Whitaker de Oliveira
Rua Cel. André Ulson Junior, 32 CEP 13600-00
Código Sec. Est. Educ.: 05.41.106
09. Avaré
EE Matilde Vieira
Pça. Cel. Edmundo Trench, 104 CEP 18701-783
Grupo Área Envoltória: G4
Código Sec. Est. Educ.: 04.54.101
10. Bariri
EE Prof. Euclides Moreira da Silva
Av. Claudionor Barbieri, 870 CEP 17250-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 07.33.101
11. Bebedouro
EE Abílio Manoel
Pça. Valêncio de Barros 186 - CEP 14700-009
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.58.101
12. Bocaina
EMEF Dep. Leônidas Pacheco Ferreira
Rua Sete de Setembro, 357 CEP 17240-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 07.35.101
13. Botucatu
EMEI Dr. Cardoso de Almeida
Praça Prof. Martinho Nogueira, s/n - CEP 18600-010
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 04.67.103
14. Bragança Paulista
EMEF Dr. Jorge Tibiriçá
Rua Cel. Leme, s/n CEP 12900-000
Grupo Área Envoltória: G3
Código Sec. Est. Educ.: 05.92.103
15. Brotas
EE Dona Francisca Ribeiro dos Reis
Rua Quintino Bocaiúva, 145 CEP 17380-000
Grupo Área Envoltória: G3
Código Sec. Est. Educ.: 05.52.102
16. Caçapava
EE Ruy Barbosa
Pça. Dr. Pedro de Toledo, 136 - CEP 12280-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 03.13.103
17. Cachoeira Paulista
EE Dr. Evangelista Rodrigues
Rua Dr. Bernardino de Campos, 90 CEP 12630-000
Grupo Área Envoltória: G3
Código Sec. Est. Educ.: 03.25.101
18. Caconde
EE Dr. Candido Lobo
Pça. Cel. Gustavo Ribeiro, 92 - CEP 13770-000

Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.70.101
19. Cajuru
EE Dr. Mousart Alves da Silva
Rua Sampaio Moreira, 782 - CEP 14240-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.05.102
20. Campinas
EE Francisco Glicério
Av. Dr. Moraes Sales, 988 CEP 13010-001
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.05.126
21. Campinas
EE Orosimbo Maia
Av. Andrade de Neves 214 CEP 13013-160
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.05.106
22. Capão Bonito
CMEF Profa. Jacyra Landim Stori
Rua Benjamin Constant, 631 - CEP 18300-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 04.37.101
23. Cordeirópolis
EE/EMEI Cel. José Levy
Rua Visc. do Rio Branco, 437 - CEP 13490-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.43.102
24. Cravinhos
EE João Nogueira
Av. Rita Cândida Nogueira, 137 - CEP 14140-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.07.103
25. Cruzeiro
EE Dr. Arnolfo Azevedo
Av Maj. Novaes, 126 CEP 12700-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 03.26.106
26. Cunha
EEMF Dr. Casemiro Rocha
Praça 9 de Julho, 905 CEP
Grupo Área Envoltória: G3
Código Sec. Est. Educ.: 03.27.102
27. Descalvado
EMEF Cel. Tobias
Rua Dr. Cons. Antonio Prado, 636 CEP 13690-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.91.101
28. Dois Córregos
EE Francisco Simões
Pça. Francisco Simões, 39 CEP 17300-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 07.37.101
29. Dourado
EE Carlos José Botelho
Rua José Modesto de Abreu, 269 CEP 13590-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.91.101
30. Fartura
EE Cel. Marcos Ribeiro
Praça Deodéciano Ribeiro, 143 - CEP 18870-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 11.33.101
31. Franca
EE Cel. Francisco Martins
Pça. Cel. Antonio Jacinto, 1533 - CEP 14400-540
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.24.116
32. Guaratinguetá
EE Dr. Flaminio Lessa
Rua Tamandaré, 145 CEP 12500-000
Grupo Área Envoltória: G4
Código Sec. Est. Educ.: 03.28.103
33. Guaratinguetá
Diretoria de Ensino
Praça Cons. Rodrigues Alves, 27 CEP 12500-000
Grupo Área Envoltória:G1
Código Sec. Est. Educ.: 03.28.110
34. Ibitinga
EE/EMEI Prof. Ângelo Martino
Av Dom Pedro II, 645 CEP 14940-000
Grupo Área Envoltória:G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.81.102
35. Igarapava
EE Prof. Dantes
Rua Benjamin Constant, 443 - CEP 14540-000
Grupo Área Envoltória:G3
Código Sec. Est. Educ.: 06.38.101
36. Iguape
EE Vaz de Caminha
Rua Capitão Dias 187 CEP 11920-000
Grupo Área Envoltória:G2
Código Sec. Est. Educ.: 02.21.104
37. Itapeva
EMEF Cel. Acácio Piedade
Av. Cel. Acácio Piedade, 657 - CEP 18400-000
Grupo Área Envoltória:G1
Código Sec. Est. Educ.: 04.46.101
38. Itapira
EE Dr. Julio Mesquita
Rua Campos Sales, 35 CEP 13970-000
Grupo Área Envoltória:G4
Código Sec. Est. Educ.: 05.10.102
39. Itápolis
EE Prof Julio Ascânio Mallet
Av. 7 de Setembro, 763 CEP 14900-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.82.102
40. Itararé
EE Tomé Teixeira
Rua 15 de Novembro, 120 CEP 18460-000
Grupo Área Envoltória: G3
Código Sec. Est. Educ.: 04.48.102
41. Itatiba
EMEF Cel. Julio César
Rua Rangel Pestana, 326 CEP 13250-250
Grupo Área Envoltória: G3
Código Sec. Est. Educ.: 05.81.101
42. Itatinga
EMEF Paulo Thomaz da Silva
Pça. Bandeira, 111 CEP 18690-000
Grupo Área Envoltória: G3
Código Sec. Est. Educ.: 04.58.102
43. Itu
EE Convenção de Itu
Pça. Conde de Parnaíba, 422 - CEP 13300-000
Grupo Área Envoltória: G2
Código Sec. Est. Educ.: 04.06.105
44. Ituverava
EMEF Fabiano Alves de Freitas
Rua Cel August o Barbosa, 96 - CEP 14500-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.39.101
45. Jaú
EMEF Dr. Pádua Salles
Rua Edgard Ferraz, 665 CEP 17201-440
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 07.41.106
46. Jaú
EE Major Prado

Rua Lourenço Prado CEP 17201-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.:07.41.102
47. Jaboticabal
EE Coronel Vaz
Av. General Osório, 215 CEP 14870-100
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.61.105
48. Jardinópolis
EMEF Américo Salles Oliveira
Rua 7 de Setembro, 121 CEP 14680-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.09.101
49. Joanópolis
EE Cel. João Ernesto Figueiredo
Av Waldomiro Villaça, 126 CEP 12980-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.93.101
50. Jundiá
EE Conde Parnaíba
Rua Br de Jundiá, 1106 CEP 13200-002
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.84.112
51. Jundiá
Biblioteca Municipal Nelson Foot / GE Siqueira Moraes
Rua Br de Jundiá, 121 CEP 13200-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.84.101
52. Lençóis Paulista
EMEF Esperança de Oliveira
Rua Anita Garibaldi, 959 CEP 18683-060
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 07.10.102
53. Limeira
Biblioteca e Casa de Cultura / GE Cel. Flaminio Ferreira
Rua Boa Morte, 471 CEP 13480-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.45.105
54. Lorena
EE Conde Moreira Lima
Rua Rodrigues de Azevedo, 436 - CEP 12600-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.:03.31.104
55. Matão
EE José Inocêncio da Costa
Rua Cesário Mota, 756 CEP 15990-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.83.101
56. Mocóca
EE Barão Monte Santo
Pça. Ademar de Barros, 181 - CEP 13730-000
Grupo Área Envoltória: G3
Código Sec. Est. Educ.: 05.73.102
57. Mogi das Cruzes
EE Coronel Almeida
R Dr. Paulo Frontin, 240 CEP 087100-050
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 01.23.108
58. Mogi Guaçu
EE Padre Armani
Rua Siqueira Campos, 132 CEP 13840-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.13.102
59. Mogi Mirim
EE Cel. Venâncio
Av Cel. João Leite, 200 CEP 13800-000
Grupo Área Envoltória: G4
Código Sec. Est. Educ.: 05.14.107
60. Mogi Mirim
EE Dr. Rodrigues Alves
Rua Dr. José Alves, 195 CEP 13800-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.14.104
61. Monte Alto
EMEF Dr. Raul da Rocha Medeiros
Pça. da Bandeira, 43 CEP 15910-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.62.102
62. Monte Mór
EE Cel. Domingos Ferreira
Rua Dr Carlos de Campos, 24 - CEP 13190-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.17.101
63. Nazareth Paulista
EE Francisco de Derosa
Pça Dr. Álvaro Guião, s/n CEP 12960-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.94.101
64. Orlandia
EE Cel. Francisco Orlando
Rua 4 , 146 CEP 14620-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.46.101
65. Pedemeiras
EMEF Eliazar Braga
Rua Eliazar Braga, 132 CEP 17280-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 07.13.101
66. Pedreira
EE Cel. João Pedro de Godoy Moreira
Rua Quinze de Novembro, 952 - CEP 13920-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.20.101
67. Penápolis
EE Luiz Chrisostomo de Oliveira
Pça. 9 de julho, 36 CEP 16300-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 09.23.102
68. Pereiras
EE Rozendo Duarte Lobo
Rua Cel José Bonini, 222 CEP 18580-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 04.24.101
69 Pindamonhangaba
EE Dr. Alfredo Pujol
Rua Br. Homem de Mello, 63 - CEP 12400-440
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 03.15.103
70. Piracaia
EMEF Cel. Thomaz Gonçalves da Rocha Cunha
Av Dr. Candido Rodrigues, 100 - CEP 12970-000
Grupo Área Envoltória: G3
Código Sec. Est. Educ.: 05.97.102
71. Piracicaba
EE Barão do Rio Branco
Rua Ipiranga, 924 CEP 13400-485
Grupo Área Envoltória: G4
Código Sec. Est. Educ.: 05.33.117
72. Piracicaba
EE Moraes Barros
Pça. Dr. Jorge Tibiriçá, s/nº CEP 13400-123
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.33.104
73. Piraju
EE Ataliba Leonel
Rua Nenê Freitas, 494 CEP 18800-000
Grupo Área Envoltória: G3
Código Sec. Est. Educ.: 11.38.102
74. Pitangueiras

EE Maria Falconi de Felício
Pça. Rio Branco, 31 CEP 14750-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.65.101
75. Porto Ferreira
EMEF Sud Menucci
Rua Cel Procópio de Carvalho, 352 CEP 13660-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.47.102
76. Queluz
EMEF Cap. José Carlos de Oliveira Garcez
Pça. Pe Francisco das Chagas Neves, 168 CEP 12800-000
Grupo Área Envoltória: G3
Código Sec. Est. Educ.: 03.33.101
77. Ribeira
Prédio cedido à prefeitura / GE Diógenes Ribeiro de Lima
Av. Independência, 172 CEP 18380-000
Grupo Área Envoltória: G3
Código Sec. Est. Educ.: 04.40.101
78. Ribeirão Bonito
EE Cel. Pinto Ferraz
Rua Dr. Pirajá da Silva, 473 - CEP 13580-000
Grupo Área Envoltória: G3
Código Sec. Est. Educ.: 06.93.101
79. Ribeirão Preto
EE Dr. Guimarães Jr.
Rua Lafaiete, 584 CEP 14015-080
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.13.115
80. Ribeirão Preto
EE Dona Sinhá Junqueira
Rua Cons. Dantas, 358 CEP 14050-400
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.13.121
81. Ribeirão Preto
EE Otoniel Mota
Rua Prudente de Moraes, 764 - CEP 14015-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.13.103
82. Ribeirão Preto
EE Fábio Barreto
Rua Amador Bueno, 220 CEP 14010-070
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.13.107
83. Rio Claro
EE Cel. Joaquim Salles
Rua Sete, 793 CEP 13500-060
Grupo Área Envoltória: G4
Código Sec. Est. Educ.: 05.56.102
84. Rio Claro
outros usos / GE Irineu Penteado
Rua 1, 1982 CEP 13500-000
Grupo Área Envoltória: G4
Código Sec. Est. Educ.: 05.56.109
85. Salto
EE Tancredo do Amaral
Av D Pedro I, 170 CEP 13320-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 04.11.103
86. Santa Adélia
EE Dr. Luiz Dumont
Av Dr. Luiz Dumont, 380 CEP 15950-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 08.05.101
87. Santa Bárbara
EE José Gabriel de Oliveira
Av de Cillo, 67 CEP 13450-050
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.48.101
90. Santa Cruz das Palmeiras
EE Dr. Carlos Guimarães
Rua Santa Cruz, 206 CEP 13650-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.74.101
91. Santa Cruz do Rio Pardo
Pólo do Circuito Gestão Santa Cruz do Rio Pardo - Antiga Delegacia Regional de Ensino
Rua Benjamin Constant, 261 - CEP 18900-000
Grupo Área Envoltória: G3
Código Sec. Est. Educ.: 11.14.103
92. Santa Rita do Passo Quatro
EMEF Francisco Ribeiro
Pça. Voluntário Silvano, s/nº CEP 13670-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.14.102
93. Santo André
Museu / GE Prof. José Augusto de Azevedo Antunes
Rua Senador Fláquer, 470 CEP 09000-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 01.32.112
94. Santos
EE Visc. São Leopoldo
Rua João Guerra, 251 CEP 11020-131
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 02.09.113
95. Santos
EE Barnabé
Pça. Correa de Mello, s/nº CEP 11013-220
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 02.09.105
96. Santos
EE Dr. Cesário Bastos
Pça. Narciso de Andrade, s/nº - CEP 11013-550
Grupo Área Envoltória: G4
Código Sec. Est. Educ.: 02.09.111
97. São Bento do Sapucaí
EMEF Cel. Ribeiro da Luz
Rua Dr. Rubião Junior, 416 CEP 12490-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 03.09.101
98. São Carlos
EEPG Cel. Paulino Carlos
Rua Dona Alexandrina, 1087 - Centro
Grupo Área Envoltória: G2
Código Sec. Est. Educ.: 06.94.105
99. São João da Boa Vista
EE Cel. Joaquim José
Pça. Cel. Joaquim José, 123 - CEP 13870-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.65.103
100. São José da Bela Vista
Atual sede Prefeitura
R Major João Soares, 236 CEP 14440-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.32.101
101. São José dos Campos
EE Sant’anna do Parnaíba
Rua Guarani, 130 CEP 12211-740
Grupo Área Envoltória: G1

Código Sec. Est. Educ.: 03.10.206
102. São Manoel
EMEF Dr. Augusto Reis
Av. Irmãs Cintra, s/nº CEP 18650-000
Grupo Área Envoltória: G4
Código Sec. Est. Educ.: 04.71.103
103. São Paulo (Capital)
EE Oswaldo Cruz / Mooca
Rua da Mooca, 2183 CEP 03103-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 00.25.104
104. São Paulo (Capital)
GE Santos Dumont / Penha
Pça. 8 de Setembro, 73 CEP 03606-030
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 00.18.116
105. São Paulo (Capital)
ETE Carlos de Campos / Brás
Rua Monsenhor Andrade, 798 - CEP 03008-001
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 00.24.104
106. São Paulo (Capital)
EE Dom Pedro II / Perdizes
Rua Marta, 33 CEP 01155-010
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 00.45.101
107. São Paulo (Capital)
EE Romão Puiggari / Brás
Av. Rangel Pestana, 1482 CEP 03002-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 00.24.102
108. São Paulo (Capital)
EE Mal. Floriano / Vila Mariana
Rua Dona Julia CEP 04117-020
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 00.51.103
109. São Paulo (Capital)
EE Cons. Antonio Prado / Barra Funda
Rua Vitorino Carmilo, 621 CEP 01153-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 00.34.102
110. São Paulo (Capital)
Prédio vago / GE Campos Salles
Rua São Joaquim, 288 CEP 01508-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 00.44.101
111. São Paulo (Capital)
EE Amadeu Amaral / Belém
Lgo. São José do Belém CEP 03057-040
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 00.23.101
112. São Paulo (Capital)
EE Pe. Antonio Vieira / Santana
Av. Cruzeiro do Sul, 3301 CEP 02031-200
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 00.08.101
113. São Paulo (Capital)
EE Mal. Deodoro / Bom Retiro
Rua dos Italianos 405 CEP 01131-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 00.36.101
114. São Paulo (Capital)
EE Anhanguera/ Lapa
Rua Antonio Raposo, 87 CEP 05074-020
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 00.43.105
115. São Pedro
EMEF Gustavo Teixeira
Rua Joaquim Teixeira de Toledo, 524 CEP 13520-000
Grupo Área Envoltória: G3
Código Sec. Est. Educ.: 05.37.102
116. São Simão
EEPG Simão da Silva
Pça. Dom Alberto Gonçalves, 122 CEP 14200-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.17.101
117. Serra Azul
EE Francisco Ferreira de Freitas
Rua Pe. Soares, 5 CEP 14230-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.18.101
118. Serra Negra
EE Lourenço Franco de Oliveira
Rua Tiradentes, 173 CEP 13930-000
Grupo Área Envoltória: G3
Código Sec. Est. Educ.: 05.23.102
119. Sertãozinho
EMEF Prof. Anadeto Cruz
Rua Arpício de Araújo, 769 CEP 14160-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.20.102
120. Sorocaba
EE Antonio Padilha
Rua Prof. Toledo, 77 CEP 18035-200
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 04.15.110
121. Tambaú
EE Alfredo Guedes
Pça. Pe. Donizete T de Lima, 159 CEP 13710-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 05.76.101
122. Taquaritinga
EMEF Domingues da Silva
Rua Visconde do Rio Branco, 719 CEP 15900-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 06.69.102
123. Tatuí
EE João Florêncio
Pça. Paulo Setúbal, 21 CEP 18270-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 04.25.101
124. Tatuí
EE Barão Surui
Pça. Paulo Setúbal, 101 CEP 18270-000
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 04.25.105
125. Taubaté
EE Dr. Lopes Chaves
Rua Dr. Pedro Costa, 164 CEP 12010-160
Grupo Área Envoltória: G1
Código Sec. Est. Educ.: 03.18.101
126. Tietê
EE Luiz Antunes
Rua Luiz Fernandes Diogo, 432 - CEP18530-000
Grupo Área Envoltória: G4
Código Sec. Est. Educ.: 6.102

Artigo 2º - Visando preservar a representatividade dessa arquitetura escolar pública pioneira e suas soluções modelares, mas reconhecendo o dinamismo das orientações pedagógicas, estabelecem-se as seguintes diretrizes para intervenções nos bens tombados:

1. Devem ser respeitadas as características originais e dimensões dos espaços do prédio principal e dos galpões de recreio, assim como os vãos e envazaduras; os elementos de composição de fachadas e materiais de vedação, acabamento e ornamentação;
2. Serão aceitáveis, dentro de critérios das recomendações das cartas internacionais de preservação, alterações de alguns

destes elementos, desde que justificadas por uma melhor adequação e atualização do espaço;

3. Serão permitidas e até recomendáveis demolições de anexos e ampliações que tenham desfigurado os partidos arquitetônicos originais sem contribuir para a melhor adequação do espaço escolar, especialmente os anexos feitos nas áreas externas;

Artigo 3º - Intervenções nos edifícios originais devem basear as propostas em pesquisa de dados sobre a instituição e sua construção; prospecções para identificação de materiais originais e levantamento de documentação que contribua para orientar os projetos, tais como depoimentos, plantas originais e de reformas anteriores e fotografias antigas. Estes dados e documentos podem estar nos arquivos da própria escola, do proprietário, da Secretaria de Estado da Educação, da Fundação do Desenvolvimento Escolar - FDE e da Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS.

Artigo 4º - Os pedidos de alterações e interferências nos edifícios tombados por esta Resolução, devem obrigatoriamente ser acompanhados da documentação listada na Ordem de Serviço nº 02/92, ou outra que venha substituí-la, em especial:

a) Requerimento com identificação, qualificação e endereço do imóvel assinado pelo proprietário do edifício, com mapa esquemático de sua localização urbana;

b) Projeto acompanhado de memorial descritivo detalhado da intervenção proposta

c) Documentação fotográfica relativa ao estado de conservação do interior e exterior do edifício e de sua relação com o entorno imediato;

d) Levantamento do edifício existente com tabelas relativas aos materiais de acabamento de cada ambiente objeto da intervenção, em que se encontrem demarcadas com clareza as estruturas existentes e as intervenções propostas, com utilização de recursos gráficos, por meio de plantas, cortes e elevações.

e) Em casos de reformas, demolições de anexos, ampliações e construção de novas edificações apresentar projeto completo das propostas com plantas, cortes e elevações que relacionem entre si todos os elementos do conjunto, explicitando com clareza, graficamente, a harmonização das novas construções com o prédio antigo.

§ Único - No caso de execução de obras parciais de manutenção dos edifícios tais como pintura, eliminação de goteiras, substituição de partes de telhado, forro ou piso, poderão ser dispensados alguns documentos exigidos no caput deste artigo, à critério deste Conselho, desde que os espaços que sofrerão a intervenção estejam perfeitamente demarcados e numerados em planta geral do edifício e documentados fotograficamente, e ainda, que os procedimentos a serem realizados deverão estar claramente descritos em memorial dos serviços. Deve ser observada a correspondência entre a numeração de ambientes, imagens e serviços de modo a permitir a identificação dos espaços necessitados de reparos, mantendo-se as cores e materiais originais.

Artigo 5º - A regulamentação da área envoltória aos bens ora tombados fica definida como segue:

As disposições gerais para todo o conjunto de edifícios:

1. São permitidas, independentemente de aprovação do Conselho, obras de simples conservação ou reforma em edificações existentes no entorno das escolas tombadas nesta Resolução.

2. Não será permitida a colocação de antenas de telefonia, cartazes, painéis luminosos ou faixas publicitárias em qualquer área dos lotes em que se situem as escolas tombadas, bem como a utilização de seus muros de fecho como apoio.

3. Não serão aprovadas instalações de bancas comerciais, painéis publicitários, pontos de parada de transporte coletivo ou de táxi nas calçadas frontal e laterais do prédio escolar, quando estas últimas delimitarem seu terreno, no trecho que vai da esquina, em frente ao edifício escolar, até o alinhamento predominante da fachada frontal do prédio original.

B. Disposições específicas:

GRUPO 1: São permitidas, independentemente de análise do Conselho, intervenções ou novas construções no entorno das escolas relacionadas abaixo:

- * 01 - EMEF Cel. Leite - Agudos - 07.01.101
- * 02 - EMEF Cel. Joaquim da Cunha - Altinópolis - 06.01.101
- * 04 - EE Dr. Fortunato de Camargo - Angatuba - 04.29.101
- * 05 - EE Chagas Pereira - Aparecida - 03.22.105
- * 06 - Dir. Ensino / GE Carlos Batista Magalhães - Araraquara - 06.76.114
- * 07 - EE Antonio Joaquim de Carvalho - Araraquara - 06.76.117
- * 08 - EE Cel. Justiniano Whitaker de Oliveira - Araras - 05.41.106
- * 10 - EE Prof. Euclides Moreira da Silva - Bariri - 07.33.101
- * 11 - EE Abílio Manoel - Bebedouro - 06.58.101
- * 12 - EMEF Dep. Leônidas Pacheco Ferreira - Bocaina - 07.35.101
- * 13 - EMEI Dr. Cardoso de Almeida - Botucatu - 04.67.103
- * 16 - EE Ruy Barbosa - Caçapava - 03.13.103
- * 18 - EE Dr. Candido Lobo - Caconde - 05.70.101
- * 19 - EE Dr. Mousart Alves da Silva - Cajuru - 06.05.102
- * 20 - EE Francisco Glicério - Campinas - 05.05.126
- * 21 - EE Orosimbo Maia - Campinas - 05.05.106
- * 22 - CMFE Prof.a Jacyra Landim Stori - Capão Bonito - 04.37.101
- * 23 - EE/EMEI Cel. José Levy - Cordeirópolis - 05.43.102
- * 24 - EE João Nogueira - Cravinhos - 06.07.103
- * 25 - EE Dr. Arnolfo Azevedo - Cruzeiro - 03.26.106
- * 27 - EMEF Cel. Tobias - Descalvado - 06.91.101
- * 28 - EE Francisco Simões - Dois Córregos - 07.37.101
- * 29 - EE Carlos José Botelho - Dourado - 06.91.101
- * 30 - EE Cel. Marcos Ribeiro - Fartura - 11.33.101
- * 31 - EE Cel. Francisco Martins - Franca - 06.24.116
- * 33 - Diretoria de Ensino - Guaratinguetá - 03.28.110
- * 34 - EE/EMEI Prof. Ângelo Martino / Archangelo Martinelli - Ibitinga - 06.81.102
- * 37 - EMEF Cel. Acácio Piedade - Itapeva - 04.46.101
- * 39 - EE Prof. Júlio Ascânio Mallet - Itápolis - 06.82.102
- * 44 - EMEF Fabiano Alves de Freitas - Ituverava - 06.39.101
- * 45 - EMEF Dr. Pádua Salles - Jaú - 07.41.106
- * 46 - EE Major Prado - Jaú - 07.41.102
- * 47 - EE Cel. Vaz - Jaboticabal - 06.61.105
- * 48 - EMEF Américo Salles Oliveira - Jardinópolis - 06.09.101
- * 49 - EE Cel. João Ernesto Figueiredo - Joanópolis - 05.93.101
- * 50 - EE Conde Parnaíba - Jundiá - 05.84.112
- * 51 - Biblioteca Mun. Nelson Foot / GE Siqueira Moraes - Jundiá - 05.84.101
- * 52 - EMEF Esperança de Oliveira - Lençóis Paulista - 07.10.102
- * 53 - Biblioteca e Casa de Cultura / GE Cel. Flaminio Ferreira - Limeira - 05.45.105
- * 54 - EE Conde Moreira Lima - Lorena - 03.31.104
- * 55 - EE José Inocêncio da Costa - Matão - 06.83.101
- * 57 - EE Cel. Almeida - Mogi das Cruzes - 01.23.108
- * 58 - EE Pe. Armani - Mogi Guaçu - 05.13.102
- * 60 - EE Dr. Rodrigues Alves - Mogi Mirim - 05.14.104
- * 61 - EMEF Dr. Raul da Rocha Medeiros - Monte Alto - 06.62.102
- * 62 - EE Cel. Domingos Ferreira - Monte Mór - 05.17.101
- * 63 - EE Francisco de Derosa - Nazareth Paulista - 05.94.101
- * 64 - EE Cel. Francisco Orlando - Orlandia - 06.46.101
- * 65 - EMEF Eliazar Braga - Pedemeiras - 07.13.101
- * 66 - EE Cel. João Pedro de Godoy Moreira - Pedreira - 05.20.101

* 67 - EE Luiz Chrisostomo de Oliveira - Penápolis - 09.23.102

* 68 - EE Rozendo Duarte Lobo - Pereiras - 04.24.101

* 69 - EE Dr. Alfredo Pujol - Pindamonhangaba - 03.15.103

* 72 - EE Moraes Barros - Piracicaba - 05.33.104

* 74 - EE Maria Falconi de Felício - Pitangueiras - 06.65.101

* 75 - EMEF Sud Menucci - Porto Ferreira - 05.47.102

* 79 - EE Dr. Guimarães Jr. - Ribeirão Preto - 06.13.115

* 80 - EE Dona Sinhá Junqueira - Ribeirão Preto - 06.13.121

* 81 - EE Otoniel Mota - Ribeirão Preto - 06.13.103

* 82 - EE Fabio Barreto - Ribeirão Preto - 06.13.107

* 85 - EE Tancredo do Amaral - Salto - 04.11.103

* 86 - EE Dr. Luiz Dumont - Santa Adélia - 08.05.101

* 87 - EE José Gabriel de Oliveira - Santa Bárbara - 05.35.102

* 88 - EMEF Barão Santa Branca - Santa Branca - 03.07.103

* 89 - EE/EMEF Dr. Luis Narciso Gomes - Santa Cruz da Conceição - 05.48.101

* 90 - EE Dr. Carlos Guimarães - Santa Cruz das Palmeiras - 05.74.101

* 93 - Museu / GE Prof. José Augusto de Azevedo Antunes - Santo André - 01.32.112

* 94 - EE Visc. São Leopoldo - Santos - 02.09.113

* 95 - EE Barnabé - Santos - 02.09.105

* 97 - EMEF Cel. Ribeiro da Luz - São Bento do Sapucaí - 03.09.101

* 99 - EE Cel. Joaquim José - São João da Boa Vista - 05.65.103

* 100 - EMEI João Justino de Medeiros - São José da Bela Vista - 06.32.101

* 101 - EE Sant’anna do Parnaíba - São José dos Campos - 03.10.206

* 103 - EE Oswaldo Cruz / Mooca - São Paulo (Capital) - 00.25.104

* 104 - GE Santos Dumont / Penha - São Paulo (Capital) - 00.18.106

* 105 - ETE Carlos de Campos / Brás - São Paulo (Capital) - 00.24.104

* 106 - EE Dom Pedro II / Perdizes - São Paulo (Capital) - 00.45.101

* 107 - EE Romão Puiggari / Brás - São Paulo (Capital) - 00.24.102

* 108 - EE Mal. Floriano / Vila Mariana - São Paulo (Capital) - 00.51.103

* 109 - EE Cons. Antonio Prado / Barra Funda - São Paulo (Capital) - 00.34.102

* 110 - Prédio vago / GE Campos Salles - São Paulo (Capital) - 00.44.101

* 111 - EE Amadeu Amaral / Belém - São Paulo (Capital) - 00.23.101

* 112 - EE Pe. Antonio Vieira / Santana - São Paulo (Capital) - 00.08.101

* 113 - EE Mal. Deodoro / Bom Retiro - São Paulo (Capital) - 00.36.101

* 114 - EE Anhanguera/ Lapa - São Paulo (Capital) - 00.43.105

* 115 - EEPG Simão da Silva - São Simão - 06.17.101

* 117 - EE Francisco Ferreira de Freitas - Serra Azul - 06.18.101

* 119 - EMEF Prof. Anacleto Cruz - Sertãozinho - 06.20.102

* 120 - EE Antonio Padilha - Sorocaba - 04.15.110

* 121 - EE Alfredo Guedes - Tambaú - 05.76.101

* 122 - EMEF Domingues da Silva - Taquaritinga - 06.69.102

* 123 - EE João Florêncio - Tatuí - 04.25.101

* 124 - EE Barão Surui - Tatuí - 04.25.105

* 125 - EE Dr. Lopes Chaves - Taubaté - 03.18.101

GRUPO 2: Dependem de aprovação do Conselho as novas construções no entorno dos edifícios relacionados abaixo e estas devem adequar-se às diretrizes dos demais edifícios tombados no município em que se localizam, tendo em vista sua inserção em centros históricos tombados.

* 36 - EE Vaz de Caminha-Iguape - 02.21.104

* 43 - EE Convenção de Itu-Itu - 04.06.105

* 98 - EEPG Cel. Paulino Carlos - São Carlos - 06.94.105

GRUPO 3. Dependem de aprovação do Conselho todas as demolições e/ou novas construções, para as quais se estabelece um gabarito máximo de 10 metros, realizadas em terrenos situados no quarteirão em que se inserem as escolas tombadas listadas no quadro a seguir:

* 14 - EMEF Dr. Jorge Tibiriçá - Bragança Paulista - 05.92.103

* 15 - EE Dona Francisca Ribeiro dos Reis - Brotas - 05.52.102

* 17 - EE Dr. Evangelista Rodrigues - Cachoeira Paulista - 03.25.101

* 26 - EE EMEF Dr. Casemiro Rocha - Cunha - 03.27.102

* 35 - EE Prof. Dantes - Igarapava - 06.38.101

* 40 - EE Tomé Teixeira - Itararé - 04.48.102

* 41 - EMEF Cel. Julio César - Itatiba - 05.81.101

* 42 - EMEF Paulo Thomaz da Silva - Itatinga - 04.58.102

* 56 - EE Barão Monte Santo - Mocóca - 05.73.102

* 70 - EMEF Cel. Thomaz Gonçalves da Rocha Cunha - Pira- caia - 05.97.102

* 73 - EE Ataliba Leonel - Piraju - 11.38.102

* 76 - EMEF Cap. José Carlos de Oliveira Garcez - Queluz - 03.33.101

* 77 - EE Diógenes Ribeiro de Lima - Ribeira - 04.40.101

* 78 - EE Cel. Pinto Ferraz - Ribeirão Bonito - 06.93.101

* 91 - Pólo do Circuito Gestão Santa Cruz do Rio Pardo

* Antiga Delegacia Regional de Ensino - Santa Cruz do Rio Pardo - 11.14.103

* 92 - EMEF Francisco Ribeiro - Santa Rita do Passo Quatro - 06.14.102

* 115 - EMEF Gustavo Teixeira - São Pedro - 05.37.102

* 118 - EE Lourenço Franco de Oliveira - Serra Negra - 05.23.102

GRUPO 4. Dependem de aprovação do Conselho todas as demolições e/ou novas construções, para as quais se estabelece um gabarito máximo de 16 metros, realizadas em terrenos situados no quarteirão em que se inserem as escolas tombadas listadas no quadro a seguir:

* 03 - EE Rangel Pestana - Amparo - 05.03.105

* 09 - EE Matilde Vieira - Avaré - 04.54.101

* 32 - EE Dr. Flaminio Lessa - Guaratinguetá - 03.28.103

* 38 - EE Dr. Julio Mesquita - Itapira - 05.10.102

* 59 - EE Cel Venâncio - Mogi Mirim - 05.14.107

* 71 - EE Barão do Rio Branco - Piracicaba - 05.33.117

* 83 - EE Cel. Joaquim Salles - Rio Claro - 05.56.102

* 84 - Outros usos / GE Irineu Penteado - Rio Claro - 05.56.109

* 96 - EE Dr. Cesário Bastos - Santos - 02.09.111

* 102 - EMEF Dr. Augusto Reis - São Manoel - 04.71.103

* 126 - EE Luiz Antunes - Tietê - 04.26.102

Artigo 6º - Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, autorizado a inscrever no Livro do Tombo competente, os bens em referência, para os devidos e legais efeitos.

Artigo 7º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Despachos do Secretário, de 8-11-2010
Processo SC: 40794/2010
Interessado: Gustavo Henrique Leão Pinto
Assunto: ProAC Incentivo Fiscal - ICMS projeto “O mistério dos alimentos”
Segmento: Teatro
Trata-se da análise do recurso interposto pelo interessado às fls. 109/116, com fundamento no artigo 20 da Lei nº

nº 12.268/2006 c/c artigo 11, parágrafo único, do Decreto nº 54.275/2009, contra a decisão da Comissão de Análise de Projetos - CAP que reprovou o projeto “O mistério dos alimentos”. Diante das razões apresentadas no Parecer da Comissão de Análise de Projetos - CAP às fls. 118/120, julgo Improcedente o recurso, mantendo integralmente a decisão da CAP.

Processo SC : 80922/2010
Interessada : Marcella Naparstek Guttmann
Assunto: ProAC Incentivo Fiscal - ICMS projeto “Fogo Sagrado”
Segmento: Teatro
Trata-se da análise do recurso interposto pela interessada às fls. 73/74, com fundamento no artigo 20 da Lei nº 12.268/2006 c/c artigo 11, parágrafo único, do Decreto nº 54.275/2009, contra a decisão da Comissão de Análise de Projetos - CAP que reprovou o projeto “Fogo Sagrado”.

Diante das razões apresentadas no Parecer da Comissão de Análise de Projetos - CAP às fls. 77/79, julgo Improcedente o recurso, mantendo integralmente a decisão da CAP.

Processo SC - 75101/2010
Interessado : Renato Cesaretto Chiquito
Assunto: ProAC Incentivo Fiscal - ICMS projeto “O Livro”
Segmento: Teatro
Trata-se da análise do recurso interposto pelo interessado às fls. 65/67, com fundamento no artigo 20 da Lei nº 12.268/2006 c/c artigo 11, parágrafo único, do Decreto nº 54.275/2009, contra a decisão da Comissão de Análise de Projetos - CAP que reprovou o projeto “O Livro”.

Diante das razões apresentadas no Parecer da Comissão de Análise de Projetos - CAP às fls. 69/70, julgo IMPROCEDENTE o recurso, mantendo integralmente a decisão da CAP.

Processo SC - 85049/2010
Interessado: Christian Zucchi Tedesco
Assunto: ProAC Incentivo Fiscal - ICMS projeto “Tom Acústico Internacional”
Segmento: Música
Trata-se da análise do recurso interposto pelo interessado às fls. 54/66, com fundamento no artigo 20 da Lei nº 12.268/2006 c/c artigo 11, parágrafo único, do Decreto nº 54.275/2009, contra a decisão da Comissão de Análise de Projetos - CAP que reprovou o projeto “Tom Acústico Internacional”.

Diante das razões apresentadas no Parecer da Comissão de Análise de Projetos - CAP às fls. 68/71, julgo IMPROCEDENTE o recurso, mantendo integralmente a decisão da CAP.

Processo SC - 81921/2010
Interessado: Renato Cervelho Tapajos
Assunto: ProAC Incentivo Fiscal - ICMS projeto “A batalha de Maria Antônio (finalização)”

Segmento: Música
Trata-se da análise do recurso interposto pelo interessado às fls. 58/63, com fundamento no artigo 20 da Lei nº 12.268/2006 c/c artigo 11, parágrafo único, do Decreto nº 54.275/2009, contra a decisão da Comissão de Análise de Projetos - CAP que reprovou o projeto “A batalha de Maria Antônio (finalização)”.

Diante das razões apresentadas no Parecer da Comissão de Análise de Projetos - CAP às fls. 66/69, julgo IMPROCEDENTE o recurso, mantendo integralmente a decisão da CAP.

Processo SC - 72465/2010
Interessado: Anderson Lafaiete Oliveira Amadeu
Assunto: ProAC Incentivo Fiscal - ICMS projeto “Cronistas do Samba”
Segmento: Música
Trata-se da análise do recurso interposto pelo interessado às fls. 48/59, com fundamento no artigo 20 da Lei nº 12.268/2006 c/c artigo 11, parágrafo único, do Decreto nº 54.275/2009, contra a decisão da Comissão de Análise de Projetos - CAP que reprovou o projeto “Cronistas do Samba”.

Diante das razões apresentadas no Parecer da Comissão de Análise de Projetos - CAP às fls. 61/62, julgo IMPROCEDENTE o recurso, mantendo integralmente a decisão da CAP.

Processo SC : 33964/2010
Interessado : Gelson Luis D’Aollo
Assunto: ProAC Incentivo Fiscal - ICMS projeto “Cosmópolis: Nossas poesias, crônicas e casos”
Segmento: Literatura
Trata-se da análise do recurso interposto pelo interessado às fls. 42/46, com fundamento no artigo 20 da Lei nº 12.268/2006 c/c artigo 11, parágrafo único, do Decreto nº 54.275/2009, contra a decisão da Comissão de Análise de Projetos - CAP que reprovou o projeto “Cosmópolis: Nossas poesias, crônicas e casos”.

Diante das razões apresentadas no Parecer da Comissão de Análise de Projetos - CAP às fls. 48/49, julgo IMPROCEDENTE o recurso, mantendo integralmente a decisão da CAP.

Processo SC: 33858/2010
Interessada : Leila Seleguini
Assunto: ProAC Incentivo Fiscal - ICMS projeto “Literatura faz eco, lógico”

Segmento: Literatura
Trata-se da análise do recurso interposto pela interessada às fls. 42/45, com fundamento no artigo 20 da Lei nº 12.268/2006 c/c artigo 11, parágrafo único, do Decreto nº 54.275/2009, contra a decisão da Comissão de Análise de Projetos - CAP que reprovou o projeto “Literatura faz eco, lógico”.

Diante das razões apresentadas no Parecer da Comissão de Análise de Projetos - CAP às fls. 47/48, julgo IMPROCEDENTE o recurso, mantendo integralmente a decisão da CAP.

Portaria do Chefe de Gabinete, de 10-11-2010
Processo CC - 12772/2009 - Interessado: Corregedoria Geral de Administração - CGA 175/2008 - Assunto: Processo de Averiguação
Determinando a instauração de Apuração Preliminar, nos termos do artigo 265 da Lei Complementar 10.261/68 (com atual redação dada pela Lei Complementar 942/2003), designa para a presente apuração o servidor José Gonçalves dos Santos - RG 4.495.425-6, dando-se o prazo de 30 dias para conclusão dos trabalhos.

UNIDADE DE FOMENTO E DIFUSÃO DE PRODUÇÃO CULTURAL

Comunicado
Processo SC nº 29538/2010
Ata de reunião da Comissão Julgadora do Prêmio Estímulo de Curta - Metragem 2010, realizada no dia 9 de novembro de 2010.

Às 10h do dia 09 de novembro de 2010, na sede da Secretaria de Estado da Cultura, à Rua Mauá, nº 51, realizou-se reunião da Comissão Julgadora do Prêmio Estímulo de Curta Metragem - 2010. Presentes à reunião os senhores: André Costa, Helena Rosália de Oliveira Tassara, Rachel Augusta da Cunha Monteiro, Tatiana de Souza Duarte e Vera Lucia Senise Concílio. Iniciados os trabalhos a Comissão passou ao julgamento do Prêmio Estímulo de Curta Metragem 2010, que teve 335 (trezentos e trinta e cinco) projetos inscritos.

Iniciados os trabalhos, a Comissão resolveu que dos 335 (trezentos e trinta e cinco) projetos inscritos foram selecionados 24 (vinte e quatro) projetos cujos proponentes serão convocados para entrevista a ser agendada. Os projetos selecionados para a entrevista - FASE 2 - foram:

Protocolo: 13
Projeto: Barbeiros Paulistanos
Pseudônimo: Seu Osório
Proponente Guilherme Aguiar
Protocolo: 48
Projeto: Cada um com seus Problemas
Pseudônimo: Magal

Proponente: Paulo Leierer
Protocolo: 56
Projeto: Nem que Tudo Termine Como Antes
Pseudônimo: Charlotte
Proponente: Mariana Martinez
Protocolo: 69
Projeto: O Homem que Economizava Olhos
Pseudônimo: Mahatma Elvis
Proponente: Dulcidio Gutierrez Caldeira
Protocolo: 75
Projeto: A Guerra dos Gibis
Pseudônimo: Gertrudes
Proponente: Rafael Terpins
Protocolo: 79
Projeto: Terno
Pseudônimo: Jano Alfredo
Proponente: Luana Kawamura Demange
Protocolo: 89
Projeto: Pintas
Pseudônimo: Etíope
Proponente: Marcus Vinicius de Freitas Vasconcelos
Protocolo: 102
Projeto: Arapuça
Pseudônimo: Libuno
Proponente: Helio Vilella Nunes
Protocolo: 126
Projeto: Vereda Tropical
Pseudônimo: Trinta e Cinco
Proponente: Rogério Antonio Andrade Nunes
Protocolo: 137
Projeto: Domus (Dulcis) Domus
Pseudônimo: Maria Mazzucato
Proponente: Tássia Quirino
Protocolo: 167
Projeto: Gatti
Pseudônimo: Galeano
Proponente: Michal Wahrmann Stein
Protocolo: 170
Projeto: Margem
Pseudônimo: Murilo Prietto
Proponente: Pedro Paulo Baptista de Andrade Junior
Protocolo: 195
Projeto: Dona Guida
Pseudônimo: Baile da Saudade
Proponente: Rosana Urbes
Protocolo: 196
Projeto: Acordeão
Pseudônimo: Homônimo Giovanni
Proponente: Victor Gáspari Canela
Protocolo: 222
Projeto: Feliz Aniversário
Pseudônimo: Perê
Proponente: Pedro Gadiani Ferrarini
Protocolo: 254
Projeto: Comédias e Dramas: O Circo-Teatro no Brasil
Pseudônimo: Daniel Pedroso
Proponente: Daniel Prata dos Santos
Protocolo: 261
Projeto: Soneto Visual para Poeta Cego
Pseudônimo: Balsâmico
Proponente: Gustavo Vinagre Alves
Protocolo: 266
Projeto: Rima de Raimundo
Pseudônimo: Felício Drummond
Proponente: Francisco de Assis Pogian
Protocolo: 270
Projeto: Quem Te Ensinou a Voar
Pseudônimo: Santos-Dumond
Proponente: Eduardo Abad
Protocolo: 277
Projeto: Quem tem Medo de Cris Negão?
Pseudônimo: Veronika Gloss
Proponente: Luiz Renê Batista Guerra Mota
Protocolo: 300
Projeto: Xirê, a Roda da Alegria
Pseudônimo: Odê Odara
Proponente: Guilherme de Cerqueira Cesar
Protocolo: 308
Projeto: O Jogo
Pseudônimo: Clint
Proponente: André Farkas
Protocolo: 312
Projeto: Restos do Carnaval
Pseudônimo: Palhaço Lispector
Proponente: Lucas Ogasawara de Oliveira
Protocolo: 316
Projeto: Pé de Pera
Pseudônimo: Auguri
Proponente: Gustavo Fattori
Apresentação de Recursos

Aos interessados, destacamos alguns itens do Edital que regem a apresentação de recursos:

VI. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO
1.2.2. Caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação no DOE, do resultado da seleção para a FASE 2.

5.2. O recurso deverá ser dirigido à UFDPC, a qual se pronunciará no prazo de 05 (cinco) dias úteis no sentido de reconsiderar ou manter a decisão recorrida.

5.3. Compete ao Coordenador da UFDPC decidir definitivamente o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cuja fluência poderá ser suspensa para colher pareceres técnicos e/ou jurídicos que sejam necessários à fundamentação da sua decisão.

Extrato do Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato
Processo SC 001952/ 2009
Contrato nº 557/2009
Projeto: “O CAVALO”
Contratante: Estado de São Paulo; por sua Secretaria da Cultura

Contratado: JOANA GUTTMAN MARIANI
Objeto: Prorrogação da Cláusula Terceira - da Vigência e Prorrogação. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até 07 de fevereiro de 2011.

UGE: 120.101, Programa de Trabalho: 13 123 1201 5441 0000, Fonte: 003001057, Natureza de Despesa: 33.90.39 do orçamento de 2009 e UGE: 120.104, Programa de Trabalho: 13 392 1201 5450 0000, Fonte: 001001001, Natureza de Despesa: 33.90.39 do orçamento de 2010.

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente aditamento e que não se revelem com o mesmo conflitante.

Data da assinatura 09/11/2010.

Processo SC 001953/ 2009
Contrato nº 558/2009

Projeto: “AQUÉM DAS NUVEIS”

Contratante: Estado de São Paulo; por sua Secretaria da Cultura

Contratado: RENATA CILENE MARTINS
Objeto: Prorrogação da Cláusula Terceira - da Vigência e Prorrogação. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até 07 de fevereiro de 2011.

UGE: 120.104, Programa de Trabalho: 13 392 1201 5450 0000, Fonte: 001001001, Natureza de Despesa: 33.90.39.

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente aditamento e que não se revelem com o mesmo conflitante.

Data da assinatura 09/11/2010.

Processo SC 001957/ 2009
Contrato nº 549/2009
Projeto: “RÁI SOSSAITH”
Contratante: Estado de São Paulo; por sua Secretaria da Cultura

Contratado: THOMAS LARSON
Objeto: Prorrogação da Cláusula Terceira - da Vigência e Prorrogação. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até 07 de fevereiro de 2011.

UGE: 120.101, Programa de Trabalho: 13 123 1201 5441 0000, Fonte: 003001057, Natureza de Despesa: 33.90.39 do orçamento de 2009 e UGE: 120.104, Programa de Trabalho: 13 392 1201 5450 0000, Fonte: 001001001, Natureza de Despesa: 33.90.39 do orçamento de 2010.

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente aditamento e que não se revelem com o mesmo conflitante.

Data da assinatura 09/11/2010.

Processo SC 001949/ 2009

Contrato nº 554/2009

Projeto: “CASA DO MIGRANTE”

Contratante: Estado de São Paulo; por sua Secretaria da Cultura

Contratado: LUCAS RACHED PEREIRA
Objeto: Prorrogação da Cláusula Terceira - da Vigência e Prorrogação. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até 07 de fevereiro de 2011.

UGE: 120.104, Programa de Trabalho: 13 392 1201 5450 0000, Fonte: 001001001, Natureza de Despesa: 33.90.39. Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente aditamento e que não se revelem com o mesmo conflitante. Data da assinatura 09/11/2010.

Desenvolvimento

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

Portaria CEETEPS - 582, de 10-11-2010
A Diretora-Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza expede a presente Portaria:
Artigo 1º - Ficam alteradas as vagas do ensino médio disponibilizadas pelo artigo 2º da Portaria CEETEPS nº 508, de 13, publicada em 14/09/2010, que estabelece as normas operacionais do Processo Seletivo-Vestibulinho, do 1º semestre de 2011, das Escolas Técnicas Estaduais – Etec’s – do CEETEPS, conforme segue:
”CABRÁLIA PAULISTA– Etec Astor de Mattos Carvalho.
Habilitação – Ensino Médio: Período – Manhã Vagas – 35”
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de setembro de 2010.

Esporte, Lazer e Turismo

GABINETE DO SECRETÁRIO

Comunicado
Considerando as disposições do artigo 5º da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei Federal 8.883/94, indicamos a seguir os pagamentos necessários ao desenvolvimento das Unidades Gestoras da Pasta que devem ser providenciados de imediato, visando assegurar condições para realização dos programas desta Pasta bem como o apoio administrativo, cujo não cumprimento implicará prejuízos de ordem interna e externa.
PDS a serem pagas
410001
Data: 10/11/2010

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
410101	2010PD01753	1.001,48
410101	2010PD01761	282,86
410101	2010PD01763	10.373,69
410101	2010PD01764	10.748,65
410101	2010PD01765	10.498,69
	TOTAL	32.905,37

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
410103	2010PD01859	13.056,63
410103	2010PD01933	600,00
410103	2010PD01934	600,00
410103	2010PD01935	600,00
410103	2010PD01939	632,60
410103	2010PD01940	31,19
410103	2010PD01941	1.270,34
410103	2010PD01942	64,15
410103	2010PD01943	600,00
410103	2010PD01944	39,35
410103	2010PD01945	692,75
	TOTAL	18.187,01
	TOTAL GERAL	51.092,38

Resumo de Convênio
Partes Convenientes: Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e a Clube Desportivo Liberdade.
Objeto: Vale Open 2010/ 1º Campeonato Paulista de Poom-SE.

Valor: R\$ 67.160,00 sendo R\$ 60.000,00 de responsabilidade do Estado e R\$ 7.160,00 responsabilidade da conveniada. Vigência: O prazo de vigência do presente é de 150 dias, contados da data de assinatura.

Parágrafo 1º – Havendo motivo relevante e interesse dos participantes, o presente convênio poderá ter seu prazo de execução prorrogado, mediante termo aditivo e prévia autorização do Secretário de Esporte, Lazer e Turismo, observado o limite máximo de 5 (cinco) anos de vigência.

Parágrafo 2º – A mora na liberação dos recursos, quando devidamente comprovada nos autos, ensejará a prorrogação deste convênio, desde que a autorizada pelo Titular da Pasta, pelo mesmo número de dias de atraso da respectiva liberação, independente de termo aditivo.

Data da Assinatura: 08/11/10 - Convênio nº 283/2010 - Gestor Técnico: Fabiano Morciani

Proc. SELT nº 0982/2010.

Retificações
Do D.O. de 9-11-2010

Partes Convenientes: Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e a Associação Vila das Mercês de Taekwondo.

Proc. SELT nº 0943/2010.

Onde lê: Convênio nº 250/2010, leia-se: Convênio nº 281/2010.

Partes Convenientes: Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e a Instituto de Integração Social Futuro Brilhante.

Proc. SELT nº 0950/2010.

Onde lê: Convênio nº 251/2010, leia-se: Convênio nº 282/2010.